



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

LÚCIA VANIR ALVES OLIVEIRA

O MIGRANTE NORDESTINO, A CULTURA E A FORMAÇÃO DE
TERRITÓRIOS EM CALDAS NOVAS/GO.



UBERLÂNDIA

2005

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

LÚCIA VANIR ALVES OLIVEIRA

O MIGRANTE NORDESTINO, A CULTURA E A FORMAÇÃO DE
TERRITÓRIOS EM CALDAS NOVAS/GO.

Dissertação apresentada ao programa de
Pós-graduação em Geografia da Universidade
Federal de Uberlândia, como requisito parcial
para a obtenção do título de mestre em Geografia.

Área de Concentração: Geografia e Gestão do
Território.

Orientador: Prof. Dr. Rosselvelt José Santos.

UBERLÂNDIA

2005

LÚCIA VANIR ALVES OLIVEIRA

O migrante nordestino, a cultura e a formação de territórios em caldas novas/GO.

Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, para a obtenção do título de Mestre.

Área de Concentração: Geografia e Gestão do Território.

Banca Examinadora:

Uberlândia, 08 de agosto de 2005.

Prof. Dr. Rosselvelt José Santos (Orientador)

Prof. Dr. Beatriz Ribeiro Soares

Prof. Dr. Marcos Roberto Moreira Ribeiro

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal de Uberlândia e ao Instituto de Pós-graduação em Geografia pela oportunidade de realizar este curso.

Ao orientador prof. Dr. Rosselvelt José Santos pela cooperação na realização do trabalho de pesquisa.

Ao meu marido Edson e meus filhos Victor e Evely pelo estímulo, carinho e paciência.

E a minha mãe que, à distância, também me acompanhou.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo discutir as especificidades sociais, econômicas, políticas e culturais da formação de um território, ocupado por migrantes vindos de vários estados do nordeste brasileiro, na cidade de Caldas Novas/GO. Trata-se dos bairros Parque das Brisas III e Lago das Brisas formados em 1996 e 1997 respectivamente, e que juntos formam a “vila dos nordestinos”. Entre as questões abordadas estão: a caracterização do espaço urbano do município de Caldas Novas/GO no início da década de 1990, momento da chegada de grandes contingentes migratórios; a determinação dos locais de fixação e a forma de inserção no mercado de trabalho do grupo de migrantes pesquisados; a identificação das estratégias sociais, políticas e culturais usadas para reivindicar o direito à moradia urbana; a análise da relação entre a organização espacial da “vila dos nordestinos” e a adaptação sócio-cultural dos migrantes na cidade de Caldas Novas/GO. Nossa metodologia de pesquisa foi construída tendo como principal recurso à memória oral do grupo de migrantes pesquisados, através da qual procuramos analisar a diversidade de circunstâncias que envolveram o processo migratório. Durante a realização da pesquisa as reflexões foram direcionadas aos valores expressos na sociabilidade e como eles se inscrevem na produção do espaço, revelando a participação dos migrantes na constituição espacial da cidade.

Palavras chaves: migração, movimento social, território, cultura.

ABSTRACT

The aim of this paper is to talk about the social, economics political and cultural specifications of the forming of a territory occupied by migrants that came from several states of the Northeastern Brazil, in the city of Caldas Novas. It is about the districts of Parque das Brisas III and Lago das Brisas, created in 1996 and 1997, respectively, and that together form the “Northeastern Village”. Among other questions, are the characteristics of the urban space of the borough of Caldas Novas/GO in the beginning of the 1990s, when large migration occurred; the setting of locals and form of inserction at the job market of the group of migrants studies; the identification os social, political and cultural strategies to claim the right of urban housing; the analysis of the relation between spacial organization of the “Northeastern Village” and the socio-cultural adaptation of the migrants in the city of Caldas Novas/GO. Our methodology was built having as main resource the oral memory of the group studied, through which we tried to analyse the diversity of circumstances that envolved the migratory process. During the research, the reflections were set to values expressed in the sociability and how they insert themselves in the production of space, revealing the participation of the migrants in the spatial constitution of the city.

Key words: migration, social moviment, territory, culture.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CTC – Caldas Thermas Clube

DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral

EMATER/GO – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Goiás.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICV – Índice de Condições de Vida

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SANEAGO – Saneamento de Goiás S.A.

MIGRANTES PESQUISADOS

MARIA FRANCISCA DA CUNHA

Natural de Currais Novais/RN

Profissão: professora

Endereço: Av. C, Q. 55, L. 21, Bairro Itaici II, Caldas Novas/GO.

LEIDIANE DE LIMA ALMEIDA RAMOS

Natural de Santa Inês/MA

Profissão: empregada doméstica

Endereço: Rua dos Girassóis, Q. 14, L. 02, Jardim dos Turistas, Caldas Novas/GO.

FRANCISCO LUIZ DA SILVA SANTOS

Natural de Guaraci/PE

Profissão: carpinteiro

Endereço: Av. B, Q 11, L.11, Parque das Brisas III, Caldas Novas/GO.

MAILDE MÁRCIA ANCELMO

Natural de Guaraci/PE

Profissão: agente comunitária de saúde

Endereço: Av. B, Q. 11, L. 11, Parque das Brisas III, Caldas Novas/GO.

MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA MARTINS

Natural de Guaraci/PE

Profissão: Agente comunitária de saúde.

Endereço: Rua 06, Q. 14, l. 22, Parque das Brisas III, Caldas Novas/GO.

FRANCINEIDE QUEIROZ DA SILVA

Natural de Codó/MA

Profissão: empregada doméstica

Endereço: Rua 02, Q. 06, L. 19, Lago das Brisas, Caldas Novas/GO.

GILVANILDO VICENTE DA SILVA

Natural de Juazeiro/BA.

Profissão: pedreiro

Endereço: Rua 04, Q. 07, L. 08, Parque das Brisas III, Caldas Novas/GO.

FRANCISCA MARIA DA SILVA

Natural de Juazeiro/BA

Profissão: do lar

Endereço: Rua 04, Q. 07, L. 08, Parque das Brisas III, Caldas Novas/GO.

JACOB LINO DE SOUSA

Natural de Codó/MA

Profissão: Guarda noturno

Endereço: Rua 04, Q. 08, L. 16, Parque das Brisas III, Caldas Novas/GO.

MARIA DE SOUZA

Natural de Codó/MA

Profissão: do lar

Endereço: Rua 04, Q. 08, L. 16, Parque das Brisas III, Caldas Novas/GO.

JOSÉ ANÍBAL LIMA

Natural de Viturino Freire/MA

Profissão: ajudante geral

Endereço: Rua 04, Q. 08, L. 18, Parque das Brisas III, Caldas Novas/GO

CARLOS CÉZAR BARBOSA SOUZA

Natural de Codó/MA

Profissão: massagista

Endereço: Rua 02, Q. 06, L.20, Lago das Brisas, Caldas Novas/GO.

EDINETE DA SILVA SANTOS

Natural de Barra do Corda/MA

Profissão: empregada doméstica

Endereço: Rua 02, Q. 08, L. 15, Parque das Brisas III, Caldas Novas/GO.

MARIA DALVA RAMOS PEREIRA

Natural de Barra do Corda/MA

Profissão: enfermeira

Endereço: Av. Z, Q. 55, L 32, Itaici II, Caldas Novas/GO.

JOSÉ VAGNER GONÇALVES

Natural de Independência/CE

Profissão: padeiro e confeitiro

Endereço: Rua 02, Q. 05, L. 05, Parque das Brisas III, Caldas Novas/GO.

MARINEIDE SOUZA

Natural de Ubatã/BA

Profissão: doméstica

Endereço: Av. B-11, Qd 23, Lt 18, Parque das Brisas, Caldas Novas/GO.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Mapa de Localização geográfica de Caldas Novas e municípios limítrofes.....	22
Figura 02 – Estado de Goiás.....	27
Figura 03 – Mapa de Caldas Novas 1990. Antes do surgimento da “vila dos nordestinos”.....	38
Figura 04 – Mapa dos Bairros Parque das Brisas III e Lago das Brisas.....	39
Figura 05 – Antiga residência transformada em estabelecimento comercial.....	51
Figura 06 – Aproveitamento da frente da residência para a atividade comercial imobiliária muito presente na cidade.....	52
Figura 07 – Shopping center localizado ao norte de Caldas Novas.....	53
Figura 08 – Bairro Santa Efigênia situado à leste de Caldas Novas.....	54
Figura 09 – Av. Cirilo Lopes no Bairro dos Turistas, localizado ao norte da cidade.....	55
Figura 10 – Comércio de frutas realizado na sala da residência no Parque das Brisas III.....	57
Figura 11 – Origem da população residente nos bairros Parque das Brisas III e Lago das Brisas.....	70
Figura 12 – Escola Municipal Felipe Marinho da Cruz.....	83
Figura 13 – Habitação improvisada no Parque das Brisas III.....	98
Figura 14 – Área ocupada demonstrando a vegetação mantida intacta com o objetivo de encobrir a ocupação.....	125
Figura 15 – Rua 07, sem saída, no Lago das Brisas.....	129
Figura 16 – Indicação da chegada dos serviços urbanos.....	131
Figura 17 – Casas construídas em parede meia e na divisa com a rua	137
Figura 18 – Barracos meia água.....	138
Figura 19 – Rua 03 no Lago das Brisas.....	139
Figura 20 – Av. A no Parque das Brisas III.....	140

Figura 21 – Jogo de Futebol em área institucional no Parque das Brisas III.....	141
Figura 22 – Exemplo de ausência de muros entre as casas.....	142
Figura 23 – Aquiles Teles, migrante maranhense que comercializa produtos nordestinos na feira.....	144
Figura 24 – Produtos comercializados por Aquiles Teles.....	144
Figura 25 – feijão de corda e polvilho comercializados por Aquiles Teles.....	144
Figura 26 – Igreja católica que está sendo construída pela comunidade.....	145
Figura 27 – Pesagem de recém-nascidos no interior da igreja.....	147
Figura 28 – Pesagem de crianças maiores no interior da igreja.....	147
Figura 29 – Resquício da precariedade inicial das residências e a freqüente existência de materiais de construção.....	152
Figura 30 - Residência de José Vagner.....	153
Figura 31 – Área invadida no último quarteirão do Parque das Brisas III.....	154
Figura 32 – Construção em área destinada a rotatória no Parque das Brisas III.....	154
Figura 33 – Estabelecimento comercial Casa do Norte.....	164
Figura 34 – Interior do estabelecimento.....	164
Figura 35 – Produtos comercializados na Casa do Norte.....	164
Figura 36 – Lourimário Martins vendendo doces para ajudar a mãe na construção do Barraco.....	167
Figura 37 – O barraco inicial de madeira.....	168
Figura 38 – Início da construção com tijolos.....	168
Figura 39 – Aspecto atual da casa.....	168

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 01 – Principais produtos rurais de Caldas Novas no ano de 2002.....	34
Quadro 01 – Evolução populacional de Caldas Novas.....	41
Quadro 02 – População residente em Caldas novas em 2000.....	45
Quadro 03 – Remuneração familiar mensal dos migrantes no Nordeste no final da década de 1980.....	65
Quadro 04 – Origem das 10 principais construtoras estabelecidas em Caldas Novas.....	74
Quadro 05 – Municípios goianos com os menores índices de analfabetismo em 2000.....	80
Quadro 06 – Ocupação dos migrantes em Caldas Novas.....	83
Quadro 07 – Propriedade de eletrodomésticos e veículos.....	85

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
 1 A CIDADE DE CALDAS NOVAS NO CONTEXTO DA MIGRAÇÃO DE NORDESTINOS NA DÉCADA DE 1990.....	 22
1.1 As redefinições sócio-econômicas de Caldas Novas na década de 1990.....	31
1.2 As transformações espaciais, a migração e o crescimento urbano de Caldas Novas.....	35
1.3 O setor de serviços e as redefinições espaciais em Caldas Novas.....	55
1.4 As redes familiares que viabilizaram a migração para Caldas Novas.....	59
 2 O MIGRANTE NORDESTINO E SEU PROCESSO DE FIXAÇÃO EM CALDAS NOVAS.....	 64
2.1 A condição sócio-espacial dos migrantes nordestinos de Caldas Novas.....	70
2.2 Os migrantes e as expectativas em torno da fixação de residência em Caldas Novas.....	77
2.3 Os migrantes nordestinos e as estratégias de sobrevivência em Caldas Novas.....	84
 3 A DIMENSÃO POLÍTICA DAS PRÁTICAS URBANAS E A FORMAÇÃO DE TERRITÓRIOS NORDESTINOS EM CALDAS NOVAS.....	 102
3.1 As identidades e os simbolismos entre os membros da comunidade migrante.....	104
3.2 A organização política e o direito à cidade.....	107
3.3 O papel da mídia no movimento e o posicionamento do poder público municipal.....	117
3.4 A associação de nordestinos e a conquista de um lugar na cidade.....	123
3.5 A infraestrutura urbana e as acessibilidades.....	129
3.6 A percepção dos nordestinos e o processo migratório.....	131

4	A DIMENSÃO CULTURAL DOS MIGRANTES E A FORMAÇÃO DE IDENTIDADES EM CALDAS NOVAS.....	133
4.1	O cotidiano e o modo de vida na “vila dos nordestinos”	135
4.2	A religiosidade como expressão da identidade nordestina.....	145
4.3	A cultura nordestina e a formação de territorialidades em Caldas Novas.....	148
4.4	O migrante nordestino e a manifestação do diferente em Caldas Novas.....	156
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	170
	REFERÊNCIAS	177

INTRODUÇÃO

A economia brasileira, desde o início da colonização, passou por ciclos alternados de crescimento e estagnação no processo de desenvolvimento econômico, o que por sua vez vai determinar a movimentação populacional, comum no Brasil desde o período colonial. Até o século XVIII, o cultivo da cana-de-açúcar mantém a concentração demográfica no litoral nordestino. No final daquele século encontra-se ouro nos planaltos do interior, o que reorienta a economia e a localização populacional, que se dirige para as novas áreas mineradoras, que passam a representar oportunidade de ascensão social maior que a *plantation* açucareira. Quando termina o século XVIII, a região das minas sofre um refluxo econômico-demográfico e essas áreas são então absorvidas pela pecuária de gado bovino e reorganizadas para essa função.

Considerando Ruy Moreira (1990), que analisa o sentido dos fluxos migratórios no Brasil, quando uma área entra em decadência os recursos em homens e capitais nela ociosos acabam por deslocar-se para as áreas em ascendência, tal como ocorreu, por exemplo, das *plantations* para o planalto central, com o ciclo da mineração no Brasil. Esse rearranjo das locações territoriais nos meios produtivos estabelece uma dinâmica de relações internas constante entre os espaços.

Após 1830 a agricultura cafeeira ganha expressividade na economia nacional. O cultivo é implantado inicialmente em terras que hoje fazem parte do estado do Rio de Janeiro, havendo a partir de então, a tendência de a concentração do povoamento se dirigir para essas áreas, de tal forma que o fluxo migratório da cafeicultura se mobiliza para o Rio de Janeiro e áreas vizinhas como São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo, por onde se espalha a atividade cafeeira. As relações agrárias vão adquirindo novas feições a partir de 1850, quando

ocorre a regulação formal do mercado de trabalho e de terras, ocorrendo assim, o deslocamento econômico da agroexportação para a indústria sediada nos centros urbanos.

Às transformações econômicas segue-se uma polarização e evolução regional desigual subordinada ao desenvolvimento industrial no eixo Rio de Janeiro – São Paulo. Nesse período, a sociedade brasileira encontra-se diante de um quadro em que se aprofunda a necessidade de buscar força de trabalho em outras áreas que apresentem disponibilidade, e essa polaridade do eixo industrial captura o excedente de trabalho do Nordeste. A defasagem técnica vai-se acentuando entre o Sudeste e o Nordeste e este se constitui em fonte de permanente fuga de trabalhadores para os centros industriais.

O dicionário Aurélio (2000, p. 462) define o termo migrar: “Mudar de país ou de região”; porém, entendemos que muito além da definição lexical, migração implica um conjunto de processos internos e externos aos migrantes, os quais são freqüentemente considerados excedente populacional, culpados pelo “inchaço” urbano, desemprego e outros problemas sociais. Nesse sentido, a definição desconsidera os processos que efetivamente os levaram a essa condição, dos quais são vítimas e pelos quais são responsabilizados.

Nestes termos, migração pode ser entendida assim como Regina Bega Santos (1997, p. 6) a define: “movimento da população pelo espaço. Esse movimento relaciona-se às transformações econômicas, sociais e políticas que ocorrem nos diferentes lugares. Por isso o seu significado e as suas motivações variam tanto no tempo como no espaço”. Nesse sentido, as migrações são motivadas por fatores de repulsão apresentados em um determinado espaço e/ou por fatores de atração apresentados em outro.

No presente trabalho procuramos compreender a formação de um território constituído por migrantes nordestinos na cidade de Caldas Novas. Trata-se dos bairros Parque das Brisas III e Lago das Brisas, bairros limítrofes localizados ao sul da cidade e habitados essencialmente por migrantes nordestinos. Para a realização da pesquisa foram observados,

ouvidos e entrevistados cerca de 50 pessoas, inicialmente selecionadas por serem representativas do contingente migratório nordestino que se estabeleceu na cidade, a maioria deles, moradores dos bairros Lago das Brisas e Parque das Brisas III, que juntos formam a “Vila dos Nordestinos”. A denominação é usada pelos próprios moradores, que no decorrer da pesquisa nos falaram a respeito de suas vidas, da migração, do estabelecimento na cidade e da luta pelo direito à moradia, esta considerada a referência mais geral de sobrevivência da comunidade e de suas relações num círculo restrito de convivência.

Posteriormente, no momento de análise das informações colhidas, estabelecemos alguns critérios para a seleção das pessoas a serem citadas, o principal deles foi o tempo de efetivo estabelecimento na cidade não inferior a dez anos, consideramos que esse procedimento nos daria segurança de descrever os fatos através dos relatos das pessoas que vivenciaram desde o início a formação dos bairros, e que conseguiram descrever com clareza o processo histórico. Foram selecionadas entre as primeiras 16 pessoas, as quais foram citadas, por também demonstrarem uma maior compreensão e disponibilidade em relatar os vários aspectos do processo migratório. No momento da seleção dos entrevistados tivemos o cuidado de apresentar aqueles que através de narrações singulares, foram capazes de demonstrar com argumentação a convivência social na qual estavam envolvidos. A partir das falas procuramos analisar as condições sociais, econômicas e culturais em que migraram, se estabeleceram na cidade e criaram territórios.

Geograficamente, podemos dizer que os dois bairros juntos possuem características que os qualificam como um território, aqui entendido como uma construção social, apropriado e delimitado por aspectos sociais específicos e pela diferenciação do entorno. Assim, nos referimos no presente trabalho aos dois bairros enquanto uma única área, um território nordestino.

No sentido de atender aos objetivos da pesquisa, nossa proposta envolve a análise e levantamento de referências bibliográficas, pesquisa de campo, produção de mapas, aplicação de questionários e entrevistas com os membros da comunidade e demais pessoas envolvidas no processo de formação dos bairros, observação, sistematização e análise de dados. Nesta análise objetivamos também, compreender a teia de relações e experiências no mundo do trabalho, recuperando a diversidade e a dinâmica das ocupações que os absorveram. As reflexões desenvolvidas no decorrer da pesquisa incidiram sobre os valores expressos na sociabilidade local e como eles se expressam na produção do espaço, revelando a participação dos migrantes na constituição espacial da cidade.

Na pesquisa priorizamos inicialmente, na cidade de Caldas Novas, os fatores que se constituíram como atrativos populacionais, estando estes relacionados ao crescimento e desenvolvimento econômico baseado no turismo, direcionando-a depois para a comunidade migrante e para as relações que foram estabelecidas.¹

Como parte da sociabilidade existente no interior dos bairros, foram levadas em conta as relações estabelecidas a partir da noção de pertencerem a uma mesma região de origem, o Nordeste brasileiro, que se desdobraram em outras relações como parentesco, amizade e afinidade, sobretudo por se encontrarem numa mesma dinâmica social, a circunstância de serem migrantes. Essa circunstância e o fato de pertencerem a uma mesma região de origem, na sua concepção os qualifica como *iguais*, em contraposição à população local, por eles considerada como *desiguais*.²

¹ No final dos anos 90, quando comecei a trabalhar no CEJA (Centro de Ensino de Jovens e Adultos) Filostro Machado Carneiro, em Caldas Novas, entrei em contato com um grupo de alunos de origem regional nordestina; voltei meu interesse sobre a condição deles enquanto imigrantes na cidade e moradores da “vila dos nordestinos”. Assim, com o objetivo de fazer a dissertação de mestrado, comecei o convívio com os moradores do bairro situado na periferia de Caldas Novas. Desde então, conheço e acompanho, de perto ou de longe, algumas famílias que moram no bairro, na zona Sul da cidade. A maior proximidade se refere aos alunos com os quais trabalho e por intermédio deles as trajetórias de seus familiares.

² Algumas posturas permearam minha relação com os moradores deste bairro o tempo todo. Não era considerada uma *igual* a eles, mas sim *diferente*, entre outros aspectos, por trabalhar na função de professora de alguns deles, ou de seus filhos, o que sintetiza um eixo de diferenciação social básico; também eu não era moradora do bairro,

Durante todo o período da pesquisa tivemos uma preocupação referente ao impacto social e cultural das mudanças pelas quais os migrantes passaram. Novas relações sociais foram criadas com as pessoas consideradas “do lugar” e velhas relações foram substancialmente alteradas entre os nordestinos.

Nos bairros a identidade se reforça pelo arranjo espacial construído, sendo os limites entre casa e rua sutis e imprecisos, o que facilita os contatos e a aproximação entre a vizinhança. O estudo das relações sociais expressa que elas são criadas em torno da localidade onde habitam; tornando-se, portanto, um estudo da construção de suas identidades sociais.

Admitimos que as perspectivas de análise foram constantemente refeitas, passando por contínuas mudanças ao longo da trajetória da pesquisa, principalmente em função do surgimento de informações e situações novas e para nós até inesperadas. A esse respeito mencionamos que a primeira informação que tivemos sobre a formação do bairro Parque das Brisas III, que se formou primeiro, é de que a área teria sido invadida e ocupada. Posteriormente outros migrantes, inclusive pessoas mais idosas, mencionaram a existência de uma associação que teria reivindicado e conquistado a propriedade da terra.³

Havia desencontros entre as falas dos moradores; no sentido de esclarecê-las procuramos representantes do poder público municipal. Diante da resistência do prefeito Evandro Magal em nos receber tivemos como alternativa conversar com outras pessoas que fazem parte da administração, entre eles o Sr. Sebastião Arantes, atual chefe do Departamento de Planejamento Urbano, o Sr. Ulisses Naves, Vice-Prefeito do município de Caldas Novas no

o que me mantinha a uma certa distância. Encontrava-me nesta situação, de estar próxima pela situação da pesquisa, explicada a eles, pela proximidade que me conferia a função exercida na escola, e ao mesmo tempo de não fazer parte daquele grupo social.

³ Durante o trabalho de campo eu e os moradores conversávamos sobre vários assuntos, principalmente com as mulheres e com os alunos da escola, que se dispunham mais a conversar e a me contar o que eu perguntava, mas foi em conversas informais em que eles falavam sem reservas, que eu os compreendia melhor e que retirei a parte mais rica do material para análise. As maiores dificuldades de comunicação surgiam quando não era possível romper a distância que me confere a identificação com eles, muitos na comunidade não me conheciam, eu procurava portanto, nas entrevistas estar acompanhada por alguém que eles considerassem “do meio deles”, isso lhes inspirava, a meu ver, certa segurança de poder falar.

período de 2000 a 2004 que, em consonância com as suas posições de ocupantes de cargos políticos, nos informaram que a área havia sido doada porque, nas palavras de Sebastião Arantes: “é normal em Caldas Novas o poder público ajudar os pobres, foi o Prefeito que quis doar”.

Nesse momento da pesquisa, as dúvidas aumentaram, pois o poder público expressava um posicionamento diferente dos dois grupos de moradores, afirmando que por bondade a administração municipal teria feito a doação dos lotes urbanos.

Objetivando analisar estas problemáticas a pesquisa foi estruturada em quatro capítulos. No primeiro capítulo nos propusemos a caracterizar a cidade de Caldas Novas e identificar os fatores de atração populacional apresentados pela cidade na década de 1990, período em que ocorreram grandes contingentes imigratórios.

No segundo capítulo tivemos por objetivo identificar os migrantes e suas origens, identificar as redes que os trouxeram a Caldas Novas, os locais onde inicialmente se estabeleceram e ainda analisar as circunstâncias de chegada dos migrantes⁴.

No terceiro capítulo os objetivos consistiram em identificar as formas de organização política da comunidade migrante; analisar as estratégias utilizadas para reivindicar o direito de viver na cidade, e no caso específico, a uma área urbana; caracterizar o posicionamento do

⁴ As entrevistas constituíram, para alguns, uma oportunidade singular nas suas vidas, momento em que alguém que não faz parte do “seu mundo” lhes dá atenção, oportunidade de falar e de ser ouvido, especialmente para eles, que lutaram tanto para “serem ouvidos”. Outra prática que permeou o meu trabalho foi de avisar com antecedência sobre a visita, marcar um horário em que pudessem me atender. Eu percebia que para eles isto era importante, significava consideração em relação a eles, e na maioria das vezes quando eu chegava a casa estava arrumada, como se a organização da casa estabelecesse a impressão de respeitabilidade e dignidade que queriam demonstrar, o que ao mesmo tempo, me incomodava um pouco porque, na maioria das vezes, me recebiam na sala e o tratamento era o destinado “à visita”, ou seja, pessoa “de fora”, e não era isto o que eu pretendia. Mas, pelo menos inicialmente, não era conveniente que fosse de outro jeito, embora essa situação fosse mudando com o decorrer do tempo; eu os encontrava às vezes nas proximidades da vila, e normalmente os visitava mais de uma vez. De outro lado, é preciso considerar, que a relação dos moradores com o pesquisador sintetiza a variabilidade das posturas com relação aos outros. Isto significa uma possibilidade de conhecer os moradores locais, cujas atitudes podem ser variadas em relação ao pesquisador: generosidade, hostilidade, indiferença. Houve também alguns que não me receberam; quando eu cheguei, no dia e horário anteriormente marcados, a casa estava fechada, talvez por receio em dar as informações que eu procurava.

poder público municipal frente às reivindicações, e em que momento e que fatores motivaram a doação da área.

Finalmente, no quarto capítulo nos propusemos a analisar os aspectos que envolveram a adaptação cultural dos migrantes com os habitantes locais e a cidade e caracterizar a organização sócio-espacial dos bairros nordestinos, enfatizando as influências sociais, econômicas, e culturais dos migrantes na produção do espaço por eles ocupado.

Priorizamos como período de estudo a década de 1990, considerando que no ano de 1996 teve início a formação de nossa área de estudo, e finalmente uma análise do ano 2000, o que possibilitará a compreensão da totalidade do período analisado.

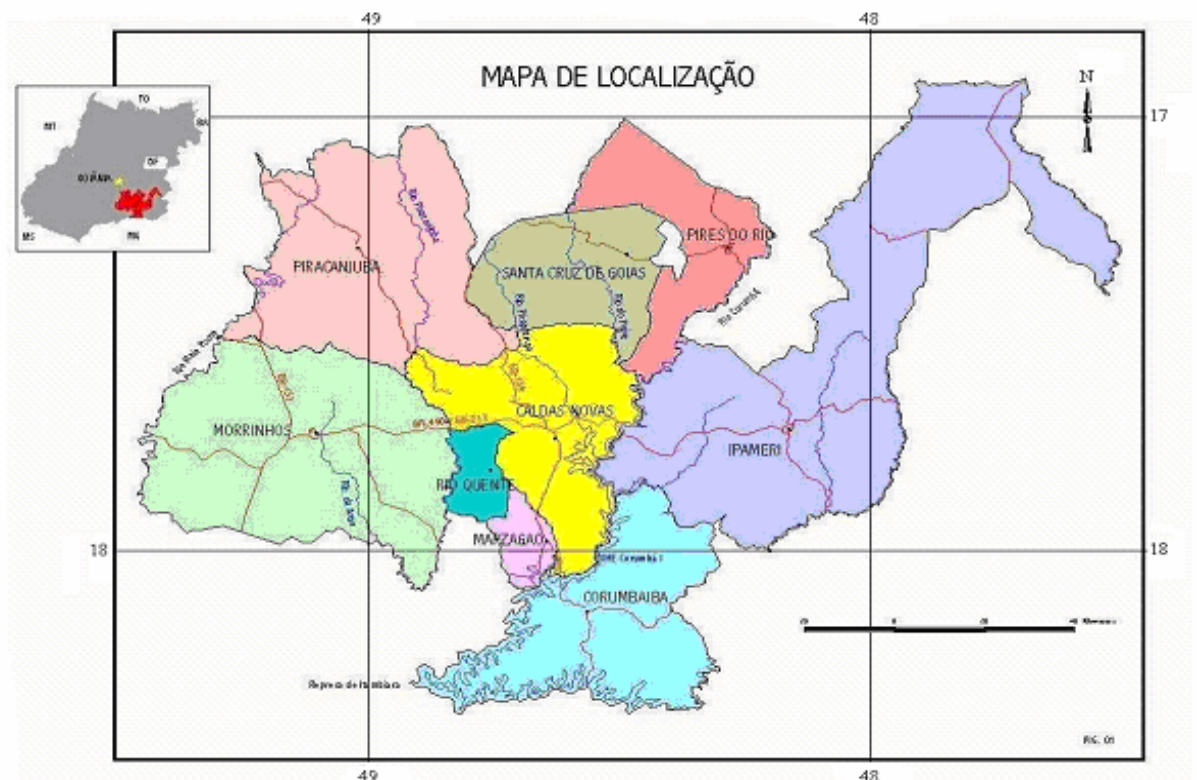
Nossa metodologia de pesquisa, como mencionamos anteriormente foi construída em boa parte a partir da memória oral, nos possibilitou perceber que a cidade de Caldas Novas no início da década de 1990, tinha uma configuração que não é a atual, porque muitas casas, quarteirões, ruas e espaços foram sendo construídos em função do turismo enquanto atividade econômica predominante. A esse respeito trataremos no capítulo a seguir.

CAPÍTULO 1

A CIDADE DE CALDAS NOVAS NO CONTEXTO DA MIGRAÇÃO DE NORDESTINOS NA DÉCADA DE 1990.

O município de Caldas Novas foi fundado em 1911 e está localizado no sul do estado de Goiás, na Mesorregião do Sul Goiano e Microrregião do Meia Ponte. A sede municipal está situada a 686 m de altitude acima do nível do mar, entre as coordenadas geográficas: latitude (s) $-17^{\circ} 44' 37''$ e longitude $48^{\circ} 37' 33''$. Possui área total de 1.594,7 km², representando 0,47% do Estado de Goiás.

Figura 01: Localização Geográfica de Caldas Novas e municípios limítrofes:



Fonte: Plano Diretor de Caldas Novas/GO 2000.
Org: OLIVEIRA, L.V.A. 2005.

Antonio Teixeira Neto (1986) classifica a área de Caldas como portadora de um clima do tipo Aw (KOPPEN, 1918), isto é, quente e úmido, com uma estação seca representada pelo inverno. Sobre a topografia horizontalizada da superfície de cimeira da Serra de Caldas e da zona periférica circunjacente pode-se perceber um nítido domínio de uma cobertura vegetal do tipo xeromórfica, representada pela vegetação do tipo cerrado. De maneira geral, o relevo apresenta-se pouco acentuado, com declives modestos e vales pouco profundos, exemplificados pelas altitudes entre 500 e 800 metros, que em menor frequência colocam em destaque relevos mais altos, como os da serra de Caldas.

Quanto à hidrografia, as cidades de Caldas Novas e Rio Quente ficam entre os rios Corumbá e Piracanjuba. Em importância turística destaca-se o Rio Quente, que nasce dentro da Pousada do Rio Quente, tem 12 Km de comprimento, mantendo a temperatura das águas por vários quilômetros.

Como ainda existem controvérsias a respeito da origem térmica das águas do Complexo de Caldas, uns admitindo somente o efeito do grau geotérmico, outros, além deste, também a ação do calor emanado das rochas em resfriamento a profundidade, Antonio Teixeira Neto (1986 apud FLEURY 1967 p. 61 a 62) transcreve trecho sobre o assunto:

El agua subterránea que há circulado a grandes profundidades entre rocas fuertemente plegadas llega a calentar-se, y si es posible su rápida ascensión hasta el nivel del suelo, emerge bajo la forma de mantial caliente. Tales condiciones son raras, sin embargo, y en la realidad estos manantiales se presentan por lo general en regiones de volcanismo activo y geológicamente reciente, donde las aguas deben su elevada temperatura a vapores sobrecalentados y emanaciones asociadas que procesen de focos subterráneos y se mezclan con las aguas meteóricas que circulan en los niveles superiores. Es probable que algunas fuentes calientes tengan un caudal formado por una mezcla de agua meteórica con el agua caliente que procese de las rocas subyacentes sometidas a el acción de metamorfismo.

Vários estudiosos do complexo de Caldas Novas, como Antonio Teixeira Neto (1986) e Carlos Albuquerque (1998) afirmam o valor terapêutico das águas e escreveram a respeito

de pessoas doentes, portadores dos mais variados males, que se viram curados quase milagrosamente por terem banhado nessas águas ou tê-las ingerido. Segundo Antônio Teixeira Neto (1986, p. 69):

As águas azotadas de Caldas são aplicáveis com proveito num considerável grupo de enfermidades. Os alcalinos administrados moderadamente são agentes ‘tróficos’, ativam a nutrição aperfeiçoando-a em toda série de atos que a constituem, especialmente elevam a cifra dos glóbulos sanguíneos e favorecem a desassimilação, como atestam o aumento de uréia e a diminuição do ácido úrico. Daí se conclui sua ação contra cálculos, a diátese úrico, diátese real, a gota, (...) afecções nervosas, gastrites crônicas etc.

No entanto, há unanimidade em admitir que atualmente o maior aproveitamento é em função da atividade turística. Tal fato é justificado pelo fluxo de pessoas, intensificado no período de férias escolares, explicando assim estar, a maior parte delas, especialmente as pertencentes às classes mais altas, em busca de turismo e não de tratamento de saúde.

A Análise do processo de crescimento urbano em função do turismo, nos leva a constatação de que o espaço urbano é fragmentado e que nosso objeto de estudo está inserido nesse contexto, mas que essa fragmentação não é aleatória e obedece a uma lógica que é a expressão espacial dos processos sociais. Encontramos subsídios para a compreensão e análise das especificidades urbanas em que se insere nossa pesquisa em Roberto Lobato Corrêa (2003, p.09): “Eis o que é o espaço urbano: fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas. É assim a própria sociedade em uma de suas dimensões, aquela mais aparente, materializada nas formas espaciais.”

Dessa forma o espaço urbano, especialmente na sociedade capitalista, expressa a desigualdade socialmente produzida por agentes sociais distintos. Interessa-nos considerar, entre os agentes produtores do espaço urbano de Caldas Novas, um grupo social e espacialmente segregado e colocado à margem dos bens e serviços socialmente produzidos, entre os quais a habitação, sendo a falta desta um dos mais graves indicativos da exclusão.

Segundo Roberto Lobato Corrêa, a principal forma espacial vinculada à reprodução dos grupos sociais é a segregação, definida como sendo “uma área geográfica caracterizada pela individualidade física e cultural. Seria ela resultado do processo de competição impessoal que geraria espaços de dominação dos diferentes grupos sociais” (CORRÊA. 2003, p. 59). Ainda segundo o autor, sendo áreas marcadas pela tendência à uniformidade da população, em termos de *status* sócio-econômico, urbanização e etnia, a uniformidade de tais características origina áreas homogêneas e segregadas.

As relações entre Caldas Novas e a conjuntura da economia nacional se tornam indispensáveis para a percepção do aparecimento, continuidade, expansão ou retração de certas atividades, algumas que propiciavam aquisição de renda e ascensão social e outras que se tornaram apenas estratégias de sobrevivência na cidade.

A década de 1980, no Brasil, foi marcada pela implantação de sucessivos planos econômicos. A economia entrou em crise, a maioria das pessoas empobreceu, o que provocou o aumento da desigualdade social e do número de desempregados. Na década de 1990, para superar a crise, instalou-se no país a política neoliberal, que limitava a atuação do Estado no setor produtivo e a tendência foi de aumentar a participação do capital privado no setor industrial de base. Esse modelo forneceu infra-estrutura ao capital privado e o país viu agravada sua dependência do exterior, devido ao aumento do endividamento externo e à atuação do capital multinacional no país.

Na última década do século XIX, o governo brasileiro começou a investir em ferrovias, como forma de escoar o café, que era o principal produto de exportação no período. Em 1896 os trilhos, em direção ao interior, chegavam a Araguari, em Minas Gerais, e em 1913 a Ipameri, Goiás. O objetivo era fazer a ligação dessa região com os rios Araguaia e Tocantins e escoar a produção agrícola do interior para os Estados Unidos e Europa através do porto de Belém.

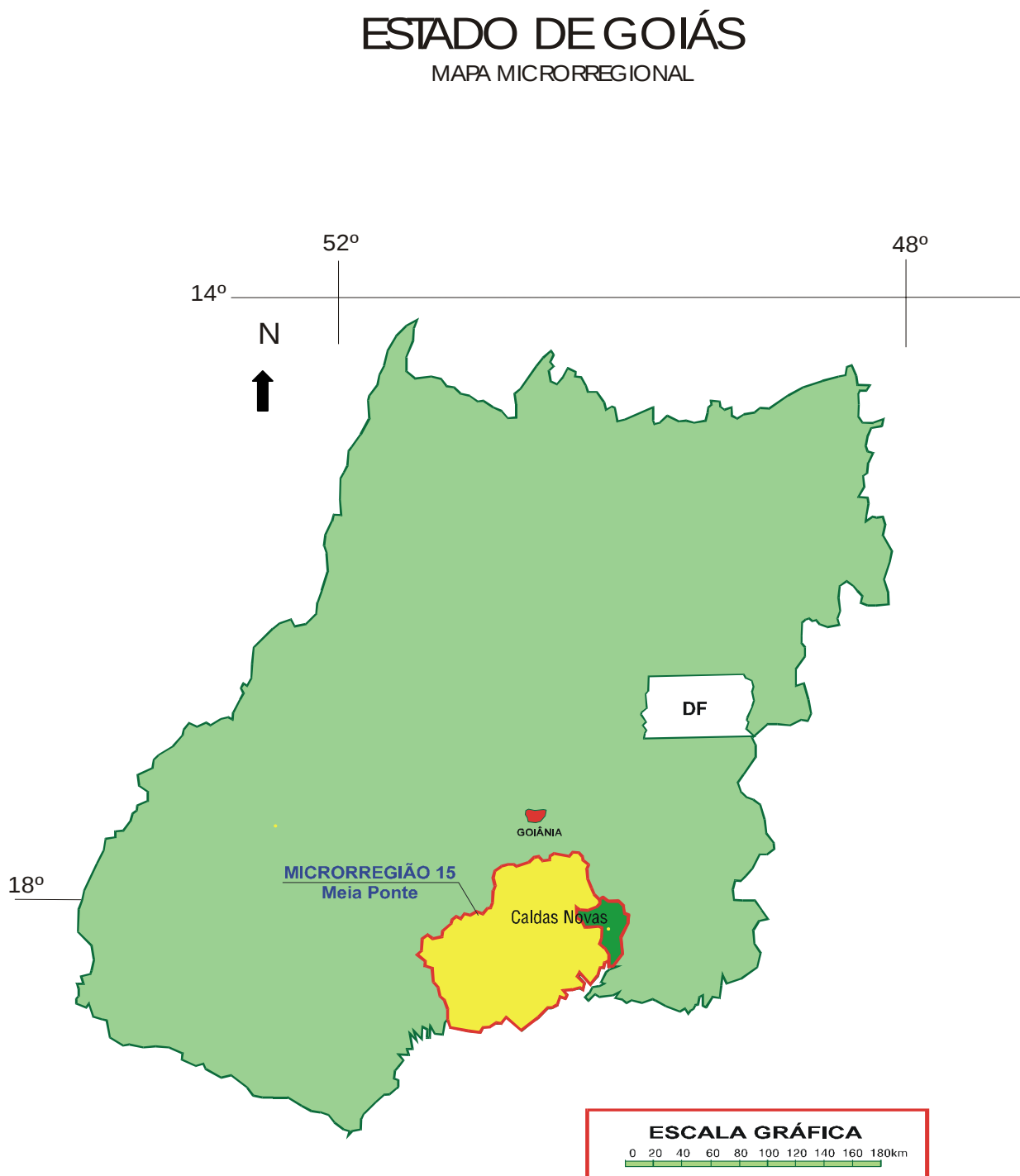
De acordo com a tendência de ocupação e inserção de novas áreas ao sistema capitalista no Brasil foram criados, na segunda metade do século XX, programas governamentais de incentivo ao povoamento do interior. A década de 1970 marca uma arrancada no processo de ocupação e desenvolvimento do Centro-Oeste, que naquele momento constitui-se como área em expansão econômica e se estende até meados da década de 1980, momento em que os índices de imigração para a região diminuem consideravelmente. A esse respeito José Marcos Pinto da Cunha (2002, p. 10) escreve:

A partir dos anos 80, o Centro-Oeste se integra à economia nacional, ao mesmo tempo em que se consolida como área produtora de bens para exportação. Após esse período, observa-se uma diminuição da migração, tendo em conta o esgotamento ou, simplesmente, a redução dos recursos destinados ao incentivo à colonização e ocupação das fronteiras agrícolas e ao processo de modernização da agricultura, associado às mudanças de cultivo e às modificações na estrutura fundiária.

Na década de 1990 ocorre o que o autor chama de “fechamento das fronteiras” (CUNHA, 2002 p.16), momento em que o volume de imigração (nº de pessoas que chegam) e de emigração (nº de pessoas que saem) se equilibra na região. As taxas de crescimento demográfico intra-regional são diferenciadas. Um aspecto particular, a construção de Brasília, atrai um significativo contingente migratório para o Distrito Federal, cujo entorno se transforma “em ponto de chegada dos imigrantes de baixa renda na área de influência da capital (...) que, principalmente a partir dos anos 80, passa também a ‘exportar’ pessoas para esta nova periferia” (CUNHA, 2002 p. 44). Dessa forma, o estado de Goiás, já na década de 1960, apresentava uma dinâmica de crescimento distinta dos outros estados da região, apresentando crescimento populacional superior aos demais. O chamado “fechamento das fronteiras” no estado de Goiás antecede os outros estados da região Centro-Oeste em aproximadamente uma década. Goiás entra na década de 1990, com seu território seccionado

pela constituição de 1988, que subtrai de seu antigo mapa quase a metade do território anterior. A área atual é demonstrada a seguir.

Figura 02:



A superfície, que era de 642 mil quilômetros quadrados, ficou reduzida a 354 mil quilômetros quadrados. O censo de 1991 constata no estado uma população de 4.012.562 habitantes. O número de municípios em 1991 era de 242, e desde a década de 70 a sua economia foi considerada a primeira do Centro-Oeste. Nas últimas duas décadas a agricultura cresceu em Goiás; o estado, em 1990, se firma como um grande produtor de grãos, leite e carnes, com rápido processo de industrialização. Muitos grupos agroindustriais da região Centro-Sul são atraídos para a região graças à concentração da produção de grãos e fibras (milho, soja e algodão). Porém o grande estimulador da ocupação acelerada do cerrado na região Centro-Oeste foi a cultura da soja, que alcançou altos preços no mercado internacional.

O perfil de desenvolvimento econômico do estado sofreu grandes transformações. Do binômio carne-grãos, o Estado incorporou avanços e diversificou sua economia, hoje baseada em pelo menos mais quatro setores de igual ou maior peso que os anteriores. São os segmentos da mineração, lácteos, turismo e serviços, incluindo neste último o comércio. Outros fatores que se constituíram como fomentadores da ocupação do Centro-Oeste foram: condições climáticas bem definidas, boa infra-estrutura viária, de eletricidade e comunicações, situação estratégica e políticas de incentivo do governo estadual.

Hélio Rocha (1998, p. 175) transcreve uma entrevista com o ex-governador de Goiás, eleito em 1990, Iris Rezende Machado, que fala sobre a divisão do estado e os benefícios para Goiás naquele momento:

Nós aplicávamos cinco vezes mais no Estado do Tocantins do que arrecadávamos. O norte naquela época contribuía com 6% da arrecadação do Estado de Goiás, e nós aplicávamos lá cerca de 30%. (...) Goiás mostra hoje nova imagem.

Na mesma obra Hélio Rocha menciona outros fatores que contribuíram com o desenvolvimento do estado no período, como a intensificação da fiscalização dos impostos,

que elevou a receita líquida, e o início da implantação da quarta etapa da usina de Cachoeira Dourada, que passa a gerar mais energia.

A redistribuição geográfica da população adapta-se, assim, à necessidade de aumentar a oferta de mão-de-obra provocada por mudanças nas áreas em expansão econômica, o que pôde ser percebido no momento da divisão do estado de Goiás e criação do estado do Tocantins, que correspondem em cada momento aos espaços para os quais se dirigem os interesses capitalistas.

Caldas Novas se insere nesse processo de (re)ocupação e desenvolvimento econômico do Centro-Oeste e do estado de Goiás. Carlos Albuquerque (1998) descreve os ciclos de desenvolvimento de Caldas Novas e os fatores que motivaram a vinda de pessoas para a cidade. Segundo o autor o município passou a ser povoado no fim do século XVIII, sendo a mineração e a agropecuária predominante do final do século XVIII até o início do século XIX. Delimitando os ciclos de desenvolvimento econômico que marcaram a história do município, menciona que após esse período passa a predominar o turismo de saúde e posteriormente de lazer. A esse respeito Carlos Albuquerque (1998, p. 47) escreve:

A utilização das águas quentes para o tratamento da saúde já era conhecida dos índios da região há muito tempo. Em 1818 o governador da Província de Goiás, Fernando Delgado de Castilho, deslocou-se de Vila Boa até Caldas Novas, percorrendo cerca de 400 Km em liteira, carregado por escravos, a fim de se tratar de um reumatismo que o deixara entevado. Após alguns meses de tratamento nas águas termais, ficou totalmente bom e a notícia se espalhou. Dom João VI que, em 1808, se mudara para o Brasil com toda a família real, ficou interessado e financiou a vinda do famoso naturalista francês Auguste Saint-Hilaire, em 1819, para estudar as possibilidades da região... A procura das águas termais como forma de tratar a saúde continuou cada vez com maior intensidade, mas tinha como fator limitante as distâncias e a falta de vias de acesso.

O autor analisa a expansão do que denomina turismo de saúde⁴ e, segundo ele, desde o

⁴ refere-se ao aproveitamento das águas termais para tratamento de doenças. A busca pela cura e por uma vida saudável, vinculada a ideologia da qualidade de vida, podem ter suscitado um deslocamento populacional para Caldas Novas promovido, principalmente, pelas advogadas propriedades medicinais das águas.

peessoas tomavam seus banhos termais no córrego de Lavras, hoje córrego de Caldas, que corta a cidade, cuja nascente é de águas quentes. Em 1920, foi construído o primeiro balneário público, para atender à procura crescente de pessoas pelas águas termais.

Na década de 1940, aumentou o fluxo de turistas para tratamento de saúde, já circulavam por Caldas Novas carros e caminhões. Por isso foi construída a ponte São Bento sobre o rio Corumbá que facilitou o acesso à cidade de Araguari. Nesse período foi construído o Balneário Municipal, com 20 salas individuais, que continua em atividade até os dias atuais. Naquela época, a água saía diretamente das fontes termais, que eram naturais, e tinham pressão suficiente, não necessitando ser bombeadas.

A melhoria das condições de acessibilidade possibilitou o aumento da circulação de pessoas pela cidade, viabilizando a ampliação da utilização das águas termais e a expansão do turismo de lazer na segunda metade do século XX. A cidade passa a receber turistas, a absorver capital e a atrair mão-de-obra de trabalhadores oriundos de outras áreas, destacando-se em número, trabalhadores migrantes da região Nordeste. Tais fatores determinaram elevação das taxas de crescimento urbano principalmente na década de 1990.

Roberto Lobato Corrêa (2001) nos traz a compreensão dessa forma de organização espacial denominada cidade. Para o autor a cidade é vista como uma forma de organização do espaço pelo homem, é considerada a expressão concreta de processos sociais na forma de um ambiente físico construído sobre o espaço geográfico. A cidade é então, a expressão de processos sociais e, portanto, reflete as características da sociedade.

Milton Santos, tratando da historicidade do surgimento das cidades, cria um conceito a partir da comparação. Para ele, na transição do feudalismo para o capitalismo, a cidade aparece como o lugar do trabalho livre, “este lugar, a cidade, se diferencia do campo, entre outros motivos pela possibilidade desse trabalho livre. A cidade aparece, então, como uma semente de liberdade.” (SANTOS. 1997, P. 52 e 53). Segundo esse raciocínio o campo se

diferenciaria da cidade pelo predomínio do trabalho cativo. O mesmo autor referindo-se às cidades escreve: “As relações com áreas longínquas ao campo imediato passa a ser uma constante e mesmo uma necessidade.” (SANTOS. 1997, p. 54).

O tema deste capítulo envolve as relações mantidas pela cidade de Caldas Novas com áreas próximas, longínquas e mesmo extra-regionais durante a década de 1990. Procuramos caracterizar a cidade no período, o que é uma preocupação no sentido expressar a temporalidade da formação do território em questão, uma vez que geograficamente pode-se dizer que a cidade é um elemento de delimitação espacial e temporal no qual o território que analisamos se encontra inserido.

1.1 – As redefinições sócio-econômicas de Caldas Novas na década de 1990.

No curso do período em análise, o município passou por significativas transformações, tanto no campo quanto na cidade. No campo as mudanças são em função principalmente das próprias transformações urbanas. Na cidade as mudanças ocorreram a partir das transformações e à produção do espaço em função do turismo.

Admitimos que não temos, em relação à exploração do espaço pelo turismo, uma delimitação muito precisa de diferenciação do espaço rural e urbano em Caldas Novas. A atividade turística envolveu tanto o urbano quanto o rural que se tornaram espaços interligados, a movimentação de pessoas criou uma rede de comunicação que dificultou essa delimitação. No entanto, no sentido de atender aos objetivos do capítulo, utilizaremos a delimitação proposta pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e passaremos a descrever as atividades consideradas pelo IBGE como próprias dos espaços rural e urbano.

Na cidade de Caldas Novas criaram-se gradativamente novas configurações e abriram-se espaços econômicos que, subordinados ao perfil da demanda, puderam ser explorados de

formas diferenciadas. Entre as transformações provocadas pelo crescimento da cidade se inserem a crise e a superação dos serviços urbanos. Novas atividades surgiram a partir da ocupação dos espaços; outras, já existentes, extinguiram-se, foram transformadas ou adaptadas. Dos balneários existentes no início do período resta atualmente apenas o balneário municipal, os demais foram transformados em clubes, a maioria deles com grandes hotéis. Surgiram novos serviços como de recreadores, massagistas e intérpretes, entre outros exercidos nos hotéis para atendimento aos hóspedes. Pequenas atividades individuais, como de costura, passaram a empresas de confecções de roupas de banho ou se transformaram em lojas de camisetas e outras peças de vestuário, estampadas com frases e imagens referentes à cidade.

Não há grandes indústrias em Caldas Novas. A atividade industrial se baseia no ramo de alimentação, como padarias, fábricas de doces, salgados, massas, biscoitos, laticínios, torrefadoras de café e bebidas, além de outros ramos como móveis, confecções, serralherias, produtos de limpeza, cerâmica, indústria de concreto, cosméticos, artefatos de couro e gráficas.

Buscamos dados que demonstrassem a evolução dos espaços rural e urbano de Caldas Novas. Segundo os censos do IBGE até 1989 a cidade contava com 350 empresas; de 1990 a 2000 foram criadas 1.313 novas unidades empresariais de vários ramos de atividade, quase quatro vezes o número de empresas existentes até a década anterior. Os números são também indicadores do acelerado crescimento econômico que a cidade apresentou no período.

A construção civil passa a absorver boa parte da mão-de-obra não especializada, consequência do rápido crescimento urbano, o que despertou o interesse de empreendedores para a construção de grandes prédios de apartamentos, condomínios de chalés, flats, *shopping centers*, hotéis, pousadas, além de um crescente número de residências, e a construção de uma usina hidrelétrica.

No espaço rural a criação de bovinos de corte é a mais desenvolvida na região. Segundo dados da Emater/GO (órgão estadual de apoio ao produtor rural) relativos a 1991/1992, 270 produtores dedicaram-se a esta atividade. São 65.000 cabeças, sendo que em 1991 foram comercializadas 10.400 cabeças. Em segundo lugar estão os bovinos de leite, num total de 220 produtores, com um rebanho de 38.500 cabeças, representando 8.320.000 litros de leite por ano. A raça predominante do gado leiteiro na região é o cruzado girolanda.

A produção de suínos e aves foi pouco significativa. Em 1991 havia 220 produtores criando 7.150 cabeças de suíno tipo banha, sendo que a maioria era destinada ao consumo familiar. Naquele ano 3.289 cabeças foram comercializadas. Duas empresas, Nomurabrás e Agropecuária Perdizes, se dedicaram à criação de suíno tipo carne; das 1.100 cabeças foram comercializadas 605. A avicultura foi praticada apenas pela Nomurabrás: 20.000 cabeças, num total de 150 toneladas.

Segundo a Emater/GO, de 1991 a 1992, o arroz e o milho foram as culturas que mais se desenvolveram na região. À forma tradicional de plantio do arroz se dedicaram 240 produtores, significando 2.400 hectares plantados, com uma produção de 3.624 toneladas. A essa cultura segue-se a do milho, com 240 produtores cultivando 4.500 hectares, numa produção de 18.378 toneladas. A produção de soja também é representativa; são 30 produtores, com um total de 4.500 hectares e uma produção de 9.450 toneladas. Outros produtos, como feijão, mandioca, laranja e hortaliças também são cultivados na região, a maioria para consumo familiar, com uma pequena comercialização do excedente nas feiras livres. Iniciando sua produção pela Nomurabrás está a castanha de origem australiana, denominada noz macadâmia utilizada na produção de cosméticos.

Atualmente a produção rural do município passa por um processo de diversificação tanto no que se refere às lavouras permanentes como temporárias, produzindo, além dos já citados, vários outros produtos conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 01:

Principais produtos rurais de Caldas Novas no ano de 2002.

Culturas e Criações	Nº de produtores	Área/Rebanho		Produção		Rendimento	
		Unidade	Quant.	Unidade	Quant.	Unidade	Quant.
Arroz sequeiro	55	ha	380	t	577.6	Kg/ha	1.520
Arroz irrigado	08	ha	04	t	16	Kg/ha	4.000
Feijão	12	ha	120	t	240	Kg/ha	2.000
Mandioca	300	ha	320	t	4.160	Kg/ha	13.000
Milho	170	ha	3.500	t	22.750	Kg/ha	6.500
Soja	40	ha	10.500	t	29.400	Kg/ha	2.800
Citros	02	ha	200	t	1.800	Kg/ha	24.000
Banana	09	ha	40	t	1.200	Kg/ha	30.000
Melancia	03	ha	15	t	450	Kg/ha	30.000
Outras hortaliças	30	ha	40	t	1.280	Kg/ha	32.000
Bovinos de corte	120	cabeças	38.000	cab. Com	7.200	Ind.com.(%)	18,90
Bovinos de leite	240	cabeças	45.000	1000 l.	12.960	1/vaca/ano	6,0
Suíno tipo banha	100	cabeças	2.800	cab. Com	500	Ind.com.(%)	17,85
Suíno tipo carne	09	cabeças	2.200	cab. Com	1.100	Ind.com.(%)	50
Avicultura	160	cabeças	130.000	cab. Com	60.000	Ind.com.(%)	45
Piscicultura	80	m ²	95.000	Kg carne	47.500	Kg carne/m ²	0,5
Apicultura	05	colméia	30	Kg mel	450	Kg/colméia/ Ano	15

Fonte: Agência Rural, escritório municipal de Caldas Novas.

Com as políticas agrícolas das décadas de 1970 e 1980, Caldas Novas sofreu várias transformações produtivas, inclusive com introdução de novas técnicas de cultivo. Destacam-se o plantio direto e a irrigação que permitiu aos produtores aumentar a produtividade de produtos como arroz, milho e soja. Em contrapartida houve diminuição da área destinada à criação de bovinos para corte e uma diversificação com a introdução de frutas, citros e hortaliças como demonstrado na tabela 01.

O crescimento e a diversificação produtiva demonstrada anteriormente se relaciona com o processo de modernização tecnológica e com a expansão agrícola no Centro-Oeste, no que se refere especialmente à produção de grãos, e também com o crescimento populacional e urbano de Caldas Novas que aumenta a demanda por produtos alimentícios.

Quanto aos recursos minerais o município possui jazidas pouco exploradas como ouro, rutílio, diamante, variados tipos de cristais de quartzo, calcário e manganês. No entanto, o principal recurso mineral do município é a água termal, em torno da qual se concentra a maior parte do potencial econômico municipal. Com temperaturas entre 34°C a 56°C, a principal região produtora da água é o perímetro urbano da cidade de Caldas Novas, sendo a exploração feita através de poços tubulares que atingem uma profundidade média de 300 metros.

As águas termais se constituíram no principal atrativo turístico de Caldas novas e exerceu papel determinante no processo de crescimento urbano. Além do turismo a cidade passa a exercer também outros tipos de atrações, em relação aos migrantes, os novos serviços, o emprego e a qualidade de vida foram primordiais.

1.2 – As transformações espaciais, a migração e o crescimento urbano de Caldas Novas.

As transformações espaciais em Caldas Novas são advindas do processo de crescimento urbano, considerado como crescimento populacional resultante da diferença entre as taxas de natalidade e mortalidade denominado crescimento vegetativo, mas advêm principalmente da urbanização, considerada como resultante do processo migratório campo-cidade predominante em todo o país nas últimas décadas.

A partir de 1980 Caldas Novas passa a apresentar acentuado crescimento populacional e urbano. Naquele ano contava com 9.800 habitantes, em 1991 com 24.159 e em 2000 com

49.660. Houve o que ficou conhecido como “explosão imobiliária”, que ampliou o setor de serviços, em grande parte por influência do plano cruzado (1986), criado pelo governo José Sarney, que baixou a remuneração das aplicações financeiras. Muitas pessoas que tinham alguma poupança ou dinheiro aplicado resolveram investir na compra e construção de imóveis como forma de aplicação e exploração da atividade turística, em crescimento na cidade. Novos clubes e hotéis foram construídos, oferecendo serviços e acompanhados de uma política de venda de títulos, com propaganda em várias cidades e estados. Esse contexto se constituiu como base para o direcionamento migratório, principalmente de trabalhadores nordestinos, em direção à cidade, para ocupar os postos de trabalho surgidos com os novos serviços.

Milton Santos (2004) analisando a rede urbana no Brasil bem como sua população, demonstrou que as cidades com mais de 20 mil habitantes apresentaram os maiores índices de crescimento populacional, segundo o autor no ano de 1996 esses núcleos reuniam 78,38% da população urbana do país. “A população urbana das aglomerações com mais de 20 mil habitantes cresce mais depressa do que a população total e a população urbana do país, e o mesmo fenômeno também se verifica em escala regional” (SANTOS. 2004 p. 205).

Da análise do autor podemos apreender que o sentido dos fluxos migratórios no Brasil passa por um redirecionamento, já que na mesma obra o autor nos apresenta uma relativa diminuição populacional nas metrópoles. Nesses centros o crescimento apresenta índices menores que o total do país. Nesse sentido, e devido à saturação metropolitana, os fluxos migratórios tem se dirigido para os centros urbanos de menor porte mas que apresentam dinamismo econômico como Caldas Novas.

Ana Fani A. Carlos (1996) menciona que a cidade é a materialização das condições gerais do processo de produção devido a algumas características como a segregação espacial, a tendência do espaço urbano de (re)produzir e ampliar a distância entre o local de moradia e o

local de trabalho; e o fato de que o espaço urbano se reproduz na contradição. A autora aponta a existência de processos que estão por trás da produção da cidade, levando-nos ao questionamento de que essa produção seja efetivada de forma pacífica e/ou passiva. Em Caldas Novas a segregação se faz presente, a organização espacial reflete as contradições sociais mencionadas pela autora e presentes no processo de produção desse espaço urbano, no qual se fixaram os migrantes nordestinos. Ressalta-se que boa parcela das construções em Caldas Novas são destinadas à segunda residência, não se localizam em um único lugar, o que torna complicada a contagem. No entanto, o bairro do turista se apresenta como exemplar desse processo, segundo a secretaria municipal de turismo e cultura, atualmente (agosto/2005), em torno de 30% das casas e apartamentos permanecem vazios durante a maior parte do ano, sendo ocupados apenas nos períodos considerados de alta temporada.

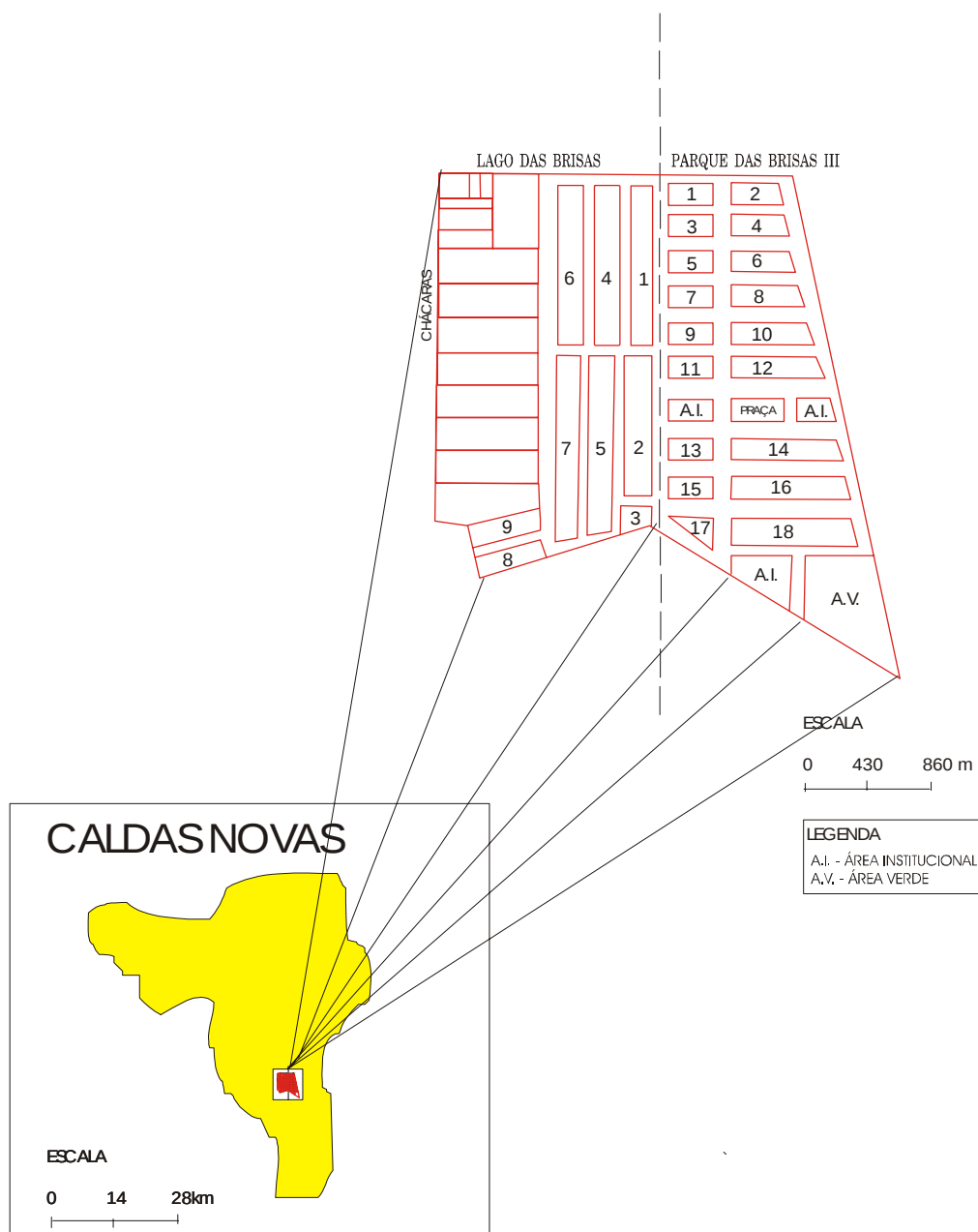
Em 1990, Caldas Novas possuía 40 bairros em torno do centro como demonstramos a seguir⁵:

⁵ Esclarecemos que não foi possível construir o mapa da cidade, em 1990, a partir de dados oficiais. Insistimos com diferentes órgãos da Prefeitura, mas não nos foram fornecidos os dados; tentamos também obter informações no cartório de registro de imóveis, e também esta tentativa não produziu resultados. Então buscamos outras possibilidades de construção do mapa, que acabou sendo elaborado a partir da memória das pessoas. Nesse sentido obtivemos dados com o agrimensor José Neto de Siqueira, que presta serviços à Prefeitura Municipal, com Epaminondas Divino da Costa, comerciante de materiais de construção estabelecido na cidade e membro do Conselho de Desenvolvimento Urbano, e ainda com os próprios migrantes pesquisados, que guardam na memória a formação espacial que encontraram.

Figura 03.

Figura 04:

Bairros Parque das Brisas III e Lago das Brisas:



Elaborado por: OLIVEIRA, L.V.A. 2005.

Eles aí permaneceram, e enquanto trabalhadores se constituíram em mão-de-obra ligada à construção civil e ao setor de serviços vinculado ao turismo e ao crescimento urbano.

José Augusto Guedes Falcão (1996, p. 63 e 64), sobre o turismo enquanto atividade econômica, escreve:

O turismo constitui-se, hoje, uma atividade econômica promissora nos países desenvolvidos e no mercado internacional, estendendo-se também para áreas e locais periféricos, a despeito das limitações dos seus mercados de consumo interno(...) A economia contemporânea se articula à escala planetária, acima das distinções e peculiaridades territoriais, sejam elas políticas, sócio-culturais ou da organização da produção. Este processo é motor e resultado do desenvolvimento científico e tecnológico e de uma evolução sem precedentes das inovações nos transportes e nas comunicações, que possibilitam conexão imediata e simultânea de áreas distantes e até então isoladas. Esta conexão não se refere apenas às relações de troca inter-regionais e internacionais e aos tradicionais fluxos de bens característicos do período mercantil. Trata-se de uma nova organização, no nível da produção, (...) que estabelece um conjunto novo de relações e serviços, mediante fluxos de pessoas, de tecnologias, de informações, de capitais etc. Estes fluxos realizam-se por meio de um conjunto de redes diversas que constituem a base das novas formas de organização e produção do espaço.

O aproveitamento do turismo como possibilidade de crescimento econômico e a publicidade em torno dessa atividade torna a cidade de Caldas Novas conhecida nacionalmente, o que passa a atrair pessoas de várias partes do país e mesmo de outros países.

Trata-se de uma atividade que apresenta certa instabilidade. Os clubes e hotéis contam com pico de funcionamento nos meses de dezembro, janeiro, julho, e feriados prolongados, considerados períodos de alta temporada, nos quais intensificam suas atividades, trabalhando nos outros períodos em ritmo diferenciado, havendo momentos em que são aproveitados trabalhadores externos e temporários. Entendemos que a inserção da relação de trabalho temporário, própria do sistema capitalista, propicia maior lucratividade às empresas que passam a não arcar com o custo da mão-de-obra nos períodos em que apresentam capacidade ociosa, demitindo parte dos funcionários.

Caldas Novas conta no período da pesquisa com menos de 50.000 habitantes, a projeção populacional do IBGE para o município no ano de 2005 é de 64.000 habitantes. A partir da análise que Milton Santos (2004) faz a respeito da função das cidades em relação ao tamanho, consideramos que apesar de pequena em termos demográficos, Caldas Novas pode

ser considerada uma cidade média, possui influência e uma funcionalidade regional, recebe pessoas de vários lugares do Brasil e do mundo, a atividade turística propicia a manutenção de uma conexão entre a cidade e lugares longínquos. Os dados a seguir são demonstrativos da quantidade de habitantes de Caldas Novas, no período considerado pela pesquisa.

Quadro 01:

Evolução populacional de Caldas Novas no período considerado pela pesquisa.

Ano	Número de habitantes		
	População rural / %	População urbana / %	Total
1991	2.921 - 12,1%	21.238 - 87,9%	24.159
1996	2.578 - 6,5%	37.057 - 93,5%	39.635
2000	2.352 - 4,7%	47.308 - 95,3%	49.660

Fonte: IBGE Censos 1991, 2000 e contagem populacional 1996.

O crescimento populacional se acentua, na década de 1990, em relação à última década. No período compreendido entre os anos de 1980/91 a taxa chegou a 7,3% a.a., e no quinquênio 1991/96 houve um crescimento populacional anual de 10,5% a.a., número bem superior à média Estadual, que é de 2,35 % a.a. para o mesmo período.

O município apresenta, em 1996, uma densidade demográfica de 25 habitantes por km², superior à densidade do Estado de Goiás, que é de 13 habitantes por km². No período considerado, houve afluxo populacional para Caldas Novas, o qual apresenta um padrão predominante familiar.

Na contagem populacional de 1996, 12.611 habitantes de Caldas Novas eram migrantes. O crescimento populacional continua na segunda metade da década e em 2000 o município já contava com 46.660 habitantes, quase o dobro da população residente no início da década de 1990, período em que a cidade contava com 40 bairros em torno do centro.

Em 2000 Caldas Novas apresenta um crescimento de 105,55 % em relação a 1991. Em 1996, é considerada a segunda cidade que mais cresceu no Brasil, naquele ano a população aumentou a uma taxa de 20,8% ao ano. Tal crescimento se relaciona ao número de migrantes que a cidade passa a receber, a partir do crescimento econômico baseado no incentivo dado ao turismo, que cria possibilidades de trabalho e emprego e se transforma em fator de atração de capital e mão-de-obra.

Caldas Novas é um município urbanizado; em 2000, 95,3% da população residia na área urbana. Considerando-se a evolução da população rural no período, verifica-se tendência à diminuição, indicando a urbanização da população rural e também a fixação dos migrantes na área urbana de Caldas Novas. Tal fato pode ser verificado a partir da diminuição dos residentes no espaço rural e do aumento dos residentes no espaço urbano.

Sobre o crescimento populacional apresentado recentemente pelo município, Carlos Albuquerque (1998, p. 27) nos diz:

Há mais de uma década, Caldas Novas recebe todos os meses gente de quase todos os estados brasileiros e também de outros países, que se instalam na cidade com o objetivo de conseguir trabalho, investir, procurar melhor qualidade de vida, oferecer serviços (...).

A distribuição espacial desta população, concentrada no espaço urbano de Caldas Novas, acompanha a caracterização das cidades mencionada por Lúcio Kowarick (1979), segundo o autor essa distribuição reflete a condição social dos habitantes da cidade, espelhando no nível do espaço, a segregação imperante no âmbito das relações econômicas. Surgem e se expandem os bairros periféricos que alojam a população trabalhadora. É nestas áreas que se concentra a pobreza da cidade e de seus habitantes.

A aceleração no ritmo das mudanças, com a intensificação do turismo e o crescimento demográfico, gerou a escassez de habitações. Cresce a construção civil, para atender a

demanda por habitações que a atividade passa a requerer e eleva-se rapidamente o número de trabalhadores o que aumenta a pressão sobre a oferta de casas populares, as quais se tornam insuficientes para a população trabalhadora que passa a residir na cidade.

Durante a década de 1990 a cidade passa por alterações sócio-econômicas significativas, ganhando nova configuração espacial, tais como, o surgimento de novos bairros e a reconstrução do espaço para atender ao turismo e as atividades a ele vinculadas. Passaremos a detalhar tais alterações.

Apresentar inicialmente os números referentes ao ano de 1991 é parte de nossa metodologia de pesquisa que engloba o início da década de 1990, momento em que se avolumam os índices migratórios em direção à Caldas Novas. Confrontaremos os dados com o mesmo índice em Goiás e no Brasil no mesmo ano. Para tanto utilizamos dados dos censos demográficos do IBGE. A metodologia de cálculo do ICV envolve a transformação das cinco dimensões por ele contempladas (longevidade, educação, renda, infância e habitação) em índices que variam entre 0 (pior) e 1 (melhor), e a combinação desses índices em um indicador síntese; quanto mais próximo de 1 o valor deste indicador, maior será o nível de desenvolvimento humano do município ou região.

Percebemos que esses índices, enquanto médias, não são demonstrativos da diversidade de situações existentes, as quais variam em função da diferenciação de classes. Possivelmente os migrantes nem tenham conhecimento deles; no entanto, percebemos também que esses índices são indicadores das condições de vida na cidade em relação a outros espaços, e estas sim, são vivenciadas por eles e podem influenciar o direcionamento migratório.

Em 1991 o índice de condições de vida do município é 0,750. Em relação aos outros municípios do estado, Caldas Novas apresenta uma situação boa: ocupa a terceira posição, sendo que dois (1%) municípios estão em situação melhor e 208 (99%) estão em situação pior

ou igual. O índice para o estado é 0,720. O município com o maior valor é Goiânia, com 0,798, e o município com o pior valor é Cavalcante, com 0,481. Relativamente ao Brasil, Caldas Novas também apresenta uma situação boa; ocupa a 714ª posição, sendo que 713 (16%) municípios estão em situação melhor e 3.777 (84%) estão em situação pior ou igual.

Entre as variáveis consideradas na determinação do índice de condições de vida para o município de Caldas Novas, aqui nos interessa apresentar os números referentes à renda no ano de 1991. Embora em Caldas Novas a desigualdade seja marcante, predominando de um lado os proprietários das empresas que atendem ao turismo, com altos rendimentos, e de outro seus funcionários percebendo baixos salários, o índice reflete uma variável importante para a compreensão do processo migratório.

Em 1991 o ICV renda do município é 0,852, do Estado de Goiás 0,792 e do Brasil 0,793. Em relação aos outros municípios do estado, Caldas Novas ocupa a 6ª posição, sendo que cinco (2%) municípios estão em situação melhor e 205 (98%) municípios estão em situação pior ou igual. Relativamente a outros municípios do Brasil, Caldas Novas ocupa a 343ª posição, sendo que 342 (8%) municípios estão em situação melhor e 4.148 (92%) municípios estão em situação pior ou igual.

A renda obtida está relacionada à educação. Em 1991 a taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais no município é de 11,2. Naquele ano a taxa de analfabetismo para a população da mesma faixa etária no Brasil é 19,4 e no Estado de Goiás é 17,7. No estado de Goiás, Caldas Novas perde apenas para Goiânia que apresenta uma taxa de 8,1.

Em 1991, a renda familiar per capita média (salários mínimos) no município é 1,35, valor superior ao estadual, que é 1,20, e superior também à média nacional, de 1,31. A superioridade da situação municipal em relação à média do estado de Goiás e à média nacional pode ser explicada pelos altos rendimentos obtidos pelas famílias proprietárias das

empresas que atuam na cidade, não correspondendo à totalidade das famílias residentes no município.

Em 2000 o número total de residentes em Caldas Novas é de 49.660 pessoas, sendo o número de homens um pouco superior ao número de mulheres. Situação inversa do total da população do país que, segundo o IBGE, em 2000 a população feminina é a maioria.

Quadro 02:

População residente em Caldas Novas em 2000

Pessoas residentes	49.660
Homens residentes	25.019
Mulheres residentes	24.641

Fonte: IBGE censo 2000.

Trata-se de uma característica de áreas que apresentam elevados índices imigratórios, o que normalmente ocorre em função de pessoas em busca de inserção no mercado de trabalho. Nessas áreas passa a predominar a população masculina, apresentando número maior de homens que de mulheres. Esse fato pode ser analisado a partir da cultura que, numa distinção de gênero, determina aos homens a função de provedor dos bens necessários à reprodução familiar. Nesse sentido, nas migrações em busca de trabalho, é predominante a presença masculina.

José de Sousa Martins (1988, p. 49), descrevendo as migrações e relacionando-as com o trabalho, classifica-as como cíclicas e não-cíclicas. Tratando das migrações não-cíclicas menciona ser o trabalho, nesse caso, dominado pelo tempo linear do capital:

No lugar de destino, porém, na grande cidade, na indústria, na construção civil, o processo de trabalho já é dominado pelo tempo linear do capital, contínuo – se um operário sai é substituído por outro; não há estações nem há dia ou noite pois o capital já subjugou o tempo.

Segundo a classificação de Martins, em Caldas Novas o processo migratório pode ser considerado não-cíclico, o volume de trabalho se concentra nos períodos do não-trabalho em outras áreas, nos meses de janeiro e julho, feriados, finais de semana e mesmo no período noturno.

Possuindo as características acima e outras mencionadas pelo autor como sendo dominadas pelo ritmo irregular das grandes obras, públicas ou privadas, como a construção de barragens que empregam milhares de pessoas e não obedecem a nenhum ciclo natural e, “do mesmo modo que criam grande número de empregos a curto prazo, também criam muito desemprego em pouco tempo” (MARTINS, 1988, p. 49).

Com relação à literatura referente ao nordeste brasileiro, mencionamos Afrânio Raul Garcia Junior (1989, p. 170), o qual, referindo-se a um dos entrevistados em seu trabalho de pesquisa, nos mostra que a vida do nordestino, principalmente no sertão, é marcada por inúmeras dificuldades:

...a terra de sua propriedade é pouca, o produto de sua agricultura insuficiente para garantir a subsistência de sua unidade doméstica; tinha então de negociar; mas também esta renda era insuficiente. Tinha mesmo de trabalhar para outros no alugado. Só combinando agricultura, negócio e alugado, conseguiria fazer frente ao conjunto de despesas exigidas pela sua unidade doméstica.

Considerando o exemplo do autor, para atingir o produto e a renda necessários ao consumo doméstico o entrevistado trabalha os sete dias da semana, fazendo a combinação da agricultura, do negócio entendido como a comercialização de mercadorias e do trabalho alugado, sendo este último o trabalho prestado a terceiros e remunerado por dia de serviço. Só essa combinação proporcionaria a subsistência familiar, já que cada uma das três atividades, isoladamente, era incapaz de fazê-lo.

Algumas das dificuldades mencionadas são advindas da própria natureza, da propriedade da terra, das limitações técnicas, mas também da cultura. O conjunto dessas situações em maior ou menor grau determinou a saída de trabalhadores do Nordeste brasileiro.

Durante o trabalho de campo, nas conversas com os migrantes, eles narravam suas trajetórias e suas impressões sobre Caldas Novas no momento em que chegaram. Maria Dalva Ramos Pereira, natural de Barra do Corda/MA, uma das pessoas que encontramos com maior tempo de residência em Caldas Novas, narra a sua percepção centrada na configuração espacial apresentada pelo perímetro urbano em que transitava diariamente, de Nova Vila (primeiro bairro em que residiu na cidade) até seu local de trabalho, situado na parte central da cidade, e nas possibilidades de vida que encontrou ao chegar, no ano de 1983:

Aqui era uma cidade calma, tranqüila, ocê podia andar a qualquer hora do dia ou da noite, eu saía de casa às 04:00 hora da manhã, sozinha, pra ir lá pra frente do privê, que eu trabalhava lá, sozinha, ocê num via ninguém na rua, só o pessoal que ia trabalhar mesmo, e o serviço que tinha aqui era só nos hotéis, num tinha loja, num tinha essas coisa não, aí na hora do almoço ocê via gente na rua de novo e à tarde, o resto do dia era as porta tudo fechadinha era uma paz. Também era muito pequeno era só o centro ali e uns bairro pouco, a Nova Vila, ali no privê tinha só o privê, o recanto do André que era só um balneário num tinha o hotel, e mesmo sendo pequeno tinha emprego, num faltava emprego não, ocê chegava e ficava trabalhando já, num tinha desemprego, então ocê num via ninguém na rua pedindo, ao contrário de lá, no Maranhão ocê chega na Rodoviária e vê aquele tanto de gente pedindo esmola sabe, nas casa na cidade o pessoal chega pedindo esmola, um pouquinho de arroz, um pouquinho de açúcar, por causa do desemprego que é muito grande. (Pesquisa de campo. Agosto/2004)

A narrativa é especialmente elucidativa quanto ao otimismo da entrevistada, em relação à cidade e com a possibilidade de emprego que vislumbrava encontrar, contrastando com a impressão que guardava do Maranhão enquanto um lugar, para ela, com poucas possibilidades de trabalho. Maria Dalva também nos fala a esse respeito:

Quando nós viemos, o meu marido tava trabalhando na roça, eu tava desempregada, eu tinha trabalhado num hospital cinco anos, mas tinham me mandado embora, porque fiquei muito tempo e eles num assinava carteira, pagava nem meio salário, era muito pouco, num tava dando mesmo, eu tinha cinco filho. Inclusive eu perdi

esse tempo para me aposentar por causa da carteira que não era assinada. (Pesquisa de Campo. Agosto/2004)

A entrevistada, continuando sua fala, menciona que, trabalhando no hospital em Barra do Corda, adquiriu os primeiros conhecimentos que lhe possibilitaram em Caldas Novas fazer um curso técnico de auxiliar de enfermagem, profissão que atualmente exerce.

Entre o grupo pesquisado, constatamos que algumas pessoas, ao visitarem a cidade com o objetivo de tratar da saúde, encontraram aqui a possibilidade de fixar residência e viver em condições melhores do que viviam no lugar de origem, fala Maria Dalva é uma dessas pessoas e também nos fala a respeito:

Quando eu vim eu fiquei da primeira vez quase três meses, eu tava doente, eu tinha tido um problema de reumatismo, aí lá um parente do meu esposo falou que as águas daqui era muito boa pra essas coisa. Porque eu fiquei três meses sentada por causa de reumatismo, aí meu esposo pegou e falou assim: ocê vai e fica lá até ocê melhorar. Aí eu vim, fiquei, na casa de uma cunhada, melhorei né...num sei se por causa da mudança do clima, só que eu melhorei e aí já comecei a trabalhar e fiquei animada com isso, porque aí eu fiquei com saúde né. (Pesquisa de Campo. Agosto/2004).

A fala demonstra os primeiros motivos que fizeram a entrevistada procurar a cidade, sendo estes relacionados a sua condição de saúde e da procura por tratamento. Analisa o tratamento nas águas termais como satisfatório e indica sua percepção acerca das condições de vida e trabalho na cidade.

Acerca dessa mesma possibilidade de utilização terapêutica das águas, fala-nos o Sr. José Aníbal Lima, natural de Viturino Freire/MA:

Tive uma filha com problema mental, e por acaso vindo passear na casa de uma cunhada que morava aqui fomos ao clube com a minha filha, notei que ela apresentou certa melhora, ficou alegre, gostou da água. Aí eu falei isso pro médico que ela tava mais calma, o médico disse que isso podia ajudar no tratamento dela, continuei levando ela na piscina, achei que ela realmente melhorou então me mudei para Caldas Novas. Ela fazia tratamento em Brasília... Naquele momento eu tava desempregado, tinha vindo procurar trabalho em Araguaína, não encontrei, foi de lá

que vim para Caldas Novas, mas aqui não tinha vindo procurar emprego, foi mesmo por acaso, ... vi que podia fazê as duas coisa, trabalhar e cuidar da menina. (Pesquisa de Campo. Maio/2003)

O narrador menciona duas questões principais que determinaram sua fixação na cidade, a possibilidade de que o contato com a água poderia ajudar no tratamento da filha e ao mesmo tempo trabalhar. Perguntado sobre o mercado de trabalho na sua cidade de origem, informa que os meados de 1977, ano em que veio, foi um período de muitas dificuldades e incertezas no Maranhão; crescia o desemprego, ele próprio estava desempregado, e tornava-se urgente criar novas formas de sobrevivência que não o trabalho na roça com o pai. Esclarece que o objetivo inicial da vinda a esta cidade foi cuidar da saúde da filha - “faria qualquer coisa para tratar dela”. Encontrou além da alternativa de tratamento, um mercado de trabalho que propiciava o atendimento das necessidades materiais imediatas.

Desse modo, a mobilidade que em princípio era provisória e vinculada ao tratamento de saúde, torna-se permanente no momento em que apresenta possibilidades de satisfação desta e de outras necessidades básicas, dadas as oportunidades de trabalho encontradas em Caldas Novas. Os migrantes se tornam então residentes, passando de turistas ou migrantes temporários a moradores da cidade.

A disponibilidade hídrica como potencialidade medicinal, que historicamente gerou movimentos migratórios temporários, passou a gerar movimentos migratórios que em alguns casos se tornaram permanentes, direcionados ao trabalho vinculado ao turismo. Os homens, que inicialmente vinham sós, à medida que começaram a trabalhar, foram se estabelecendo e trazendo suas famílias. A imigração, até então qualificada como prioritariamente individual, masculina e temporária, torna-se tendencialmente familiar e permanente. Nesse sentido, o fluxo migratório, no início predominantemente masculino, foi gradativamente se tornando familiar, com a crescente presença das mulheres, que vêm se juntar aos maridos que as

antecederam, havendo ainda, à exceção, algumas poucas mulheres que vieram sós ou com os filhos.

É característica comum à maioria dos migrantes que se fixaram pertencerem a um grupo marcado pela exclusão econômica e social, e procurarem na cidade oportunidades de trabalho e emprego. O grupo mais representativo de migrantes ora objeto desta pesquisa, embora oriundo de espaços rurais e de pequenos núcleos urbanos do interior nordestino, era dependente da economia agrária regional e afetado pelos problemas causados pelas estiagens prolongadas do sertão. Mesmo os migrantes que procuraram as águas termais para tratamento de saúde acabaram se fixando na cidade porque encontraram um mercado de trabalho que oferecia oportunidades que não encontraram no Nordeste.

Cynthia Andersen Sarti (1996), tratando das dificuldades familiares como consequência do desemprego, menciona que o desemprego e as situações imprevistas levam os projetos familiares a serem constantemente refeitos.

Entendemos que a migração foi a consolidação de novos projetos individuais e familiares, como uma entre as muitas estratégias de sobrevivência procuradas pelos migrantes ao verem esgotadas suas possibilidades de reprodução no lugar de origem, tanto no que se referiu à possibilidade de tratamento de saúde, quanto ao aspecto econômico caracterizado pela dificuldade de trabalho. Desse modo as relações capitalistas incentivam a transformação espacial das áreas onde se estabelecem e se tornam dominantes. Os espaços são modificados em função das atividades econômicas consideradas principais. O turismo fez de Caldas Novas uma cidade importante, cujo crescimento teve significado também nos espaços rurais e nos municípios vizinhos. A atividade impulsionou a urbanização e, conseqüentemente a concentração de serviços como saúde, educação e de órgãos públicos estaduais e federais.

A cidade apresenta características de seu rápido crescimento. A arquitetura das casas construídas na divisa com a rua e com muitas janelas voltadas também para a rua,

possibilitava o intercâmbio social onde o público e o privado se interpenetravam, num momento em que o ritmo das relações era lento. Com o turismo, esse ritmo altera-se rapidamente. Atualmente encontramos exemplos dessas transformações na parte central da cidade como demonstramos a seguir.



Figura 05 - Antiga residência transformada em estabelecimento comercial.
OLIVEIRA, L.V.A. – 2004.

A aceleração do crescimento urbano é marcada na cidade quando, na década de 1990, passam a predominar os serviços nas construções, demolições e adequações de residências e estabelecimentos comerciais. Os espaços centrais passam a ser definidos como novas áreas comerciais. As paisagens das ruas, quarteirões e casas diferenciam-se segundo a predominância das atividades que ali se estabelecem e passam a definir e serem definidas pelas novas relações.

Nesse contexto, os migrantes nordestinos tornaram-se mão-de-obra barata para (re)construir a cidade. O trabalho por eles prestado sempre foi de baixa qualificação técnica, ou seja: ajudantes, carpinteiros, pedreiros, entre outros.

Procurando trabalhar, inúmeras famílias aproveitaram o quarto da frente, a sala ou a garagem de suas próprias casas para estabelecer pequenos negócios, como demonstra a figura a seguir:



Figura 06 - Aproveitamento da frente da residência para a atividade comercial imobiliária muito presente na cidade.
OLIVEIRA, L.V.A. - 2004

Essas atividades se relacionam com a nova dinâmica urbana que a cidade passa a apresentar, muitas delas diretamente ligadas ao comércio de imóveis, que se transforma em atividade lucrativa na cidade.

Em alguns destes estabelecimentos a participação das mulheres era determinante, um caso típico de complementação da renda familiar. Alguns deles se tornaram conhecidos pelo nome de suas proprietárias, como os doces caseiros da D. Maria, de propriedade de Maria Alves de Castro, que produz doces desde a década de 70. Vendia os doces em casa, tendo ampliado a produção a partir da década de 80, momento em que abriu o estabelecimento comercial fazendo uma adequação na frente da sua casa. Atualmente os doces continuam sendo comercializados no mesmo lugar, agora com a classificação de pequena empresa. As transformações urbanas determinam o surgimento de novas espacialidades - áreas anteriormente definidas como periferia, a partir do crescimento e estabelecimento das

atividades comerciais, passam a fazer parte das centralidades urbanas. É o caso, por exemplo, da fábrica de doces anteriormente mencionada.

Na parte central se localizam prédios utilizados pelos órgãos públicos, como Fórum e Prefeitura. São pequenos e velhos, pois o poder público não conseguiu ainda se adaptar ao crescimento da cidade, e alguns departamentos da administração criados recentemente estão instalados em salas alugadas, próximas à sede da prefeitura.

No entorno do centro surgiram bairros. Alguns se formaram a partir de invasão, de forma desordenada. Próximo a eles surgiram outros bairros, de classe média e alta, com amplas e arborizadas avenidas. Como consequência dos altos valores alcançados pelos terrenos urbanos, a cidade apresenta um alto grau de verticalização das construções. Existe nela, ainda, uma característica marcante, a existência de uma rede de clubes e hotéis dispersos entre o centro, os bairros e o entorno da cidade.



Figura 07 - Shopping center localizado ao Norte de Caldas Novas.
OLIVEIRA, L.V.A. – 2004

A partir das transformações nos processos espaciais pudemos identificar tendências relacionadas às novas lógicas socioeconômicas: uma forte reorganização do comércio e dos

serviços associada à multiplicação dos estabelecimentos comerciais, que correspondem aos espaços de consumo coletivo, como shoppings centers, galerias e lojas, que constituem parte das novas centralidades urbanas, destinadas aos turistas que visitam a cidade conforme demonstramos na figura 07.

Em contrapartida, na periferia, principalmente na parte sul e leste, verifica-se um crescimento demográfico significativo, caracterizado pelo predomínio da população de baixa renda.



Figura 08 - Bairro Santa Efigênia situado a Leste de Caldas Novas.
OLIVEIRA, L.V.A. – 2004.

Na parte norte e oeste da cidade, inicia-se a expansão de construções destinadas às classes média e alta, em bairros com amplas e arborizadas avenidas, que ocupam novos espaços a partir da diversificação no processo de construção imobiliária.

A respeito do surgimento desses novos espaços, Heleniza Ávila Campos (2000, p. 30) escreve:

O estímulo ao consumo nas cidades contemporâneas tem incentivado a estetização do espaço como forma de expressão de poder, na medida em que o consumidor passa a ser instrumento de ação e desenvolvimento...

O Bairro dos turistas é um exemplo elucidativo do processo mencionado, como demonstra a foto a seguir de uma de suas principais avenidas:



Figura 09 - Av. Cirilo Lopes no Bairro dos Turistas, localizado ao norte da cidade, habitado pelas classes mais altas e com vários hotéis.
OLIVEIRA, L.V.A. – 2004.

1.3 - O setor de serviços e as redefinições espaciais em Caldas Novas:

Entre as já mencionadas modificações urbanas, houve uma diversidade de fatores que motivaram a migração, entre os quais se destaca o crescimento da oferta de emprego na construção civil, na verdade intrinsecamente relacionado ao crescimento econômico. Tal fato é observado na fala de Gilvanildo Vicente da Silva, natural de Juazeiro/BA: “Aqui tinha muito serviço, quando cheguei achei serviço fácil numa fábrica de pré-moldados.”

Gilvanildo explica que a expressão “serviço fácil” não significa que a atividade exercida era um trabalho de fácil execução. Ao contrário, “trabalhava duro” o dia inteiro, mas que não teve dificuldades em encontrar uma ocupação no mercado de trabalho, nesta cidade.

Para os migrantes o trabalho foi dotado de um novo sentido, ajudava-os a superar a insegurança do desconhecido. Nas suas palavras, “trabalhar ajuda a não pensar na vida”. Na busca de melhorar sua situação entregavam-se ao trabalho durante longas jornadas diárias; possivelmente a disposição para o trabalho colaborava para não pensarem na situação de estranhamento em que se encontravam. Porém, considerando o trabalho como parte da integração do migrante, constituiu-se como motivador de conflitos entre estes e a população local. Paralelamente à aparente relação pacífica, a presença dos migrantes provocou ataques e conflitos, pois eles eram vistos como possíveis abarcadores das novas oportunidades.

Procuravam possibilidades reais de emprego no setor de serviços, e na falta destes criavam pequenos negócios. Atualmente ainda existem esses pequenos negócios no interior do bairro. São pertencentes a um único proprietário, porém há registros na imprensa escrita da cidade de que associar-se aos conterrâneos tornou-se uma importante saída para os migrantes nordestinos promoverem ocupações de sua mão-de-obra na cidade. O jornal Correio da Serra, de edição quinzenal e que passou a ser editado em dezembro de 1995 publicou, na edição de 30 de setembro a 02 de outubro de 1996, p. 07, uma reportagem, referindo-se a eles, com o título “Agora tem baiana e acarajé, sim senhor!”, com os seguintes dizeres:

Sair da Bahia e ir vender acarajé, uma das comidas típicas da região, em plena Caldas Novas. Parece absurdo mas esse trabalho está sendo feito pela baiana Clarisse Setúbal, (...) em companhia de sua amiga Rosa Maria Pereira do Nascimento. (...) Todas as noites ela e a amiga estão na Praça Mestre Orlando vendendo acarajé. Clarisse faz questão de se apresentar vestida com trajes típicos da Bahia e afirma que pretende crescer comercialmente na atividade e, conforme aceitação do público, irá colocar a venda outros pratos típicos do Nordeste (...)

Discutir as questões do trabalho nos leva, necessariamente, ao desenvolvimento urbano, que incorporou um grande número de trabalhadores com múltiplas e diversificadas experiências profissionais. Mas a exclusão também se fez presente, no sentido de que as novas oportunidades, especificamente as relacionadas diretamente ao turismo, requeriam experiências de trabalho que na maioria das vezes os migrantes não tinham. Nesse sentido, como parte das estratégias utilizadas, homens e mulheres passaram a exercer atividades ligadas à categoria informal. Consideramos inseridos nessa categoria os trabalhadores que exercem atividades temporárias qualificadas como subemprego, ou que ganham a sobrevivência através de ocupações casuais através da improvisação, na maioria das vezes eventuais e incertas. É o caso do já citado exemplo do comércio de acarajé publicado no jornal e de outros, como atividades diárias de limpeza de terrenos, ou ainda o comércio de frutas realizado na rua ou na própria residência.



Figura 10 - Comércio de frutas realizado na sala da residência no Parque das Brisas III.
OLIVEIRA, L.V.A. – 2004.

O turismo, fomentado pelos recursos naturais, foi gerando reocupações e redefinições de todo o espaço urbano da cidade. A parte central foi incorporando as modificações econômicas, as casas, construídas na divisa com a rua, foram sendo adaptadas e transformadas em estabelecimentos comerciais. Ainda está presente em algumas casas e estabelecimentos um padrão arquitetônico do século XIX, com assoalho e janelas de madeira. Algumas das ruas são descontínuas, o que dificulta o tráfego de veículos nos períodos de temporada.

Os migrantes se inserem nesse contexto e nesse mercado de trabalho como mão-de-obra adicional, ou seja, complementar à mão-de-obra já existente na cidade. Migraram atraídos pelas atividades ligadas ao crescimento e pelas oportunidades que o turismo apresentava, como nos fala Carlos Cezar Barbosa Souza, natural de Codó/MA:

Vim pra cá em 78, com a família inteira, meus pais e 13 irmãos, meu pai era pedreiro... lembro que uma empresa tava procurando gente pra vir pra cá, então meu pai veio, tenho tios que vieram também depois dele, agora aqui eu trabalho como massagista do Tayô, tenho profissão e nem penso em voltar pro Maranhão.
(Pesquisa de campo. Abril/2004).

Indagado sobre a empresa na qual o pai veio trabalhar e sobre a atividade que exercia, diz não se lembrar de que empresa se tratava, mas sabe dizer que o pai veio para trabalhar como pedreiro na construção civil, era a profissão que ele tinha e que continuou desempenhando aqui. A palavra Tayô citada pelo entrevistado se refere a um clube com essa denominação no qual presta serviços como massagista. A função que o narrador desempenha é parte do crescimento econômico da cidade direcionado ao turismo. À medida que o espaço foi sendo construído no sentido de atender aos turistas, foram sendo criados serviços também direcionados a essa atividade.

Apesar da diversidade, todas essas novas funções se referem ao desenvolvimento econômico da cidade e ao crescimento do mercado de trabalho que ele representou.

Considerando Milton Santos (2001), segundo o qual os fenômenos globais manifestam-se no local com as especificidades do lugar, entendemos que a migração, enquanto movimento populacional amplamente estudado, sobretudo pelos cientistas sociais, é considerado grave problema social global, ligado ao desemprego estrutural, e se constitui, em Caldas Novas, a partir da formação de redes familiares de estruturação e auxílio. Buscaremos em seguida a compreensão das especificidades da formação das redes que viabilizaram a migração para Caldas Novas.

1.4 - As redes familiares que viabilizaram a migração para Caldas Novas.

Segundo trabalho apresentado por Cicilian Luiza Lowen Sahr (1999, p. 28): “as ligações migratórias entre diversos domicílios da família ou com amigos próximos reproduzem-se através de deslocamentos entre estes lugares”.

O fluxo migratório em questão define-se como migração familiar, não é constituído por homens sós, o que não significa dizer que num primeiro momento não tenham migrado sozinhos, mas que desde o momento em que decidiram migrar tiveram a intenção de, após o estabelecimento da cidade, trazer também suas famílias. Tal fato pode ser percebido nas falas já mencionadas, mas especificamente na fala de Edinete da Silva Santos, natural de Barra do Corda/MA:

Vim para estudar, trabalhar, porque lá num tem jeito não, veio primeiro minha tia, ela foi lá e me trouxe. O marido dela trabalhava de pedreiro aqui, lá todo mundo trabalhava na roça, meus pais também, mas ganha pouco é ruim de serviço, tenho 10 irmãos, e dois já vieram também...
(Pesquisa de campo. Abril/2004).

Edinete, de origem camponesa, menciona que a família, passando por privações no Maranhão, usou como estratégia de sobrevivência a migração, a busca por atividades que lhes

possibilitassem melhores condições, tornada possível a partir da formação de uma rede familiar de auxílio.

A estruturação das redes que formaram o fluxo migratório ocorreu pelo correio, pelo telefone, enfim, pelos diversos meios de comunicação existentes entre familiares e amigos. A esse respeito também nos fala a Sr^a Francisca Maria da Silva, natural de Juazeiro/BA:

Eu tinha um cunhado, que já morreu, que casou e veio morar aqui, e ficava ligando pra lá e chamava pra vir pra cá, ele ligava para o posto telefônico de Sobradinho, nós não tinha telefone, a moça é que chamava. Aí meus fio mais velho veio primeiro, eu, o João Vicente e os fio mais novo veio depois. (Pesquisa de Campo. Outubro/2004).

A entrevistada menciona que a migração foi viabilizada a partir de uma rede familiar instituída entre os migrantes, através da comunicação telefônica entre Caldas Novas/GO e Juazeiro/BA. Cynthia Andersen Sarty (1996, apud DURHAN 1978, p. 30) mostrou:

Como a migração, enquanto um processo de integração dos trabalhadores se deu pela mobilização de recursos provenientes dos grupos de relações primárias do migrante, particularmente o grupo doméstico e a família, esta última sendo a instituição que se propõe a interpretar e traduzir o mundo urbano para o imigrante recém-chegado. Ao mesmo tempo, esta população cuja possibilidade de migrar é dada pela rede familiar, chega alimentando-se com a idéia de melhorar de vida, que motivou seu árduo deslocamento.

Seguindo o raciocínio da autora o deslocamento é baseado num padrão tradicional de relações, mas se alimenta da promessa de felicidade no mundo urbano moderno. Unidos a seus iguais desejam subir na vida, ancorando-se no valor da mobilidade social. Assim, revela-se uma identidade social mesclada em sistemas de valores que lhes são próprios.

Embora o trabalho seja o instrumento de integração ao meio urbano, a migração a que são lançados os pobres não se viabiliza nem se sustenta como processo social sem esta rede de relações com base na família e na localidade. A migração constitui, neste sentido, um processo

privado, assegurado por um sistema de lealdades pessoais e familiares. Novamente afirma: “esta importância é tanto maior porquanto não existem outras instituições que realizem de modo eficaz esta mediação do indivíduo com a sociedade mais ampla” (Durhan, 1978, p. 220).

A respeito dessa afirmação a autora analisa que a importância da família para os pobres está relacionada às características de nossas instituições públicas, incapazes de substituir as funções privadas da família. Em um país onde os recursos tais como: a alimentação, a saúde, a educação, a terra, enfim, todos os bens necessários à sobrevivência são privados, dada a precariedade dos serviços públicos, somada à fragilidade dos sindicatos e partidos políticos, enfim, diante da ausência de instituições públicas eficazes, o processo de adaptação ao meio urbano e à vida cotidiana dos pobres, inclusive dos nascidos na cidade, é estruturalmente mediado pela família.

Os moradores do bairro, em suas falas, demonstraram que as redes se formaram a partir de relações cotidianas, estruturadas a partir do auxílio inclusive de hospedagem no momento de chegada. O espaço porta adentro das residências se torna território de produção de estratégias de sobrevivência, de cumplicidade, solidariedade, mas também de exploração. Em se tratando de pessoas que percebem baixos e/ou incertos rendimentos, já que em alguns meses do ano o turismo é intenso e a utilização de mão-de-obra se concentra nesses períodos, e em outros meses os trabalhos são eventuais, a hospedagem de amigos e parentes pode significar aumento das dificuldades que já são demasiadamente grandes. Maria Dalva nos fala do auxílio prestado a pessoas que vieram depois dela e dos problemas daí decorrentes:

Quando eu vim para cá, uma vez chegou a ficar 14 pessoa na minha casa, tudo que vinha de lá e num tinha onde ficar, aí eu ajudava, na hora do almoço, que juntava todo mundo, tinha que comer um pouco do lado de fora porque não cabia dentro da casa, pra dormir dormia em beliche de três. Nessa época eu trabalhava em três hospital e ainda fazia o serviço de casa. (Pesquisa de campo. Agosto/2004).

A fala expressa a solidariedade existente entre parentes e amigos vindos de um mesmo lugar, no sentido de garantir a sobrevivência mesmo que provisoriamente. No entanto, ressalta a dura jornada de trabalho cotidiana a que se submetia para sobreviver e prestar essa ajuda.

Cynthia Andersen Sarti (1996, p. 33), a respeito das relações familiares das populações pobres, escreve:

A família não é apenas o elo afetivo mais forte dos pobres, o núcleo da sua sobrevivência material e espiritual, o instrumento através do qual viabilizam seu modo de vida, mas é o próprio substrato de sua identidade social. Em poucas palavras, a família é uma questão ontológica para os pobres. Sua importância não é funcional, seu valor não é meramente instrumental, mas se refere à sua identidade de ser social e constitui o parâmetro simbólico que estrutura sua explicação do mundo.

Segundo a autora, os papéis familiares complementam-se para realizar aquilo que importa para os pobres, “repartir o pouco que têm”. Isto, entretanto, não se limita à família; na mesma medida em que a alimentação é a prioridade dos gastos familiares, oferecer comida é também um valor fundamental, fazendo os pobres pródigos em oferecê-la. Cynthia Andersen Sarti (1996, p. 63) também escreve:

Não se trata, portanto, de um dar e receber imediatos, mas de uma cadeia difusa de obrigações morais, em que se dá, na certeza de que de algum lugar virá a retribuição, tendo na crença em Deus a garantia de continuidade da cadeia: Deus provê. Em última instância essa moralidade está ancorada, então, numa ordem sobrenatural.

Além das relações familiares, houve outro indicador da formação da rede regional e sua efetiva consolidação. Referimo-nos à instalação na cidade de empresas que atuam na área de construção civil e que, na falta de mão-de-obra, agenciavam trabalhadores nordestinos para prestarem serviços temporários. Efetivou-se uma rede organizada de contratação e de transporte da mão-de-obra para a construção de obras como a Pousada do Rio Quente e a usina de Corumbá.

Enfatizamos anteriormente as condições em que os migrantes nordestinos fizeram suas opções locacionais, marcadas por relações de espoliação da propriedade e pelo desenvolvimento desequilibrado do espaço. Encontramos em Karl Marx, na obra “O Capital” (1973), o entendimento dessa determinação estrutural e a liberdade individual que condiciona a migração. Segundo Marx o trabalhador, não dispondo dos meios para assegurar sua reprodução, é livre, porque despossuído dos meios de subsistência e produção. O trabalhador estará obrigado a sair à procura de compradores da mercadoria de que dispõe, o trabalho.

Nesse sentido, as transformações econômicas pelas quais Caldas Novas passou, na década de 1990, criaram um mercado que absorveu mão-de-obra de trabalhadores migrantes, entre os quais os nordestinos, que tiveram papel importante porque vieram para a cidade, organizaram-se, criaram um movimento que originou bairros, estabeleceram-se e passaram a pertencer a esse novo espaço. A respeito da fixação do migrante à cidade trataremos no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 2

O MIGRANTE NORDESTINO E SEU PROCESSO DE FIXAÇÃO EM CALDAS NOVAS.

Não havendo assunto pequeno, mas pequeno investigador, cada aspecto da cultura, cada ângulo da atividade humana permite percentagem analítica bem inferior a seu volume real.

Luis da Câmara Cascudo.

O processo de fixação do migrante à cidade será analisado neste capítulo. Serão abordadas questões referentes, em particular, ao ajustamento, aos estranhamentos referentes às suas humanidades, às relações sociais e ao lugar que passam a ocupar no processo de redefinição sócio-econômica da cidade de Caldas Novas. Ao tratarmos da integração dos migrantes, consideramos os princípios sociais, as crenças e ainda a compreensão simbólica que em conjunto formam a cultura da qual são dotados. Neste sentido, a cultura é entendida como processos aprendidos que foram modificados e de certa forma reconstruídos em um novo espaço.

Como analisamos no capítulo anterior, os membros da comunidade migraram por vários motivos, entre eles as condições econômicas, sociais e climáticas. A presença do clima semi-árido, vinculada à ausência de oportunidades de trabalho, os baixos salários, o tipo de propriedade, as relações de trabalho e o atraso tecnológico, juntos formaram um conjunto de fatores que contribuíram para a manutenção dos baixos níveis de vida da população no Nordeste.

Na tentativa de demonstrar o padrão de consumo e a qualidade de vida dos migrantes no Nordeste, perguntávamos sobre os valores que recebiam como resultado do trabalho, seja sob a forma salário ou como resultado da venda dos produtos que comercializavam. Alguns dos pesquisados não se lembravam desses valores em virtude das sucessivas mudanças pelas quais a moeda nacional passou no período, porém tinham como parâmetro para descrever a remuneração a vinculação ao salário mínimo. Especificamente os que viviam na zona rural e não recebiam salário não conseguiram se lembrar desses valores nem mesmo através da vinculação mencionada, então perguntamos o que compravam e a frequência das compras, ao que descreveram mas também responderam não haver uma regularidade nas compras justificando que, na falta de um determinado produto, compravam apenas o produto que faltava. Vejamos alguns exemplos: a roupa normalmente era comprada uma vez por ano, próximo ao Natal, o óleo de soja era adquirido mensalmente, mas na falta de dinheiro produziam óleo de coco babaçu, que o substituíam. Quanto a arroz, feijão, verduras, carne de galinha e porco, normalmente não compravam, eles mesmos produziam. Outros produtos, como sal e querosene, eram comprados em quantidade suficiente para três ou quatro meses, e a carne de vaca era adquirida uma vez por semana ou, nos períodos mais difíceis, quinzenalmente. Desse modo, com a ajuda dos entrevistados, reconstruímos, de forma aproximada, o padrão de remuneração familiar mensal conforme demonstra o quadro a seguir:

Quadro 03:

Remuneração familiar mensal dos migrantes no Nordeste no final da década de 1980

Valores atuais em reais	Valor em dólar
R\$ 130,00 a R\$260,00	\$ 47,307 a \$ 94,614

Considerando o padrão de remuneração, os migrantes pesquisados formam uma comunidade de expropriados cujo fluxo migratório se deu devido à situação de seca e dificuldade extrema existente no interior do nordeste, principalmente na década de 1980.

O bairro Parque das Brisas III, criado em 1996, expandiu-se no ano de 1997. A área foi-se expandindo através da ocupação e construção de um aglomerado de casas, por famílias não beneficiadas no primeiro momento da doação, em áreas institucionais e áreas verdes localizadas dentro e no entorno da área inicialmente ocupada. Neste processo de conquista da moradia foi sendo formado, ao lado do primeiro, outro bairro de nordestinos, que recebeu a denominação de Lago das Brisas. Em Caldas Novas eles se fixaram e criaram famílias. Atualmente apenas os mais velhos são migrantes; as crianças e adolescentes já são, em sua grande maioria, nascidos na cidade. A saturação do mercado de trabalho determinou a diminuição do movimento migratório e este é, portanto, um bairro de velhos e adultos migrantes.

Acompanhando a trajetória dos migrantes desde a saída do Nordeste até o momento em que se estabeleceram nesta cidade, percebemos que a migração inicialmente se constitui como temporária⁶. Trata-se de algumas pessoas que buscam tratamento de saúde nas águas termais, encontram possibilidades de trabalho e permanecem, outros vieram atraídos pelos serviços que o crescimento do turismo oferecia e acabaram se fixando definitivamente.

José de Souza Martins (1988) identifica alguns tipos de migrantes temporários, significativos em nosso estudo:

a) - Trabalhadores rurais que migram temporariamente para as cidades em busca de trabalho na indústria, na construção civil ou no setor de serviços.

⁶ – José de Souza Martins (1988) se refere à migração temporária mencionando a existência de um definido universo social. Mais do que trânsito de um lugar a outro, há transição de um tempo a outro. Migrar temporariamente é mais do que ir e vir – é viver em espaços geográficos diferentes, temporalidades dilaceradas pelas contradições sociais.

b) - Trabalhadores rurais e urbanos levados como peões assalariados para trabalhar na construção de estradas e na construção de usinas hidrelétricas.

De acordo com esta concepção, os fluxos migratórios são definidos de acordo com a reorganização das atividades econômicas no espaço geográfico. Em termos demográficos, os moradores dos bairros não são migrantes temporários, vieram na expectativa de uma vida melhor do que tinham no Nordeste e tiveram, alguns deles, desde o início, a intenção de permanecer em Caldas Novas, como demonstra a fala de Maria Conceição, natural de Guaraci/PE, referindo-se à vida que levavam na Bahia:

O Francisco trabalhava como diarista dos produtores de hortaliça, a escola pros filho era ruim. O Francisco tem profissão de carpinteiro e então eu vim junto com ele e os filho pra ficar, não queria voltar. (Pesquisa de campo. Setembro/2004).

Maria Conceição informa que o rendimento conseguido com o trabalho diário em hortaliça era insuficiente para suportar os gastos com a manutenção da família. Seu cunhado veio antes para Caldas Novas trabalhar na construção da usina hidrelétrica de Corumbá, e indicou Francisco, seu ex-marido, para trabalhar como carpinteiro, também na construção da usina. Vislumbrando emprego fixo, não tinham a intenção de voltar para a Bahia para trabalhar como diarista; desde o início a intenção era ficar.

Outros vinham trabalhar com a intenção de voltar quando acumulassem algum dinheiro para comprar tudo, ou quase tudo que a família precisava e não possuía no Nordeste. No entanto, circunstâncias diversas os fizeram ficar, como diz Maria Francisca da Cunha, natural de Currais Novos - RN:

Meu pai veio trabalhar aqui como operador de máquinas, aqui ganhava mais, ele mandava dinheiro todo mês pro Nordeste, queria voltar pra lá quando se aposentasse, depois minha família veio também, achamos melhor, nós arrumamos emprego e então meu pai resolveu ficar. (Pesquisa de campo. Junho/2003).

A entrevistada fala do caráter inicialmente transitório da mudança, menciona também as circunstâncias que determinaram a fixação definitiva na cidade, no entanto permaneceu “a vontade de voltar pra lá”. Porém em termos sociológicos são considerados temporários, considerando José de Souza Martins (1988, p. 50) o qual, referindo-se à migração, nos diz:

O essencial é a concepção de ausência. É temporário na verdade aquele migrante que se considera a si mesmo “fora de casa”, “fora do lugar”, ausente, mesmo quando em termos demográficos tenha migrado definitivamente. É aquele que se considera fora do seu lugar, fora de “suas” relações sociais, e que no limite não se considera dentro mesmo quando está. Se a ausência é o núcleo da consciência do migrante temporário, é porque ele não cumpriu e não encerrou o processo de migração, com seus dois momentos extremos e excludentes: a dessocialização, nas relações sociais de origem, e a ressocialização nas relações sociais de “adoção”. Ele se mantém, pois, na duplicidade de duas socializações, de duas estruturas de relações sociais diversas entre si. Ele vive a marginalidade das duas situações sociais. É sempre o outro, o objeto, e não o sujeito. É sempre o que vai voltar a ser e não o que é. A demora desse reencontro define a migração temporária.

Na tentativa de qualificar os moradores dos bairros encontramos, entre os entrevistados solteiros, casados, separados, mães solteiras e viúvas, sendo que alguns dos entrevistados eram casados pela segunda ou mais vezes. Vivem num contexto em que os vínculos conjugais são tênues, o que tem influenciado no equilíbrio social e econômico das famílias. A maioria dos entrevistados não vive mais com o cônjuge do primeiro casamento; alguns casais, após a separação, venderam a casa e dividiram o valor correspondente à venda, mencionaram não terem conseguido comprar outra e atualmente estão novamente sem a casa própria. Uma entrevistada de nome Maria nos fala a esse respeito:

Ele bebia e gastava muito dinheiro, nós brigava muito, ele me agredia (...) até que não agüentei mais, me separei e pra ele parar de me atentar eu vendi a casa e dei a metade do dinheiro para ele. Ele voltou pro nordeste, sumiu. Agora estou com esse aí, mas não sei até quando (...), eu to morando aqui mas a casa é dele eu não tenho casa. (Pesquisa de Campo. Outubro/2004).

A entrevistada menciona que o ex-marido gastava o dinheiro com bebidas alcóolicas enquanto faltavam alimentos em casa, sendo este o principal motivo das brigas. Acrescenta ainda que também não vive em harmonia com o marido atual e tem a intenção de se separar dele, não se separou ainda por não ter outra casa para morar.

A respeito das relações conjugais nas famílias pobres, Cynthia Andersen Sarti (1996, p. 45) afirma:

A vulnerabilidade da família pobre, quando centrada no pai/provedor, ajuda a explicar a frequência de rupturas conjugais, diante de tantas expectativas não cumpridas, para o homem que se sente fracassado, e para a mulher, que vê rolar por água abaixo suas chances de ter alguma coisa através do projeto do casamento.

A autora, mencionando a constituição da família, argumentou que esta aliança é possibilitada pelo princípio da troca e da reciprocidade, o que é constitutivo das relações familiares⁷.

Ainda segundo a autora, o fundamento da família não está na natureza biológica do homem, mas na sua natureza social. Nesse sentido os mencionados laços sociais entre familiares foram importantes na formação da rede migratória e na criação das condições de sobrevivência no momento da chegada. No entanto, isto não significou a manutenção das uniões conjugais após a fixação dos migrantes em Caldas Novas.

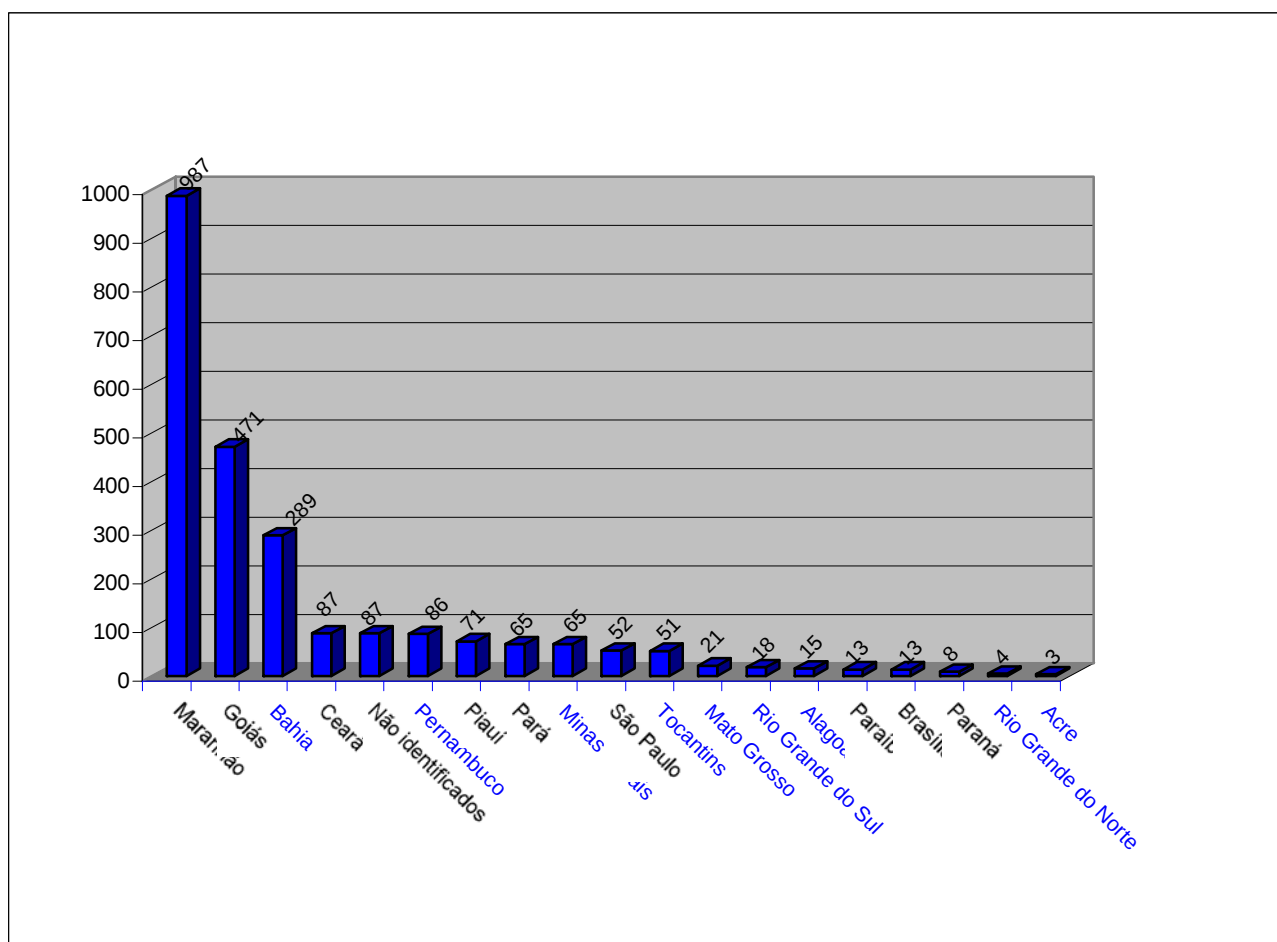
⁷ Temos, hoje, a clareza da base social e não biológica da constituição da família, que se constitui como aliança, a partir do casamento enquanto contrato social ou apenas como união consensual e não por laços de consangüinidade. Nesse sentido torna-se uma estrutura que pode ser desfeita e refeita a partir de interesses diversos.

2.1 - A condição sócio-espacial dos migrantes nordestinos de Caldas Novas

Encontram-se, na comunidade, as já conhecidas características da população da periferia: baixos rendimentos, habitações precárias e pouca instrução, sobretudo entre os mais velhos. No entanto, predominam em número os migrantes de alguns estados conforme demonstrado no gráfico a seguir:

Figura 11:

Origem da população residente nos Bairros Parque das Brisas III e Lago das Brisas:



Elaborado por: OLIVEIRAL.V.A. abril/2003.

Conforme demonstrado no gráfico, entre os membros da comunidade os estados com maior representatividade são o Maranhão, com 987, Goiás com 471 e a Bahia com 289 pessoas. Os moradores naturais do estado de Goiás são pessoas que recentemente compraram casas ou que ocuparam, por invasão, lotes no entorno da área inicial do Parque das Brisas. Interessa especificamente, para o nosso estudo, a predominância dos migrantes oriundos da região Nordeste responsáveis pela formação inicial dos bairros. Nesse sentido as análises serão direcionadas aos estados do Maranhão e da Bahia, considerando que os migrantes desses dois estados somam quase a metade dos habitantes dos bairros estudados e que a origem do fluxo migratório ocorreu principalmente a partir deles.

A Bahia, cuja localização geográfica se encontra em três domínios morfoclimáticos, situando-se ao norte na zona semi-árida, ao sul na zona de transição que se estende também em direção ao leste e no litoral leste predominando áreas tropicais atlânticas possuía, no início da década de 1990, economia essencialmente agrária baseada na produção de cacau.

Pudemos relacionar a vinda de migrantes baianos para Caldas Novas a uma praga que atacou o setor agrícola da Bahia. Houve o que os migrantes chamaram “crise da vassoura de bruxa”, um tipo de praga que atacou as plantações de cacau destruindo lavouras inteiras, o que causou crise de produção na economia baiana. Marineide Souza, natural de Ubatã/BA, nos fala a esse respeito:

Vimos para cá em 1996, naquele ano vieram outros conhecidos meus. Tinha dado lá na Bahia a crise da vassoura de bruxa que atacou as plantações de cacau. O Francisco lá trabalhava na lavoura de cacau, teve muito desemprego, aqui ele trabalha como coletor na empresa capital. (pesquisa de campo abril/2003).

A entrevistada se refere aos motivos que os fizeram sair da Bahia, relacionados à situação de desemprego apresentado pelo setor agrícola no qual o marido trabalhava, mencionando ainda a vinda de outras famílias no mesmo ano, motivadas pelos mesmos problemas apresentados nas lavouras de cacau.

Outro fator que influenciou a vinda de trabalhadores baianos para Caldas Novas foi o término das obras de construção da usina hidrelétrica de Sobradinho, na Bahia, e o início da construção da usina de Corumbá, em Caldas Novas, as duas usinas construídas pela empresa Odebrecht, a qual trouxe os trabalhadores. Terminada a obra parte dos trabalhadores, encontrando possibilidades de trabalho com maior remuneração que na Bahia, permaneceram. Tal fato nos foi mencionado por alguns dos migrantes, entre eles o Sr. Francisco Luiz da Silva Santos, que tendo trabalhado na construção da usina de Sobradinho veio para esta cidade agenciado pela empresa Odebrecht para trabalhar como carpinteiro na construção da barragem e, em suas palavras, “eu vim pra aqui porque lá ia ficar desempregado, lá não tem outros emprego igual aqui”.

Considerando dados do IBGE 1990, constata-se que o Maranhão é, um dos estados mais pobres do país. Segundo os migrantes entrevistados, a procura por Caldas Novas significou possibilidade de emprego com ganhos superiores aos existentes no Maranhão, que no início da década de 1990 apresentava um dos piores índices de desenvolvimento humano no Brasil; em 1992 estava na quarta colocação entre os piores índices do Nordeste. Segundo dados estatísticos do Censo do IBGE daquele ano a taxa de analfabetismo das pessoas com mais de 14 anos de idade era de 35,2%, maior que a taxa regional nordestina, de 32,7%, fato que se agrava ainda mais se a compararmos à taxa brasileira, de 17,2%. No final da década em 1999 apresentava diminuição da taxa de analfabetismo, passando para 28,8%. Ainda assim encontrava-se entre os três estados com os piores índices, ao lado do Piauí e Alagoas, apresentando taxa bem acima da referência regional (24,6%) e nacional (13,3%). O extrativismo de palmeiras como babaçu e carnaúba constitui-se uma das atividades econômicas mais importantes do estado, mas estes são produtos pouco valorizados no mercado. O estado possui uma estrutura agrária concentrada, gerando um quadro de desemprego, subemprego e pobreza. Esses fatores associados à implementação do Estado

mínimo instituído pela política neoliberal no Brasil propiciaram a desigualdade sistêmica produzida regionalmente pelo processo de acumulação capitalista. Ao desenvolvimento regional desigual no Brasil é dada uma dimensão geográfica, relacionada aos aspectos morfoclimáticos do território, onde as variações ambientais determinariam a diferenciação. Nesta perspectiva, os problemas estruturais acabam sendo atenuados enquanto se supervalorizam as limitações naturais das áreas geograficamente diferenciadas.

Quanto aos migrantes de outros estados, são originários, em sua maioria, da região Nordeste, que apresenta áreas com domínios morfoclimáticos de depressões intermontanas e interplanálticas semi-áridas e áreas de transição, que apresentam diferenciações físicas em relação ao restante do território, as quais são consideradas responsáveis pelos problemas sociais e econômicos regionais, que se constituíram como fatores de repulsão populacional.

Em Caldas Novas os migrantes obtiveram uma área para morar. Inicialmente a área foi destinada, de início a esta comunidade nordestina; posteriormente outras famílias vieram e se estabeleceram nas suas proximidades, daí a existência de moradores de outras regiões e de Goiás.

Para Caldas Novas essa migração acontece num contexto histórico onde a cidade está ampliando as suas atividades relacionadas ao turismo. A ampliação acontece a partir do investimento na atividade por parte tanto de empresários locais e goianos como de outros estados brasileiros, como Minas Gerais, Rio Grande do Sul, São Paulo, Bahia, Paraná, entre outros. Encontramos ainda empresários de outros países, que investiram capitais na cidade, como americanos e húngaros.

Interessa-nos principalmente as empresas cujas atividades são direcionadas à construção civil, considerando que principalmente elas absorveram a mão-de-obra dos trabalhadores imigrantes. Nesse sentido procuramos vários órgãos e entidades públicas e privadas, por meio das quais tomamos conhecimento de que há 85 empresas de construção

civil na cidade. Entretanto o diretor atual (outubro/2004) da Federação dos Trabalhadores na Construção Civil em Caldas Novas, Sr. Orcalino Martins de Moura, informou-nos que, atualmente, estão em atividade apenas 43 delas. Com o objetivo de demonstrar a origem dos capitais aplicados neste setor, selecionamos 10, entre as maiores empresas em número de funcionários, às quais apresentamos no quadro a seguir:

Quadro 04:

Origem das 10 principais construtoras estabelecidas em Caldas Novas

Empresa	Origem
Construtora Época	Caldas Novas/GO
Conserva Construtora e Serviços	Caldas Novas/GO
Construtora Serra Verde	Caldas Novas/GO
Construtora Govesa	Goiânia/GO
Construtora Palmerston	Caldas Novas/GO
Construtora e Incorporadora Costa M.	Espírito Santo
Construtora e Incorporadora Rocha	Bahia
Construtora privê	Caldas Novas/GO
Construtora Brasmix	Uberlândia/ MG
Construtora San Remo	Caldas Novas/GO

Fonte: Federação dos Trabalhadores na Construção Civil de Caldas Novas.

Os dados são demonstrativos de que a maioria das empresas que atuam na construção civil em Caldas Novas são de origem local, porém, há as que vieram de outros estados como Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia. Esclarecemos que, nas visitas às empresas durante o trabalho de campo, tivemos acesso aos funcionários dessas empresas, e em duas delas esses funcionários não souberam dizer o nome da cidade onde está situada a matriz das empresas

em que trabalham. Sendo assim, mencionamos o estado que nos foi citado como correspondente à origem das empresas.

O processo de (re)ocupação e (re)construção do espaço por grupos sociais tem engendrado diferenciações espaciais importantes, sejam elas econômicas, sociais ou culturais. Lúcio Kowarick (1979) argumenta que a distribuição espacial da população, no quadro do crescimento caótico das cidades, reflete a condição social dos habitantes, espelhando no nível do espaço a segregação imperante no âmbito das relações econômicas.

Para a análise específica da formação do território enquanto um espaço criado e construído por migrantes de origem nordestina, nossa investigação define-se a partir de alguns pontos: em primeiro lugar há que se superar a imagem dos migrantes como desprovidos e incapazes. Lúcio Kowarick (1979) enfatiza a frequência em caracterizar a fragilidade da sociedade civil, como se o povo brasileiro fosse, por sua própria natureza, impregnado por uma espécie de conformismo pacífico e passivo. Semelhante visão tem sido um ingrediente ideológico bastante utilizado para justificar o intenso controle que o Estado historicamente tem exercido sobre as iniciativas sociais e políticas das camadas populares.

Em segundo, trata-se de identificá-los como uma comunidade possuidora de uma cultura estranha à existente na cidade onde se instalaram, mas que justamente essa cultura lhes propiciou formar alianças a partir de suas identidades “nordestinas” e abrir espaço político para reivindicação de benefícios sociais que culminaram na formação de territórios nordestinos dentro da cidade.

Procuraremos encaminhar nossa análise partindo da percepção individual que os migrantes tiveram desse espaço ao chegarem e se estabelecerem, principalmente utilizando suas falas, narrações e ações referentes à fixação de grupos nordestinos nesse espaço.

Durante a entrevista com o senhor Jacob Lino de Sousa, natural de Codó/MA, percebemos motivações relacionadas aos valores sociais como os referentes à educação dos filhos, próprios da população camponesa e, existentes no interior do Nordeste:

Até 1992 eu morava em Grajaú, no Maranhão, na roça, num lugar longe da cidade prantava roça e criava animal pra mantê a famia, mas só fazia pra comê né, tive dez fio. A gente vai ficano veio e num dá conta mais de trabaia igual novo. Eu tenho uma irmã que veio pra cá primêro, depois me chamou, dizem que aqui tinha emprego, aí eu vim, e tinha, meu cunhado me arrumou um emprego de motorista mas eu não sabia dirigir aí ele me ajudô a arrumar outro de guarda e eu fui trabaia de noite, aqui os fio podia estudar, a vida aqui é mais fácil, aí nós veio mais se eu acertasse a sena voltava pro nordeste e ia ajudar aquele povo todo que ficou lá. (Pesquisa de campo. Setembro/2003).

Apesar de manifestar “vontade de voltar”, na fala do Sr. Jacob percebemos uma concepção positiva da migração ao dizer “a vida aqui é mais fácil”. Ao mesmo tempo ele não vê a migração como uma trajetória de realização pessoal e menciona uma relação, para ele, não totalmente rompida com seu lugar de origem, ao se referir “aquele povo todo que ficou lá”, com os quais se identifica e gostaria de ajudar.

Indagado sobre os motivos de querer voltar ao Nordeste, demonstrou gostar de seu lugar de origem, de ter vontade de voltar; para o lugar onde tinha “muita amizade”. Esclarece que não volta pelo receio de envelhecer na roça e porque “a vida lá é custosa”. Na sua fala é perceptível o ressentimento de ter saído e não poder voltar, sair do Maranhão para ele significou mais do que se separar de um bem, a terra está num lugar carregado de sentidos, sentimentos e lembranças. Os vínculos com a cidade de Caldas Novas, que foram sendo tecidos por espessas teias de relações, caracterizam o mundo vivido do Sr. Jacob e dos outros moradores do bairro e de certa forma não lhes permitem voltar. No entanto, enfatizam as condições de quem ficou, pois são os que precisam de ajuda. Portanto, o entrevistado demonstra perceber as dificuldades de sobreviver numa região pobre, na roça e principalmente na velhice, quando as limitações físicas constituem-se em obstáculo ao trabalho assalariado,

uma vez que as mercadorias produzidas na pequena propriedade, como era a sua, além do valor relativamente baixo apresentam dificuldades de inserção no mercado capitalista.

A respeito da fixação de populações migrantes escreve Milton Santos (1987 p. 82):

Pensamos, antes de tudo, que o espaço não é uma estrutura de aceitação, de enquadramento ou coisa que o valha, mas uma estrutura social como as outras. Consideramos também que o valor do homem, assim como o do capital em todas as suas formas, depende de sua localização no espaço (...) Indivíduos que disponham de uma soma de capital, formação cultural e capacidade física equivalente, ocupados num mesmo tipo de atividade (...) são, sem embargo, dotados de possibilidades efetivas sensivelmente desiguais conforme os diferentes pontos do espaço em que se localizem.

Acompanhando o raciocínio do autor, a fixação na maioria das vezes responde sobretudo por razões econômicas que se resumem em termos de vantagens, imediatas ou não, que conferem a cada localização um trunfo particular para o indivíduo ou grupo de indivíduos, em determinadas condições. Segundo ele, do ponto de vista econômico os indivíduos, seja qual for a sua profissão, não são recompensados igualmente segundo os lugares. Tal fenômeno, no entanto, não é exclusivo dos empresários e dos assalariados permanentes. Também os pobres, os subempregados ou os que trabalham ocasionalmente são recompensados diferentemente, em função de sua localização no espaço.

2. 2 – Os migrantes e as expectativas em torno da fixação de residência em Caldas Novas.

Os caminhos que trouxeram os membros da comunidade dos bairros Parque das Brisas III e Lago das Brisas para Caldas Novas iniciaram-se nas condições de vida, existentes e possíveis, no clima semi-árido nordestino. Rogério Haesbaert (1996, p. 380) se refere à percepção dos sujeitos no processo de movimento e fixação de populações:

Quase tudo subitamente se torna móvel, instável, transitório, e tudo se reveste de uma violência desterritorializadora, numa ditadura do movimento, como se fixar-se, deixar raízes, pertencesse a um passado que é preciso, de qualquer forma superar.

No depoimento da esposa do senhor Jacob, dona Maria de Souza, é perceptível o desgosto com a vida que levava no Maranhão com o marido e os dez filhos, nas proximidades de Grajaú. Em sua fala ressalta os problemas do cotidiano de quem vive em condições econômicas e sociais difíceis e as contradições em que a fartura de alguns alimentos contrasta com a escassez de outros recursos, como os relacionados à educação e à saúde da família:

Nóis veio pra cá porque as criança foi cresceno e precisava estudá. Lá a gente tinha fartura de comida, porque a gente tinha porco, galinha, ovo, hortalica e mandioca essas coisa, mas não tinha saída pro caso de doença. Nóis morava num lugar longe da cidade, pra ir tinha que andar um tanto a pé, pegar uma balsa e depois cabar de chegar na cidade, os menino num tinha jeito de estudá, aí precisava mudá. No Maranhão a gente trabaivava muito e num tinha futuro, foi desiludindo de lá, uma hora tinha serviço outra hora não, assim nós veio.
(pesquisa de campo abril/2003)

A entrevistada expressa, nessa fala, as expectativas em relação ao futuro da família e dos filhos, e a crença de que a escola seja o caminho para a conquista da ascensão social. A necessidade de acesso à escola fez com que a família do Sr. Jacob viesse para esta cidade. Ele nos informa que no interior de Grajaú, no Maranhão, não havia escolas, nem mesmo escolas primárias, nas proximidades do local onde morava. Relembra que durante toda a sua infância e mesmo na juventude, quando deveria estar estudando, trabalhou duro, e que desejava uma vida diferente para os filhos. Nesse sentido, na sua percepção a mudança foi boa, os filhos todos freqüentaram ou ainda freqüentam uma unidade escolar próxima ao Lago das Brisas.

Na percepção das famílias pobres, a educação é vista como uma das poucas possibilidades de melhorar de vida, como um meio de alcançar o bom emprego e o bom salário. Sobre as expectativas em torno da escolarização, Teresa Maria Frota Haguette (1982)

considera que geralmente a escola é percebida pela população de baixa renda como o mais eficaz meio de ascensão social. No entanto a autora contesta a sua eficácia, quando esta não se associa ao próprio desenvolvimento da economia em termos de geração de novos postos de trabalho, e argumenta haver uma expectativa exagerada sobre a educação como fator principal de ascensão social, especialmente de bons salários, o que persiste ainda junto às aquelas populações pobres que crêem ser a falta de estudo a causa de seus baixos rendimentos. Nesse sentido, consideramos que, inserida nessas expectativas, a escolaridade se constitui como possibilidades, mas não como garantias.

Haguete (1982 Apud DEMO 1979, p. 17), considerando a necessidade de uma política social voltada para o binômio emprego/renda, discute o papel da educação:

Em termos sócio-econômicos, se o problema mais agudo é a geração de novos e melhores postos de trabalho, fica claro que a educação, por si, não realiza isso: sozinha, ficará à margem desta meta. (...) considerando-se que outro problema essencial seja os efeitos da pobreza sobre o acesso e sobre o rendimento escolar, está claro que a educação, sozinha, não os pode enfrentar e estará tendencialmente sempre à deriva deles.

A autora considera que a escola não tem capacidade de, por si só, determinar a ascensão social, mas pode preparar cidadãos conscientes, pois ao lado da participação sócio-econômica, é de igual importância a participação política. A economia se torna social, não por benevolência estatal, não por consideração patronal, não por tendência imanente do crescimento, mas por capacidade política de forçar o mercado a assumir a necessidade de desconcentração da renda. Haguete (1982, p. 36) continua argumentando que a escola entraria:

menos como preparadora de mão-de-obra ou como processo de socialização, mas sobretudo como veiculadora de participação, solidificando as regras democráticas do jogo, condição essencial para se reduzir a tendência seletiva do sistema contra a pobreza.

Acompanhando a tendência nacional nos últimos anos, verifica-se que em Goiás está havendo uma certa democratização no acesso à escola. Referindo-se aos índices de analfabetismo, chamou-nos atenção a publicação, pelo poder público municipal de Caldas Novas, através de Out-doors, que a cidade possui o menor índice do estado de Goiás, com 8,3%, enquanto que o índice do estado foi de 11,9%. Numa verificação dos dados do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas) percebemos que tal informação revela alguns desencontros; pois há outros municípios no estado que apresentam índices menores, conforme o quadro a seguir.

Quadro 05:

Municípios goianos com os menores índices de analfabetismo em 2000:

Município	Índice de analfabetismo em 2000
Caldas Novas	8.3
Valparaíso	7.4
Cidade Ocidental	6.7
Chapadão do Céu	5.3
Goiânia	5.2

Fonte: INEP, índices educacionais 2000.

Org. por: OLIVEIRA, L.V.A.

Entre as famílias pesquisadas observa-se a inclusão no sistema educacional de todas as crianças em idade escolar. Foi construída pela Prefeitura uma creche que atende crianças de 0 a 5 anos e uma unidade escolar ao lado do Bairro Parque das Brisas III que oferece ensino da alfabetização à 4ª série primária para as crianças com 5 anos ou mais. Há ainda na cidade 04 unidades escolares públicas que oferecem da 5ª série do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio. Há ainda na cidade várias unidades particulares que disponibilizam ensino nos

níveis fundamental e médio, uma universidade pública estadual e duas faculdades particulares.

Maria Dalva, em sua fala, também enfatiza a importância da escola na formação dos filhos. Fala com orgulho que seu filho mais velho conseguiu completar os estudos, formou-se em administração em hotelaria e turismo e está empregado em um dos clubes da cidade, na área da administração. Entretanto, quando perguntada sobre os rendimentos obtidos pelo filho, esclarece meio desapontada que ele recebe atualmente (em março/2004) R\$ 400,00 mensais, menos de dois salários mínimos, cujo valor era na época da entrevista de R\$ 240,00. Em sua expressão percebemos que a diferenciação atribuída ao filho como resultado da qualificação escolar se refere à atividade desenvolvida e não especificamente ao valor recebido pelo trabalho, que pela família é considerado pouco, Maria Dalva menciona que ele trabalha no escritório da empresa, do que se pode apreender que para ela a diferenciação está nas condições em que o trabalho é exercido. Nossa percepção foi comprovada, tendo ela mencionado que não trabalhar na roça ou no sol o dia todo já é um ganho. Quanto a ela:

Eu quando estudava ia pra escola até 09:00 horas, aí saía e ia fazer comida pra levar pro meu pai porque a minha mãe tava trabalhando, ela quebrava côco, nós morava na roça mas meu pai também plantava noutra roça, aí eu fazia a comida e levava pra ele, punha uma rodia na cabeça e ia levar, chegava em casa por volta de 02:00 horas da tarde e ia buscar água, às vezes, esperava lá na mina até umas 09:00 horas da noite a água minando pra encher o balde. (pesquisa de campo junho/2003).

Indagada até que série tinha conseguido estudar, já que se expressa com clareza e de maneira coerente, explicou que só estudou “as primeiras séries primárias”, aprendeu a ler e escrever. A forma de se comunicar tinha aprendido na convivência com os médicos e funcionários dos hospitais em que trabalhou como auxiliar de enfermagem.

José de Souza Martins (1975, p. 99) analisa a inserção da escola nas comunidades rurais; segundo ele a escola é inserida no espaço rural de forma diferente que no urbano. Nas comunidades rurais a escolarização é aceita exteriormente:

Não obstante a iniciação da criança rural no trabalho produtivo coincida com a fase da atividade escolar, não há, em princípio, uma incompatibilidade entre uma coisa e outra, nesse nível. E não há justamente porque a escola se integra nos valores rurais como forma de ‘trabalho’, isto é, de absorção do tempo da criança, como ocupação que implica em trabalho pelo trabalho, o que com muita frequência supõe o cumprimento de um destino (...). Isso faz com que a família insista em manter o aluno às vezes até durante longos anos na escola, apesar de sucessivas repetências. Por outro lado, as aspirações em relação à escola são desproporcionalmente modestas: assinar o nome, ler mais ou menos, etc.

Na análise do autor a escola passa a fazer parte das sociedades agrárias na medida em que estas se integram às sociedades urbanas pela economia de mercado. A escola está vinculada aos valores da sociedade capitalista, que se expressam essencialmente no espaço urbano. Nesse sentido, a escola passa a ser valorizada e considerada condição essencial para inserção na economia capitalista.

Entre as famílias pesquisadas, como já dissemos, as crianças têm certa “facilidade” para freqüentar a escola, propiciada pela proximidade das unidades escolares. No parque das Brisas III há uma escola que oferece de 1ª a 4ª séries do ensino primário, conforme demonstrado a seguir:



Figura 12 - Escola municipal Felipe Marinho da Cruz.
OLIVEIRA, L.V.A. Outubro/2004.

No entanto, a escolarização obtida, que na maioria das vezes não passa do ensino médio, não tem possibilitado aumento significativo de renda. A escolaridade em baixos níveis não se constituiu em fator de ascensão social e os migrantes se inserem no mercado de trabalho em atividades que exigem pouca qualificação escolar. As ocupações dos 16 migrantes considerados em nossa pesquisa são apresentadas no quadro a seguir.

Quadro 06:

Ocupação dos migrantes em Caldas Novas

Atividade	Número de Pessoas
Professora	01
Carpinteiro	01
Doméstica	04
Agente de saúde	02
Pedreiro	01
Do lar	01
Guarda noturno	01
Lavadeira e/ou passadeira	01
Ajudante geral	01
Massagista	01
Enfermeira	01
Padeiro	01

Org. por : OLIVEIRA, L.V.A. Abril/2004.

As atividades de prestação de serviços no comércio e na construção civil são predominantes para os homens. As mulheres se inserem no mercado de trabalho como empregadas domésticas ou em algumas atividades ligadas à prestação de serviços tradicionalmente considerados atividades essencialmente femininas; como as lavadeiras e passadeiras de roupas. Algumas delas, como demonstrado no quadro 11, conseguiram cursos técnicos de enfermagem e trabalham como auxiliar de enfermagem ou como agentes comunitárias de saúde.

2. 3 – Os migrantes nordestinos e as estratégias de sobrevivência em Caldas Novas

Além da falta de escolaridade, que dificulta a inserção no mercado de trabalho, outros problemas atingem a comunidade, como a alimentação. Os hábitos alimentares refletem a sua condição social. No Maranhão a alimentação é deficiente no que se refere, por exemplo, à quantidade de carne ingerida pela população. Leidiane de Lima Almeida Ramos, natural de Santa Inês, no interior do Maranhão, nos fala a esse respeito:

Lá na nossa casa a gente só comia carne de vaca no domingo, o matador de Santa Inês só matava no domingo, outros dia da semana não matava. Às vez num tinha verdura, nós comia arros e ovo, era ovo frito, farofa de ovo, ovo cozido de molho, ovo de tudo quanto jeito, porque ovo nós tinha muito, tinha as galinha mais num podia matar pra cumer, senão elas acabava, aí só matava vez em quando. Aqui nós num come carne todo dia, mais dá pra cume mais que lá, umas treis ou quatro veis na semana. (pesquisa de campo julho/2003).

Indagada sobre o que seria o que chama de “o matador”, esclarece que é a pessoa que comercializava a carne na cidade de Santa Inês, ou seja, o açougueiro. Sabemos que nem todos possuem as mesmas condições econômicas, houve os que se sobressaíram economicamente, mas mesmo estes se mantiveram entre os extratos da classe operária, o que não lhes permite, por exemplo, o consumo diário da carne, considerada um alimento caro

quando relacionado aos seus rendimentos. A seguir apresentamos o quadro nº 07, demonstrativo das conquistas dos 16 migrantes pesquisados, referente à propriedade de eletrodomésticos e veículos.

Quadro 07:

Propriedade de eletrodomésticos e veículos

televisor	telefone	bicicleta	motocicleta	automóvel
16	08	06	02	01

Org. por: OLIVEIRA, L.V.A. Abril/2004.

O quadro é demonstrativo da propriedade de bens que os migrantes adquiriram em Caldas Novas. O televisor aparece como o eletrodoméstico encontrado em todas as residências; o telefone 08 entre os pesquisados possuem; quanto à locomoção, 07 se locomovem a pé ou de ônibus, 06 de bicicleta, 02 de motocicleta e apenas um possui automóvel.

As dificuldades para a maior parte dos moradores do Maranhão, sendo este um dos estados mais pobres do Brasil, não se limitam à alimentação e à escolaridade, mas passam por vários outros indicadores de bem-estar social. Leidiane continua narrando a vida que levava na cidade de Santa Inês:

Eu trabalhava de cozinheira para o meu pai e para os peão que trabalhava pra ele de vez em quando, isso desde os sete anos, eu não recebia dinheiro, a minha mãe não fazia a comida porque ia pro mato quebrar côco, o que o meu pai ganhava era pra mantê a casa, não sei quanto era. Lembro que eu gostava de televisão, mas nós num tinha, aí eu ia pra casa da vizinha, longe, penso que em mais ou meno um quilômetro, já apanhei da minha mãe por isso, mas eu gostava de ver televisão. (Pesquisa de campo julho/2003)

Reconstituindo parte de seu cotidiano, a entrevistada expressa a vontade que tinha de “mudar de vida”, e de alguma forma ter acesso aos bens que a família não tinha; “queria ter o que via na televisão”, queria também “ter uma televisão”. A entrevistada nos conta que no interior do Maranhão, onde morava, havia festas religiosas que aconteciam anualmente e das quais sua família participava, mas para participar da festa as moças queriam sempre usar uma roupa nova. Para conseguir isto, aproximadamente três meses antes da festa as mocinhas iam para o mato quebrar coco para conseguir o dinheiro. Leidiane nos mostra cicatrizes nos dedos, indicador e polegar, da mão esquerda consequência de um grave ferimento na atividade de quebrar coco.

Com o objetivo de compreender o modo de vida, investigando o cotidiano dos migrantes, percebemos a importância de buscar além do que é dito e perceber os aspectos da produção individual e da forma de integração no setor produtivo. Considerando Teresa Maria Frota Haguette (1982), é a forma de inserção no setor produtivo da sociedade que vai definir as chances de vida de um indivíduo, grupo ou de uma classe social.

A autora analisa um outro aspecto mencionado pela entrevistada, a inserção da televisão no cotidiano das famílias de baixa renda. Enfatiza que “a televisão é considerada a única diversão da família tornando-se um veículo de aproximação entre as pessoas, pois os que não a possuem procuram os vizinhos para lá assistirem seus programas preferidos” (HAGUETTE – 1982, p. 44 e 45). Especificamente no caso da entrevistada, ocorreu o contrário: assistir televisão na casa dos vizinhos foi uma prática que procurava ser evitada pela mãe, para evitar problemas, já que se tratava de crianças. Leidiane relembra outras formas de lazer, as brincadeiras, cujos brinquedos eram confeccionados pelas próprias crianças para suprir a impossibilidade de aquisição:

Lá tinha muito mato, nós brincava de caçanha no mato com as colher da minha mãe. Meus irmão gostava de brincar de carrinho, eles fazia os carrinho de lata de

sardinha e as rodinha de chinela havaiana, era bonitinho, até eu brincava com os carrinho. (pesquisa de campo. Julho/2003)

A busca por dias melhores continuou, a migração se mostrou como sendo uma possibilidade de “mudança de vida” que poderia encontrar em Caldas Novas. A entrevistada comenta que em Caldas Novas se casou com um rapaz também nordestino e que o marido, possuidor de condições sociais semelhantes às suas, trabalha como ajudante geral em uma empresa da cidade e não consegue sozinho prover a família dos bens necessários à sobrevivência. Assim, mesmo casada, continua exercendo atividades remuneradas.

Milton Santos (1987, p. 83), analisando os aspectos que envolvem a sobrevivência e a migração de populações pobres, escreve:

O estudo da distribuição da pobreza no espaço supõe se pesquise a razão pela qual, indivíduos dotados das mesmas capacidades potenciais, têm valor diferente segundo o lugar em que se encontram. A questão deve ser desdobrada. Trata-se antes de mais nada, de constatar tais diferenças de situação no espaço. Em seguida, o problema requer uma explicação de maior alcance: trata-se não tanto de explicar porque as pessoas migram, quanto de saber porque elas permanecem, por que elas não migram. Isto é tanto mais importante quanto o fato de não migrar significa amiúde condenar-se a ficar ainda mais pobre. Para muitos, ficar equivale a empobrecer-se dia a dia.

A mulher imigrante sempre esteve presente no mercado de trabalho, nos estabelecimentos comerciais, residências ou em atividades informais. Os baixos ganhos conseguidos pelos homens e a necessidade de uma renda complementar levam essas mulheres a realizar atividades ocasionais e variadas que se constituem como importantes alternativas de sobrevivência por permitirem a combinação do trabalho doméstico, que nas famílias tradicionais é considerado responsabilidade feminina, com o trabalho remunerado, que lhes permite algum ganho e torna-se indispensável na defesa dos interesses econômicos da família. O trabalho como empregada doméstica é uma opção, e seguindo a estratégia de outras pessoas

da família que vieram anteriormente, Leidiane veio para Caldas Novas e trabalha como empregada doméstica. Em suas palavras:

trabalho de empregada doméstica, tenho salário e carteira assinada, meu filho estuda e tem bicicleta para brincar. Fui casada, me separei, mas mesmo casada meu marido não dava conta de manter a casa, então precisei continuar trabalhando, estudei no supletivo até terminar o terceiro ano, aí parei e fiquei só trabalhando e cuidando do meu filho. (pesquisa de campo. Julho/2003).

A relação de trabalho manifesta a forma de inserção no mercado de trabalho, que em Caldas Novas apresenta pequenas variações, e indica o *status* social dos migrantes. Enquanto empregada doméstica, seus ganhos possibilitam a aquisição de alguns bens de consumo, como a televisão, e na sua percepção “está melhor que no Maranhão”, onde não possuía “nem isso”. A entrevistada considera que seu padrão de vida melhorou após a migração. No entanto, Eunice Durham (1978), referindo-se aos novos padrões de consumo existentes principalmente no espaço urbano, argumenta que esses padrões são vividos pela população pobre, especialmente a de origem rural, como melhoria de vida. Segundo a autora, as possibilidades de consumo ampliaram-se relativamente ao que era antes pela própria expansão da sociedade de consumo que, num mecanismo de “participação excludente”, reserva uma fatia de seu mercado à população de baixa renda.

A situação mencionada pela entrevistada, de parar de estudar para trabalhar e cuidar do filho, remete-nos às questões sociais de frequência à escola. Sabe-se que o desempenho escolar dos alunos das escolas noturnas é insuficiente, especialmente quando, no caso da entrevistada, se trata de escola de ensino supletivo. Para a deficiência contribuem dois fatores: a especificidade da escola e as dificuldades de os estudantes trabalhadores superarem o cansaço do final da jornada de trabalho, o que pode levar a crer que essa população não estuda porque trabalha, o que não equivale a dizer que quem trabalha não pode estudar, mas que no último caso as dificuldades, que para os migrantes já são muitas, se tornam ainda maiores.

Nesse sentido, a existência de escolas, mesmo que geograficamente próximas à comunidade, não constitui por si só garantia de escolarização e menos ainda de ascensão social.

A racionalidade, a percepção, os comportamentos podem passar por transformações, independentemente da frequência à escola. Os próprios sujeitos mencionam ter passado por modificações de sua percepção em relação ao entorno e ao sentido de sua existência por influência do lugar que passam a habitar. Os moradores dos bairros vivem muito próximos dos benefícios da sociedade industrial, do mundo urbano moderno e do lazer que Caldas Novas oferece, aos quais, entretanto, não têm acesso. A presença dos migrantes, neste espaço, cria as aspirações descritas por Maria Dalva:

quando a gente chega pra cá a gente abre a mente, a gente vê que o salário lá é uma micharia, entendeu, que aquilo é muito pouco e que a gente tem que ganhar mais. Se hoje o salário mínimo é duzentos e sessenta, o dia de serviço lá na roça eu sei que é de cinco reais. Tem que trabalhar pra ganhar mais. Ganhar um salário aqui não dá, mas lá estando comendo já tá bom, aqui não. (Pesquisa de campo. Junho/2003).

A entrevistada menciona desejar ter acesso aos bens existentes à disposição para utilização e consumo em Caldas Novas, e não os percebe como inatingíveis, dada à proximidade que estão em relação a ela. Afirma o trabalho como possibilidade de inserção no mundo do consumo do capitalismo moderno, no entanto informa que na sua condição de enfermeira, trabalhando período integral, mais os plantões, consegue ganhar “pouco mais de um salário mínimo”. Maria Dalva informa que, mesmo considerando os seus ganhos insuficientes para obtenção dos bens que gostaria de ter, conseguiu aqui uma qualidade de vida melhor que no interior do Maranhão e afirma: “meus filhos aqui vivem melhor do que eu vivi lá”.

Estar na cidade, geograficamente tão próximos a esses bens e serviços, cria aspirações e ambições mas não os retira da condição de pobres, são os trabalhadores da cidade e a mão-

de-obra que serve ao turismo. Essa inacessibilidade ao que está próximo reforça a afirmação de outros valores que lhes são próprios, nos quais se reconhecem e são reconhecidos, como a frequência à igreja, expressando a afirmação da religiosidade e a permanência nos limites do bairro. Nesse sentido, a crença religiosa na existência de um mundo melhor, mais justo e a proximidade da família constitui as referências básicas através das quais constroem uma identidade social positiva.

As mulheres imigrantes sempre estiveram muito presentes no mercado de trabalho em Caldas Novas, exercendo as mais diversas atividades, tanto no mercado formal quanto no informal, e ainda são responsáveis pelo trabalho domiciliar. Os baixos ganhos percebidos pelo chefe da família e a necessidade de uma renda complementar levaram essas mulheres a cumprirem longas jornadas de trabalho, combinando atividades domésticas e trabalho remunerado. A esse respeito nos fala Maria Conceição:

Eu tenho trabalhado todos os dias da semana sem descansar, é uma luta mesmo pra conseguir outra casa depois que me separei e tive que vender a minha. De segunda a sexta faço as visita, é o serviço de agente de saúde, no sábado de manhã lavo a roupa, à tarde faço curso de pintura em pano de prato, e no domingo eu pinto os pano pra vender. O serviço de casa eu faço todo dia de tarde e de noite. Eu conto é comigo mesmo. (Pesquisa de campo. Outubro/2004)

O que fica demonstrado na fala de Maria Conceição é que o trabalho feminino torna-se, em alguns casos, a sustentação econômica da família, destaca-se e constitui-se como a única opção nos momentos de falta do chefe ou do trabalho do chefe da família.

Na literatura existente em torno das mulheres migrantes nordestinas a imagem transmitida é a de trabalhadoras incansáveis, consideradas “boas donas de casa”; criando estratégias para sobreviver com o dinheiro arrecadado pelos membros da família, realizam tarefas consorciadas com as atividades domésticas que possibilitam ganhar algum dinheiro cozinhando, vendendo, limpando ou lavando. Como donas de casa desempenharam um papel

ativo na família, contribuindo para a renda e cuidando do bem estar familiar. Nesse sentido, exerceram função de destaque como mantenedoras das tradições e conhecimentos de transmissão oral. Maria Izilda Santos de Matos (2002, p. 48 e 49) nos fala sobre as práticas das mulheres migrantes:

Nas práticas cotidianas as mulheres imigrantes mantinham certas estratégias na procura de adaptação às novas condições. De acordo com suas experiências passadas, amoldavam suas habilidades à nova situação, já que o contato com uma nova realidade modificava as relações dentro da família e as percepções de sua condição de mulher. Assim, as novas experiências, (...) aliadas às dificuldades e frustrações enfrentadas, contribuíam para formar uma nova identidade enquanto mulher e enquanto imigrante. Assim cabia a elas definir, destacar, singularizar, tipificar e recriar, num novo espaço tradições a partir de uma nova experiência cotidiana de convivência e trabalho.

Quanto aos homens, já demonstramos haver certa heterogeneidade no que se refere à sua inserção no mercado de trabalho, trabalhando nas mais diversas funções. Entretanto essa situação se contrapõe à relativa uniformidade de seus rendimentos e das suas qualificações, predominando trabalhadores assalariados não especializados e, entre os autônomos, os não especializados são também maioria. A partir das narrativas pessoais deles pudemos verificar, no que se refere ao trabalho que realizam, que quase sempre é feito fora dos limites dos bairros onde foi feita a pesquisa. As exceções correspondem aos pequenos negócios instalados na frente ou ao lado de suas residências.

Cynthia Andersen Sarti (1996, p. 66 a 69) nos fala a respeito do sentido do trabalho masculino nas populações pobres:

O trabalho é muito mais do que o instrumento da sobrevivência material, mas constitui o substrato da identidade masculina, forjando um jeito de ser homem. É condição de sua autonomia moral, ou seja, da afirmação positiva de si, que lhe permite dizer: eu sou.(...) O trabalho vale não só por seu rendimento econômico, mas por seu rendimento moral, a afirmação, para o homem, de sua identidade masculina de homem forte para trabalhar.(...) O trabalho confere dignidade ao pobre por ser o fundamento de sua autonomia moral, legitima sua reivindicação de respeito, dentro da mesma lógica em que o trabalhador reivindica o respeito de seus familiares e garante como chefe da família, a respeitabilidade de seus familiares.

A autora menciona, na mesma obra, que o bom marido é sempre descrito como aquele que trabalha, não joga e não bebe. Embora o jogo e a bebida sejam definidos como transgressão às regras familiares, sua condenação recai sobre o fato de que essas atividades significam desvio de dinheiro, rompendo os preceitos de seu papel de provedor. Se ele bebe e joga, mas trabalha e traz dinheiro para casa, a reprovação se relativiza. Maria nos fala sobre a separação do primeiro marido:

Ele começou a beber muito, virou alcoólatra e não ajudava mais nada em casa, ficou desempregado e o que fazia era pra pinga, nós tinha que comer e ainda fazer a casa, eu me virava trabalhando em tudo quanto era serviço e fazia biscoito sonho e cocada que o meu filho mais velho vendia, meu filho me ajudou muito. (...) Ele não parou de beber aí nós separou num teve jeito. (Pesquisa de campo. Outubro/2004)

A entrevistada nos explica que o marido bebia mais nos momentos de maior dificuldade, mas tinha também “os amigos”. Segundo ela, tentou manter o casamento pedindo ao marido que parasse de beber, ele até ouvia e parava, até que “os tal amigo aparecia de novo e falava que ele tava obedecendo mulher” então ele começava a beber de novo. Na comunidade, as relações sociais são também determinantes dos comportamentos individuais, e são permeadas pela afirmação do homem enquanto autoridade e chefe da família. Na busca pela aceitação do grupo, os indivíduos mantêm um padrão de comportamento que os une a seus *iguais*.

Para o homem, a perda do trabalho o atinge naquilo que faz do homem, homem, privando-o das referências fundamentais de sua identidade social, a de trabalhador/provedor/pai de família. A ausência do provedor masculino significa uma perda moral que atinge todo o grupo familiar, que fica sem sua base de sustentação. Podemos então afirmar que, para o homem, o desemprego representa não apenas privação material, mas sobretudo moral.

O contexto mencionado nos remete à tentativa de compreender os aspectos culturais que envolveram a fixação, as relações familiares que podem exercer influência na manutenção ou não da propriedade da casa. Em alguns casos a desagregação familiar e a separação dos casais determinaram a venda do imóvel e essas pessoas novamente se encontram na situação anterior, de não proprietários. Cynthia Andersen Sarti (1996, p. 45) escreve:

A literatura sobre famílias pobres no Brasil confirma a possibilidade de estabelecer uma relação entre as condições sócio-econômicas e a estabilidade familiar, no sentido de os ciclos da vida familiar se desenvolverem sem rupturas (...). Isto significa dizer que as famílias desfeitas são mais pobres e, num círculo vicioso, as famílias mais pobres desfazem-se mais facilmente.

Entender os migrantes não significa apenas considerá-los como seres movidos pela necessidade e consumo de bens materiais, mas como seres dotados de aspirações, de experiências, estando assim inseridos no mundo da cultura, a qual, na medida de suas possibilidades, recriam.

Enquanto parte de um contingente populacional com uma base cultural distinta, possuidora de hábitos, de culinária e mesmo de um linguajar regional especificamente nordestino, enfim, de uma homogeneidade étnica e cultural contrastante com a comunidade local, encontraram dificuldades de adaptação e integração.

Maria Cristina Rangel (1997, p. 21) nos fala sobre a insegurança vivida pelo migrante, cuja migração objetiva manter a vida, mas também é uma forma de os afastar do cotidiano de ter onde dormir todos os dias, do trabalho, do enraizamento. Para a autora a migração é a criação de um outro cotidiano:

Partir não é somente um ato de arrumar a mala, a mochila, o saco, os “cacarecos” e sair mundo afora. Migrar não é a primeira solução encontrada diante da expropriação, da angústia de não ter como sobreviver naquele lugar. É, pelo contrário, a atitude mais radical. É a hora do rompimento com o espaço cotidiano, com trabalho, com amigos, com família. É hora de sair da segurança da repetição, de todos os dias fazer os mesmos percursos, encontrar pessoas conhecidas para

entrar em um rotina de não saber para onde ir, de ter a possibilidade de ir para muitos lugares e ao mesmo tempo ir a lugar nenhum.

Segundo a autora a migração, além da mobilidade, é marcada pela instabilidade, pelo conhecimento de pessoas diferentes, por não saber se vai conseguir alimentar-se, não saber onde vai dormir ou se vai poder trocar a roupa. Enfim, por uma sucessão de incertezas e estranhamentos, em situações que envolvem o cotidiano. Sobre os estranhamentos no momento da fixação, fala-nos Maria Dalva:

Assim que cheguei aqui, fui no açougue e pedi um quilo de carne com osso, e o homem, o açougueiro ficou assim me olhando e eu pensei, gente, eu devo tá falando muito baixo, tornei falar de novo, falei assim: eu quero um quilo de ossada. Parece que ficou pior, ele fez uma cara..., aí tinha um outro rapaz do lado esse já entendia e falou: ela quer costela. Então ele pesou o quilo de ossada. Eu disse: Agora enrola. Pedi pra enrolar, era pra enrolar papel eu ia noutro lugar antes de voltar pra casa, ele não entendia, tive que explicar, acho que ele pensou que eu ia enrolar e não pagar. (Pesquisa de campo. Agosto/2004).

A entrevistada menciona uma situação em que se sentiu “discriminada” como se “não soubesse falar direito” ou se expressar com clareza; esclarece que nesse momento ficou muito claro para ela que enfrentaria dificuldades para adaptar-se. O pertencimento a uma outra região, com uma fala diferenciada, se tornaria fator de discriminação social, ainda mais se acompanhada de outros fatores de diferenciação, como era o seu caso. Milton Santos (1987, p. 79) nos fala a respeito:

Uma coisa é a conquista de uma personalidade forte, capaz de romper com os preconceitos. Outra coisa é adquirir os instrumentos de realização eficaz da liberdade. Sozinhos, ficamos livres mas não podemos exercer a nossa liberdade. Com o grupo, encontramos os meios de multiplicar as forças individuais, mediante a organização. É assim que nosso campo de luta se alarga e que um maior número de pessoas se avizinha da consciência possível, rompendo as amarras da alienação. É também pela organização que pessoas inconformadas se reúnem, ampliando destarte, sua força e arrastando, pela convicção e o exemplo, gente já predisposta mas ainda não solidamente instalada nesses princípios redentores.

A situação do migrante é freqüentemente acompanhada por estranhamentos, pela incerteza, enfim, por dificuldades variadas que o migrante não sabe ao certo quais são, mas sabe que está indo para um lugar ao qual não pertence, na maioria das vezes por “esse pertencimento” lhe ter sido negado em seu lugar de origem.

José de Souza Martins (1993), referindo-se aos estranhamentos advindos da fixação e adaptação dos migrantes, menciona que a reciprocidade do impacto se manifesta na constituição do outro, que passa a mediar as relações sociais para cada grupo envolvido no desencontro desse encontro. Nesse sentido, o desencontro dos grupos não é apenas de natureza econômica, mas também e principalmente social, ideológico, cultural e até político; os estranhamentos se relacionam particularmente às humanidades dos grupos.

Uma característica social comum entre as pessoas da comunidade pesquisada é de terem migrado do interior do Nordeste, da zona rural, povoados distritais ou de cidades pequenas, para um centro urbano no Centro-Oeste. Portanto, trata-se de uma migração predominantemente rural-urbana.

Regina Bega Santos (1998), tratando das migrações internas no Brasil, nos diz que estas correspondem essencialmente ao êxodo rural, com o adensamento demográfico das principais cidades do país. Essas pessoas não conseguiram mais ter o trabalho garantido no campo, nem as condições mínimas para a sobrevivência, porque perderam a propriedade ou a posse da terra. Outros, ainda, que não possuíam terras para plantar, trabalhando para terceiros, perderam o emprego e, não conseguindo outro, foram obrigados a sair para encontrá-lo em outro lugar. Nesse contexto a migração rural-urbana advém da fragilidade estrutural da economia camponesa.

Genebaldo Freire Dias (1994) considera a migração rural-urbana como uma das mais críticas questões populacionais. O autor menciona que os migrantes, de valores e hábitos rurais, tendem a formar comunidades urbanas marginais que contribuem de modo

significativo para as transformações sócio-econômicas e culturais da cidade, sem partilhar plenamente dos valores e benefícios materiais da cidade.

No momento de chegada, os migrantes construíam uma imagem desse novo espaço. Na maioria das vezes, em seu imaginário a cidade lhes daria tudo ou quase tudo que até então não possuíam. A fala de Maria Dalva expressa a sua percepção centrada nas características espaciais e o interesse demonstrado pela economia e pelas possibilidades de vida que encontrou ao chegar:

Quando eu mudei para cá nós foi morar na Nova Vila, a minha cunhada morava lá, fui pra lá pra ficar junto dos parente que já morava lá, nós alugamo uma casa perto dela... vendemo a nossa casa do Maranhão, barato, o dinheiro deu pra pagar eu num sei se foi dois ou três meses de aluguel aqui, lá não tem valor. Eu vim, meu marido ficou lá trabalhando na roça, eu fiquei um ano sozinha, pagando aluguel, fazendo tudo e com os cinco filho, até meu marido acertar lá e vim, aí nós trabalhamos dez anos, até construir essa casa. (Pesquisa de Campo. Julho/2003)

Outros migrantes nos falam sobre as condições de sobrevivência ao chegar. Francisca Maria da Silva, natural de Juazeiro/BA, refere-se a esse momento, fala de sua família isoladamente, parece não perceber que as carências são coletivas:

Quando nós veio, nós alugou dois cômodo no Bairro São José, ficamo lá 17 pessoa, nós dois, onze filho e quatro neto, dormia todo mundo no chão, quando chovia a água entrava pra dentro aí nós levantava e ia rapar a água. Foi um tempo difícil, e foi assim até ganhar o lote. Todo mundo trabalhava, juntava o dinheiro e fazia a feira, o que sobrava nós comprava algum material de construção, foi meus filho que construiu a casa... Só meu marido que num trabalhou ele era cego, tinha glaucoma nas vista, num cuidou até que ficou cego de vez. Meus filho trabalhava na rua, de servente, e nos sábado e domingo fazia a casa. (Pesquisa de campo. Outubro/2003).

A entrevistada menciona as dificuldades e mesmo as privações pelas quais a família passou no que se refere à moradia, e fala das estratégias criadas pela família, do trabalho, e da participação familiar na construção da casa no Bairro Parque das Brisas.

Para os migrantes, a questão da moradia constitui-se em um dos mais graves problemas sociais. Seu custo é elevado, se comparado aos rendimentos por eles obtidos. Nesse contexto, para o migrante nordestino de Caldas Novas além do trabalho, a moradia é elemento básico para a reprodução da força de trabalho.

Lúcio Kowarick (1979), referindo-se à localização e à construção da moradia para os pobres, menciona que as classes trabalhadoras foram fixadas na periferia, construindo, elas mesmas, nas horas de folga, com a ajuda gratuita de parentes, vizinhos e conterrâneos, as suas casas próprias. Para o autor a construção da casa própria, através da ajuda mútua, constitui a única possibilidade de alojamento para os trabalhadores menos qualificados, cujos baixos rendimentos não permitem pagar aluguel. Assim, favelas, casas precárias da periferia e cortiços abrigam a classe trabalhadora, cujas condições de alojamento expressam a precariedade dos seus salários.

No momento em que ocuparam os lotes, que posteriormente teriam como propriedade, os trabalhadores desmataram o terreno e construíram rapidamente, eles mesmos, suas moradias. A maioria deles construiu seus barracos em poucas horas ou numa única noite. O barraco, ainda que de forma improvisada, lhes serviria de abrigo daquele dia em diante. Para a construção foram utilizados restos de materiais encontrados nos “bota fora”⁸ da cidade, como pedaços de madeira, telhas velhas e outros como lonas, plásticos, latas, placas de out-doors, pedaços de madeirite, portas usadas e até mesmo papelão.

Normalmente os barracos tinham um único compartimento interno, onde a família se aglomerava. O banheiro consistia em uma estrutura de madeira coberta com lona e não raro era utilizado por mais de uma família. Ressalta-se que esse processo resultou em moradias desprovidas de infra-estrutura e apresentando insalubridade nas habitações. A seguir, exemplo

⁸ A expressão se refere aos depósitos de entulho existentes na cidade e não propriamente aos depósitos de lixo urbano.

de habitação construída de forma improvisada com a utilização de latas, papelão, lona e restos de materiais de construção.



Figura 13 – Habitação improvisada no Parque das Brisas III.
OLIVEIRA, L.V.A. Abril/2003.

Pouco a pouco as construções passaram a ser modificadas, sendo transformadas em casas de alvenaria com tijolos e telhas. Algumas, porém, ainda apresentam as características iniciais de construção provisória, como nos mostra a ilustração anterior.

Construíram as casas nas horas de folga, nos fins de semana e feriados, com a ajuda de parentes, amigos e vizinhos, sob formas de cooperação e ajuda mútua, como o mutirão.

Mailde Márcia nos fala a respeito da construção da casa, após a posse do lote:

Nóis tinha umas economia para fazer a casa, um ano nóis tava guardando o dinheiro, foi o Francisco mesmo quem fez a casa, ele e os amigo dele nos sábado juntava e ia construir a casa aí foi indo. Nóis já fizemo a casa de tijolo de uma vez, a Conceição minha irmã fez de madeira, nóis não, fizemos aos poucos assim de mutirão nos sábado. Ganhamo o lote em 25.08.96, demorou nóis foi fazendo a casa aos poucos, juntou com o dinheiro que tinha trabalhava mais na semana e comprava material pra trabalhar no sábado, a gente mudou pra cá em 18.07.97, e ainda ficamo um mês sem energia, aí ligou. (Pesquisa de Campo. Agosto/2003)

A entrevistada, ao falar do esforço da família para a construção da casa, menciona a ajuda recebida dos amigos. Perguntada sobre quem eram os amigos que ajudavam, esclarece que eram outros moradores do bairro, que também estavam construindo suas casas, e que “o Francisco também ajudava eles”. Informa que as casas de tijolos foram sendo feitas devagar e as relações se baseavam na reciprocidade e, em suas palavras, “aqui era todo mundo ajudando todo mundo, a associação era muito boa, pena que acabou. Era mutirão pra mutirão, um ajudava o outro”.

Na tentativa de compreender as relações sociais desenvolvidas na comunidade e as estratégias para construção, perguntamos a ela sobre a divisão nas tarefas do trabalho, ao que nos respondeu:

A comida eu que fazia, nós tinha uma barraquinha aqui de lona onde eu fazia a comida e servia pra eles. Eu não morava nessa barraquinha não, era só pra fazer a comida e pra eles almoçar, era a sombra. Eu tinha 03 filho, tudo homem, um tinha um ano e dois meses, outro tinha quatro e o outro três anos, eles carregavam tijolo, alguma coisa eles já ajudava, o pequenininho não mas os dois mais velho já ajudava. Assim fez, quatro cômodo e o banheiro. (Pesquisa de campo. Agosto/2003).

Em sua fala Mailde Márcia menciona o trabalho dos filhos, crianças pequenas mas que, enquanto parte da família, também colaboraram na construção da casa.

Lúcio Kowarick (1979, p. 61 e 62) analisa o processo de autoconstrução de moradias urbanas:

No caso da autoconstrução, que na sua finalidade e essência não deve ser entendida como uma forma de poupança, mas enquanto uma solução de subsistência, cria-se um dos elementos – a moradia – indispensáveis como meio de vida, que acaba por se constituir uma fórmula que rebaixa o custo de reprodução da força de trabalho, permitindo realizar uma extração do excedente econômico apoiado em salários que podem ser constantemente deprimidos. (...) Além disso a casa se deteriora rapidamente pois é feita por trabalhadores não-especializados, que utilizam técnicas produtivas e ferramentas rudimentares, onde a divisão de trabalho é praticamente inexistente e sua construção efetuada aos poucos e sem seqüência programada. Ademais a casa por ser produzida com materiais de qualidade inferior, exige constantes reparos, implicando por parte das famílias um esforço de restauração praticamente permanente.

O autor analisa o problema habitacional relacionado à dinâmica econômica capitalista, que transfere para o trabalhador o problema da habitação urbana. A habitação, enquanto um bem resultante da autoconstrução pelos próprios trabalhadores, produz-se por trabalho não pago, isto é, sobretrabalho, e contribui para aumentar a taxa de exploração da força de trabalho, pois o seu resultado, a casa, reflete-se numa baixa aparente do custo de reprodução dos trabalhadores, de que os gastos com habitação são um componente importante. Assim, uma operação que é, na aparência, uma sobrevivência de práticas de economia natural dentro das cidades, casa-se admiravelmente bem com um processo de expansão capitalista, que tem uma de suas bases e seu dinamismo na intensa exploração da força de trabalho, inclusive das crianças.

O estabelecimento definitivo do grupo pesquisado em Caldas Novas foi consequência do desenvolvimento de uma certa autonomia e pela capacidade de criar relações sociais. Lúcia Bruno (1985) analisa esse processo. Para ela a autonomia operária e seu desenvolvimento e realização não dependem do debate teórico, mas das condições objetivas existentes na sociedade contemporânea e da posição que cada um de nós ocupa na prática social. O trabalhador não se faz representar, ele se apresenta. Desenvolvem relações livres e coletivistas. Os indivíduos não atuam no vazio, mas dentro de instituições que criam, no decorrer de sua existência. Isto quer dizer que, quando a classe operária luta diretamente contra a sua situação de explorada/oprimida, separando-se da lógica capitalista, cria nesse ato novas organizações sociais que constituem as condições da transformação social, saídas diretamente do processo de luta. Essas organizações unem os trabalhadores em função das lutas práticas e não de objetivos abstratos, mais ou menos limitados.

Os membros da comunidade são possuidores de conhecimento e até certa experiência política anteriormente adquirida em seu lugar de origem, onde predomina por parte do Estado uma atitude paternalista em relação à população pobre. Utilizam esse conhecimento para

criação de alternativas de sobrevivência em um novo lugar, que passa a ser o espaço urbano de Caldas Novas. Possuem a percepção de que, enquanto grupo, teriam maior representatividade política. Para a aproximação, vários fatores contribuíram, entre eles a religiosidade. Nas palavras de Maria Conceição:

Aqui parece que a fé aumentou, nós tinha união e todo mundo freqüentava a igreja, Deus ajudou, era uns pelos outros para conseguir sobreviver, todo mundo ajudava todo mundo e fizemo nossas casa. (Pesquisa de Campo. Agosto/2004).

Quanto às questões políticas, os membros da comunidade nordestina criaram uma associação, embora não oficial. A associação não foi oficialmente registrada enquanto tal no município, vez que não se tratava de uma associação de bairro, e através dela reivindicaram benefícios. Liderados por um também migrante nordestino, reconhecem suas carências, suas dificuldades, que em sendo coletivas se constituem como fator de identidade, e passam a utilizá-las como bandeira de luta política. A esse respeito tratamos no capítulo que segue.

CAPÍTULO 3

A DIMENSÃO POLÍTICA DAS PRÁTICAS URBANAS E A FORMAÇÃO DE TERRITÓRIOS NORDESTINOS EM CALDAS NOVAS.

Nada é mais perigoso do que acreditar que uma classe popular é incapaz de agir por si mesma de uma forma não alienada.

Alain Touraine.

Em Caldas Novas, mesmo nos períodos de expansão urbana em que ocorreram altos índices de aproveitamento da mão-de-obra de trabalhadores imigrantes na construção civil, a intensificação dos fluxos migratórios manteve os níveis salariais baixos. A partir do momento em que o ritmo da expansão urbana diminuiu, passando a apresentar índices menores, os trabalhadores passam a não ter segurança no emprego; os postos de trabalho gerados pelo turismo eram na maioria das vezes temporários, e a crescente oferta de mão-de-obra trazia uma instabilidade cada vez maior para os já empregados. Os problemas que atingiram o setor geraram pauperismo e desemprego, dificultando a sobrevivência da classe trabalhadora na cidade.

Nesse contexto, acirraram-se os descontentamentos, que fizeram surgir, entre os trabalhadores migrantes, a necessidade de se organizarem em associação e gerar formas de reivindicação, ao poder público, de benefícios sociais que lhes possibilitassem sobreviver na cidade.

Observa-se, no cotidiano de Caldas Novas, a existência de tensões tipicamente urbanas, percebidas e vivenciadas de forma fragmentada e diversificada por seus habitantes. A

cidade não se apresenta como uma unidade, mas como múltiplos espaços, socialmente apropriados e estratificados. Maria Izilda Santos de Matos (2002, p. 35) nos diz:

As tensões urbanas surgem como representações do espaço – suporte de memórias contrastadas, múltiplas, convergentes ou não, mas que delineiam cenários em constante movimento, em que esquecimentos e lacunas constroem redes simbólicas diferenciadas. Discursos diversos fazem da cidade lugar para se viver, trabalhar, rezar, observar, divertir-se, misturando-se os laços comunitários e étnicos, criando espaços de sociabilidade e reciprocidade no trabalho e no lazer, em meio às tensões historicamente verificáveis.

De acordo com a autora, na cidade destaca-se a noção de territorialidade identificando o espaço enquanto experiência individual e coletiva, onde os percursos, a rua, a praça, o bairro, podem estar pleno de lembranças, experiências e memórias. Lugares que, além de sua existência material, são codificados num sistema de representação que deve ser focalizado pelo pesquisador num trabalho de investigação sobre os múltiplos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização.

Dirce Maria Antunes Suertegaray (2001, Apud Álvaro Heidrich 1998, p. 5 e 6) nos dá a compreensão do conceito de território:

A diferenciação do espaço em âmbito histórico tem início a partir da delimitação do mesmo, isto é, por sua apropriação como território; em parte determinado pela necessidade e posse de recursos naturais para a conquista das condições de sobrevivência, por outra parte, por sua ocupação física como habitat.

A autora menciona também que, contemporaneamente, o território pode ser entendido como “teias ou redes de relações sociais” (SUERTEGARAY, 2001, p. 06).

Heleniza Ávila Campos (2000, p.28), referindo-se às territorialidades, escreve:

As territorialidades trazem implícito um forte significado de pertinência do grupo a uma porção do espaço, que muitas vezes se expressa através de modos específicos de comportamento. Trata-se de uma construção social com um significado específico (subsistência, ideologia política, poder econômico, entre outros) para os membros de cada grupo enquanto uma identidade particular.

A autora menciona também as motivações da formação de territorialidades. Para ela essas motivações estão relacionadas com as diferentes formas de relação dos grupos com o território, sejam formas de uso, organização ou o significado que ele pode assumir em diferentes momentos, traduzindo ao mesmo tempo expectativas particulares interiores aos grupos, como necessidade, ideologia etc.

A representação desses processos nos remete à formação histórica do território. Nesse capítulo serão discutidas as especificidades históricas da formação de território nordestino em Caldas Novas. O bairro será tratado como um lugar de reprodução e identificação para seus componentes, considerando, nesta mesma perspectiva, que a identificação simbólica refere-se aos significados e valores que o espaço assume para o grupo.

3.1 – As identidades e simbolismos entre os membros da comunidade migrante.

Numa primeira observação da vila, reconhece-se uma das singularidades do contexto urbano de Caldas Novas, a representação cultural, que nos remete à percepção da formação de uma territorialidade construída a partir da origem regional nordestina.

Consideramos que a identidade estabelecida a partir da identificação simbólica constituiu fator determinante para a formação do território em questão. Nas conversas que tivemos com José Vagner⁹ percebemos o direcionamento das ações em busca de melhoria da qualidade de vida para os migrantes. O entrevistado se mostrou sensível às dificuldades de sobrevivência, não da totalidade dos pobres de Caldas Novas, mas especificamente dos migrantes nordestinos, com os quais se identificava. Tal fato pode ser percebido em sua fala:

Eu via que os nordestino aqui vivia muito mal, tive experiência própria morando nos barraco junto com eles, eles me receberam lá quando cheguei e não tinha casa

⁹ Trata-se da pessoa que pleiteou a organização política e social dos migrantes nordestinos estabelecidos em Caldas Novas, assumiu o papel de líder da comunidade e criou a associação de nordestinos.

nem emprego, nem dinheiro. Quando fui trabalhar no rádio, eu dava os recados para eles e para os outros dos outros bairros da cidade e criei a associação de nordestino. (Pesquisa de campo. Abril/2004).

O entrevistado menciona a ajuda recebida dos seus “conhecidos” nordestinos no momento da sua chegada na cidade, e também os problemas por ele presenciados e vivenciados junto com o grupo. Fala da aglomeração em barracos construídos de forma provisória, em área pública, e o sentimento de ajuda mútua existente entre os moradores dos barracos, ajuda da qual ele próprio foi beneficiário.

Entre os moradores do bairro há referências, como a mencionada anteriormente por José Vagner, de que no momento em que se estabeleceram na cidade, construíram laços de solidariedade, através de uma rede de relações de vizinhança, amizade ou parentesco. Buscavam coesão entre os membros do grupo para reforçar e estreitar os vínculos, para dessa forma superar as condições adversas e a iminência da miséria absoluta em face das limitações que a sua condição econômica apresentava.

Os bairros escolhidos pelos migrantes no momento de chegada foram São José, Itanhangá e Nova Vila. Percebiam, na proximidade, a possibilidade de “poder contar com os parentes e amigos de lá” para vários tipos de ajuda, que se estendem inclusive a alojamento no momento em que chegavam, pelo menos por alguns dias, até se estabelecerem.

Esse estabelecimento demandava a construção de casas e/ou moradias, que eram construídas da forma que suas condições possibilitavam, principalmente quando o trabalho que exerciam não resultava em rendimentos suficientes para pagamento do aluguel, que na cidade é considerado caro. A literatura existente em torno das relações sociais nas famílias pobres nos mostra que a casa não é apenas lugar de abrigo. Cynthia Andersen Sarti (1996, p. 42) afirma:

A casa é onde realizam o projeto de ter uma família, permitindo(...) a realização dos papéis centrais na organização familiar, o de pai e o de mãe/ dona-de-casa. Este padrão ideal pressupõe o papel masculino de prover teto e alimento, do qual se orgulham os homens.

Nesse sentido, possuir uma casa é parte integrante da moralidade social que torna possível a concretização e diferenciação interna dos papéis familiares - o masculino, de provedor, e outro feminino, responsável pela dinâmica interna da casa - em concordância com as normas tradicionais vigentes nas famílias pobres. De acordo com a autora para o homem a casa é, ainda, um espaço de liberdade, no sentido de que nela, em contraposição ao mundo da rua, é dono de si, no espaço da casa, manda. A respeito da autoridade no interior do núcleo familiar, Cynthia Andersen Sarti (1996, p. 42) afirma:

o homem corporifica a idéia de autoridade, como mediação da família com o mundo externo. Ele é a autoridade moral, responsável pela respeitabilidade familiar. Sua presença faz da família uma entidade moral positiva, na medida em que ele garante o respeito. Ele portanto, responde pela família.

De outro lado, a impossibilidade de aquisição da casa é causa de desagregação da família, que considera o homem como provedor. A esse respeito afirma a autora: “a autoridade masculina é seguramente abalada se o homem não garante o teto e o alimento da família, funções masculinas, porque o papel de provedor a reforça de maneira decisiva” (SARTI, 1996, p. 46). Nesse sentido, a estrutura familiar é abalada no momento em que o homem não consegue cumprir esse papel, num contexto em que é visto como aquele capaz de dar proteção.

3.2 – A organização política e o direito à cidade.

A construção da moradia para o grupo de migrantes, entretanto, tinha como pré-condição a posse de terrenos urbanos, os quais não possuíam.

Tiveram como atitude política a criação de uma “associação de nordestinos” como foi designada. Tal associação foi pensada e articulada pelo migrante cearense José Vagner Gonçalves. Não se tratava de uma associação de bairro; os membros residiam em vários bairros da cidade, porém se concentrando, a maioria deles, nos Bairros São José, Itanhangá e Nova Vila.

O primeiro objetivo da criação da associação foi criar condições mínimas de sobrevivência. Para eles essas condições seriam um lugar que os acolhesse no momento de chegada na cidade, destinado essencialmente àqueles que não tinham mesmo onde ficar. Inicialmente pretendiam a construção de um abrigo onde pudessem ficar temporariamente até conseguirem se estabelecer “por conta própria”. Houve tentativas de atingir esse objetivo; alguns dos entrevistados relataram que em Caldas Novas havia um galpão coberto, porém sem paredes, onde alguns migrantes permaneceram por alguns dias. No entanto, o local não oferecia condições de habitabilidade, além de que, semanalmente, a feira era realizada naquele local.

Não conseguiram apoio e nem recursos para a construção do abrigo que pretendiam, e assim, após esse primeiro momento de luta, o principal objetivo da associação se transformou em reivindicar, do poder público, lotes urbanos para construção de moradias. As circunstâncias para criação da associação se deram no ano de 1992, com a chegada nesta cidade de José Vagner. Possuidor de uma consciência política e de um acervo cultural relacionado à atividade política exercida na cidade de Independência, no interior do estado do

Ceará, José Vagner articulou a comunidade nordestina estabelecida nesta cidade, no sentido da organização política.

Milton Santos (1987, p. 66) escreve a respeito das ações sociais como continuidade cultural:

A cultura popular tem suas raízes na terra em que se vive, simboliza o homem e seu entorno, a vontade de enfrentar o futuro sem romper a continuidade. Seu quadro e seu limite são as relações profundas que se tecem entre o homem e o seu meio. Assim, desde que imunizadas contra os fatores de banalização que o consumo, entre outras causas, carrega, as populações desenraizadas terminam por reconstruir uma nova cultura popular, que é ao mesmo tempo filosofia e, por isso, um caminho para a libertação. Ultrapassado um primeiro momento de espanto e atordoamento, o espírito alerta se refaz, reformulando a idéia de futuro a partir do entendimento novo da nova realidade que o cerca.

Embora não seja o objetivo do capítulo refazer a trajetória de José Vagner, torna-se importante compreendermos o contexto do surgimento das condições para criação da associação de nordestinos. As aspirações, reivindicações e estratégias de José Vagner, que contribuíram para a conquista de lotes urbanos para todos os membros da associação.

Natural da cidade de Independência, no estado do Ceará, José Vagner Gonçalves, conhecido entre os migrantes por Vagner Rufino, explica-nos que a denominação surgiu a partir da identificação com seu pai, que se chamava Rufino. Alguns migrantes que estavam em Caldas Novas já o conheciam anteriormente no Ceará. No lugar de origem trabalhava como padeiro e confeitoiro e também, esporadicamente, como narrador e apresentador em palanques de comícios políticos, o que certamente, e como ele próprio afirma, despertou-lhe o gosto pela atividade política. Trabalhava também como voluntário, exercendo a atividade de professor substituto, na escola municipal Jerônimo Alves de Araújo, onde se tornou participante ativo do grêmio estudantil da escola. Conta-nos inclusive, que ele e os alunos membros do grêmio da escola ajudaram a eleger um vereador de nome Moacir do Simão. E nas palavras de José Vagner:

Eu trabalhei, eu e os alunos, de graça na campanha dele, nós queria ajudar porque ele era um trabalhador, muito humilde, dono de uma oficina de bicicleta, só sabia escrever o nome e mexia com troco¹⁰ na oficina de bicicleta, e tinha o sonho de ser vereador, os aluno vendeu picolé para comprar os foguete colorido pro comício na hora que ele fosse falar. Fui eu que fiz a apresentação do Moacir na hora do comício e caprichei, os foguete tava bonito, o povo viu que ele era trabalhador e votou nele, foi eleito com pouco mais de 600 votos. (Pesquisa de campo. Outubro/2004)

Apesar da atividade política, pela qual demonstrava gosto e aptidão, José Vagner comenta que “tinha vontade de mudar do Ceará, queria procurar uma condição de vida melhor, lá ganhava meio salário mínimo na padaria e os bicos eram poucos e também não tava dando”, resolveu se mudar para Brasília, onde já estavam alguns de seus familiares, “queria ser cidadão de verdade”. A forma como ele se refere à cidadania demonstra que, no Ceará, por ganhar em torno de meio salário mínimo mensalmente nas atividades que exercia, não se considerava um cidadão. Envolvido com a atividade política, vislumbrava condições melhores do que as existentes, para ele e muitos outros familiares e amigos, no interior do Ceará. Nesse sentido concordamos que “a cidadania – como a riqueza e o desenvolvimento econômico – é desigual e estratificada” (HAGUETTE 1982, p. 125).

A respeito da cidadania, também escreve Milton Santos (1987, p. 8 e 9):

A cidadania evolui através de um processo de lutas desenvolvidas paralelamente em diversos países, que leva da condição de “membro da sociedade nacional” no século XVII, ao “direito de associação” no século XIX, até serem alcançados os “direitos sociais” em pleno século XX. Em um belo ensaio, Tereza Haguette (1982) descreve a evolução que começa com a aquisição do status de cidadão, membro de uma sociedade civil reconhecida como tal, isto é a conquista de direitos políticos individuais, prossegue com o reconhecimento de direitos coletivos, pertinentes aos grupos que constituem a coletividade nacional e autorizados a formar associações representativas legitimadas, até que “um terceiro conjunto de direitos – os direitos sociais – garantiram ao indivíduo um padrão de vida decente, uma proteção mínima contra a pobreza e a doença, assim como uma participação na herança social.

¹⁰ A palavra troco mencionada por José Vagner, refere-se ao conhecimento matemático que o vereador possuía. Significa que tal habilidade se restringia à identificação do valor do dinheiro que recebia e à determinação de quanto deveria ser devolvido às pessoas que contratavam seus serviços de conserto de bicicletas.

Na mesma obra (SANTOS, 1987, P. 129), referindo-se a Henri Lefebvre que escreve a respeito do direito à cidade, o autor continua escrevendo:

Trata-se, de fato, do inalienável direito a uma vida decente para todos, não importa o lugar em que se encontre, na cidade ou no campo. Mais do que um direito à cidade, o que está em jogo é o direito a obter da sociedade aqueles bens e serviços mínimos, sem os quais a existência não é digna. Esses bens e serviços constituem um encargo da sociedade, através das instâncias do governo e são devidos a todos. Sem isso não se dirá que existe o cidadão.

Assim, pensamos que a cidadania define-se como um código em conflito com a legalidade; como a realidade social não é única, os indivíduos estão expostos a referências diversas. Cynthia Andersen Sarti (1996), analisando os sistemas simbólicos, comportando os valores a partir de uma concepção da ordenação do mundo do trabalho sob o capital, menciona que esses sistemas apresentam uma ambigüidade que se expressa no fato de que seus valores morais são construídos em conflito com o que o mundo capitalista lhes oferece como possibilidade, mas que não deixam, no entanto, de fazer parte de seu universo de referências simbólicas.

Há o reconhecimento, por parte dos envolvidos no movimento, da desigualdade reproduzida na lei que beneficia os ricos. Esse reconhecimento foi expresso por José Vagner ao dizer: “Se a gente não se mexesse, num ia ter terra, num ia ter casa, ninguém ia dar. Trabalhar nós trabalhava muito, pobre pra conseguir tem que pressionar.”

No depoimento de José Vagner está contida a percepção de que a propriedade dos bens que dão direito à cidadania, no caso dos pobres, é conflitante com a legalidade, e a disposição de contraposição à lei contida no movimento que pleiteou manifesta o princípio de que a lei não os favorece. Nesse sentido, está posta a necessidade de reivindicar “um direito” que, na sua visão de mundo, lhe confere parte da cidadania.

Refizemos a trajetória de José Vagner. Do momento em que decidiu sair do Ceará e se dirigir para Brasília, pegou carona com um vendedor de mercadorias (eletroeletrônicos e outros bens adquiridos no Paraguai), já conhecido seu, que viajava numa camionete Chevrolet modelo D-20. O amigo, naquele dia, saíria do Ceará em direção à Brasília para vender mercadorias; chegando em Goiânia pararam na casa de uma irmã do vendedor, que disse a ele que em Caldas Novas havia uma pessoa que precisava fazer uma encomenda de produtos. Então seu amigo resolveu que precisariam vir até Caldas Novas atender o pedido. Chegando em Caldas Novas, foram informados que o comprador estava em uma fazenda e retornaria no dia seguinte, teriam então que esperar. José Vagner, sem ter o que fazer, saiu passeando pela cidade, andando próximo ao Estádio Serra de Caldas encontrou um ex-colega de serviço chamado Evandro, que tinha trabalhado com ele numa padaria em Independência/CE. Por intermédio de Evandro, soube que havia outras pessoas do Ceará que moravam aqui, em um barracão de madeira localizado no bairro Itanhangá, e convidou José Vagner para ir até o referido barracão conhecer os moradores. Lá foi bem recebido, encontrou pessoas conhecidas, conversaram e os moradores disseram que aqui tinha muito emprego para quem quisesse trabalhar. Leandro e os outros o convidaram a permanecer em Caldas Novas, e José Vagner respondeu que ficaria por 03 dias, depois seguiria viagem para Brasília. Ficou hospedado no barraco do Evandro, e em suas palavras:

Era um barracão grande, bem grande, comprido, dividido em várias partes, de madeira, as divisões eram feitas com madeirite ou só com cortina mesmo, moravam lá conhecidos meus, rapazes solteiros, famílias de adultos com crianças, mulheres solteiras com filhos, o terreno era da prefeitura, diziam que lá seria construída uma praça, ao todo moravam lá 22 pessoas. Lá era tão apertado que as televisão ficava em cima do guarda-roupa, as cama era beliche de três, era um quarto para cada um, fosse solteiro ou casado com família, era aquela história... lá não tinha sanitário, tinha só um cercadinho de lona que eles usavam, para tomar banho era outro cercadinho de lona. (Pesquisa de campo. Outubro/2004).

Acerca do lugar onde se hospedou por alguns dias, José Vagner acrescenta informações sobre os problemas referentes à infra-estrutura, conta que não tinha esgoto, os compartimentos eram abafados, insalubres, acumulavam ratos, pulgas, baratas, e nas águas paradas proliferavam mosquitos. Tratava-se de um barracão grande, dividido em cômodos, cada um destinado a uma família. O terreiro era um espaço freqüentado por todos para várias atividades; nele as mulheres lavavam as vasilhas de casa, as roupas da própria família e mesmo de outras famílias como atividade remunerada, era também local de permanência das crianças para as brincadeiras. A partir da relação de quase intimidade entre os moradores, o domínio público se estende para as intimidades dos residentes tornando-se difícil delimitar aí as categorias público e privado. Os espaços de sociabilidade e reciprocidade se interpenetravam através das trocas freqüentes entre homens, mulheres e crianças, misturando-se os laços comunitários e étnicos.

José Vagner ficou no lugar mencionado durante 15 dias. Nesse período, apesar das condições de moradia, começou a gostar da cidade, procurou e encontrou emprego em uma panificadora, chamada Pão de Mel, situada no centro, e resolveu ficar na cidade por mais algum tempo. Na panificadora onde passou a trabalhar conheceu um radialista de nome Evandro Magal, conversaram sobre rádio e o radialista disse ser candidato a vereador, José Vagner lhe contou que trabalhou como locutor em palanque de comícios. Evandro Magal ficou interessado e o chamou para ir até a rádio Pousada AM, no dia seguinte. Ele foi, mostrou seu trabalho e o radialista lhe ofereceu uma participação de 05 minutos no seu programa, a respeito do qual nos fala:

Durante o período em que morei lá no barracão, sentindo na pele as condições de vida lá, senti que precisava começar uma luta por moradia e tinha que ser rápido, lá na minha cidade eu ganhava pouco, mas tinha uma casa, morava melhor e aqui morar nessas condições... Nessa época eu ganhava já cinco vezes mais do que no Ceará. Com a participação na rádio, eu dava os recados e um pouco mais, criei a associação de nordestinos e comecei a fazer reunião com o povo. A participação no rádio ajudou muito. (Pesquisa de Campo. Maio/2004)

José Vagner nos conta que, tendo conseguido a participação no programa de rádio, viu no programa a possibilidade de dar aos migrantes seus recados de forma simples e direta e ainda atingir a todos. Dessa forma criou a associação de nordestinos. A participação no programa de rádio consistia em um quadro com duração de cinco minutos, chamado “recados do Nordeste”. Durante esse tempo tocavam-se duas músicas nordestinas, as quais eram anunciadas por José Vagner. No momento do anúncio das músicas cumprimentava os migrantes residentes na cidade e podia dizer mais algumas coisas que considerasse importantes para o dia.

Mudou-se do barracão, indo morar em um outro, esse agora de alvenaria, construído no fundo da padaria onde trabalhava, que pertencia ao dono do estabelecimento e era destinado aos seus funcionários. Mesmo tendo se mudado continuou “organizando os nordestinos para lutar por moradia” e acrescenta que “mesmo tendo me mudado de lá eu também não tinha moradia”. José Vagner menciona acontecimentos que o encorajaram a criar a associação e lutar pela terra:

Pouco depois que eu vim para cá eu lembro que houve uma invasão no Itaguaí, que naquele tempo não existia, o prefeito da época era o Antonio Sanches, ele já tava saindo, mas ele mandou a polícia tirar o povo, vieram ônibus cheio de polícia batendo em todo mundo, naquele tempo não tinha delegacia, era só uma casa, eles prenderam todo mundo dentro do muro, criança, adulto, todo mundo, e nesse dia, o José Araújo, que era candidato a prefeito foi lá levar marmitex pro povo, a polícia chegou derrubando barraco, batendo em idosos, empurrando criança para dentro do ônibus, e nesse dia o José Araújo foi levar os marmitex lá na prisão e falou que se ganhasse a eleição ia criar um bairro muito grande em Caldas Novas e ia dar moradia para o povo. (Pesquisa de Campo. Maio/2004).

O local citado como Itaguaí, atualmente é um bairro localizado a sudoeste da cidade de Caldas Novas, foi invadido e posteriormente desocupado pela polícia nas circunstâncias já mencionadas. Tal fato ocorreu em torno de três meses antes das eleições municipais, nas quais José Araújo foi eleito prefeito. José Vagner, em seus comentários sobre o assunto, menciona acreditar que este foi um dos principais fatores que fizeram com que a população pobre de

Caldas Novas o apoiasse e o elegeisse. Continua sua narração dizendo que, no dia seguinte à posse, José Araújo foi “debaixo de chuva, com a calça dobrada até o joelho”, indicar aos motoristas das máquinas o lugar onde seriam abertas as ruas para criação do bairro popular que foi denominado Santa Efigênia. No local foram construídas casas populares que, no ano de 1993, foram doadas à população pobre de Caldas Novas. José Vagner esclarece, entretanto, que estas casas “não foram destinadas aos nordestinos”, embora alguns tenham conseguido casa, “a maioria absoluta dos nordestinos continuava sem moradia.”

A referência, às casas localizadas no bairro Santa Efigênia, com a frase “não foram destinadas aos nordestinos”, expressa a consciência de exclusão da comunidade por ele representada e a possibilidade de se obter o direito à cidade através da luta política. Expressa ainda que, na reivindicação pela posse de uma área urbana, havia também o objetivo de constituir um bairro destinado essencialmente à comunidade de migrantes nordestinos.

As reuniões da associação continuaram, e segundo José Vagner, a maior reivindicação era a moradia. Falavam do sofrimento, das privações por ter que pagar aluguel, pois não conseguindo pagar eram despejados. Descreve as várias estratégias usadas para reunir o povo nordestino. Entre elas organizou uma festa nordestina em uma das ruas próximas ao centro da cidade, com barracas representando cada um dos estados do nordeste, e diz que “a festa foi um sucesso”. Criou também quatro times de futebol masculino. Conta que mobilizava rapidamente as pessoas - “se na quarta-feira anunciava uma reunião através do programa de rádio, na sexta-feira já tava todo mundo reunido”.

Afirma ter enfrentado problemas partidários, motivo que o fez deixar de falar da associação no rádio. Segundo ele, Evandro Magal, responsável pelo programa, foi eleito vereador por um partido contrário ao do então prefeito José Araújo, e como precisava da confiança do prefeito para seus objetivos, deixou o programa de rádio.

José Vagner e vários outros migrantes já conheciam a formação de associações como estratégia de reivindicação de benefícios ao poder público, sendo essa inclusive uma prática comum na região Nordeste. Referindo-se à formação de associações no espaço urbano, Lúcio Kowarick (1979, p. 194) escreve:

No nível urbano, formaram-se associações que aglutinam desde favelados ou moradores de loteamentos clandestinos até um contingente vasto e variado de camadas populares que, em torno de entidades de bairro, paróquias ou outras formas de defesa reclamam por melhores condições de habitação, transporte, saúde ou saneamento. A pressão sobre instâncias governamentais para obter serviços de consumo coletivo nada mais é do que uma forma de luta, que mobiliza o trabalhador enquanto morador espoliado em aspectos essenciais à sua reprodução. Contudo, nada mais falso supor que os interesses populares serão assegurados através de entidades controladas pelo Estado, cuja finalidade tem sido de canalizar interesses para os centros decisórios a fim de tutelá-los. A conquista de um espaço depende da capacidade dos diversos movimentos em se desatrelar das esferas dominantes e conseguir um maior e mais sólido enraizamento nas bases que formam as respectivas aglutinações reivindicativas.

Em consonância com o que diz o autor, o movimento continuou, as suas reuniões continuaram e o número de associados crescia a cada encontro. Quando completaram 400 famílias inscritas, as reuniões feitas na casa de José Vagner passaram a ser realizadas em outro lugar. Pediram autorização, a qual lhes foi concedida, para que os encontros passassem a ser feitos, provisoriamente, no salão de festas do clube CTC.

Perguntado se a associação não fazia registro das reuniões, como ata que contivesse o nome ou o número de participantes, informou que sim, mas que tudo já foi destruído. Atualmente não resta mais nada, pensou que não precisaria mais desses registros.

José Vagner soube, através de um dos fiscais da Prefeitura, que o terreno denominado “lixão” pertencia à Prefeitura Municipal. Tratava-se de uma área onde, na verdade, havia um pouco de lixo e certa quantidade de entulho, mas não era especificamente o maior depósito de lixo urbano da cidade. De posse dessa informação, formou uma comissão de dez pessoas e foram procurar o prefeito, na casa dele, à noite. Disseram, segundo ele, que eram

representantes da associação de nordestinos, estavam sendo despejados, pois não conseguiam pagar aluguel, e estavam precisando de moradia. O prefeito teria dito que aprovava o projeto da associação, mas naquele momento a prefeitura não dispunha de área para ser doada. No final do encontro o prefeito teria dito a José Vagner para procurá-lo no dia seguinte, na Prefeitura. A solicitação do prefeito foi atendida, nesse dia o prefeito teria pedido a José Vagner informações sobre a associação, quantas famílias participavam e o que reivindicavam. Segundo José Vagner as informações foram dadas; então o prefeito José Araújo perguntou que procedimento ele usou para reunir aquele povo e obteve como resposta: “Não fui eu, foi a precisão, são pessoas carentes, a falta de moradia que reuniu esse povo”.

Já foi mencionada, no capítulo anterior, a real situação social e econômica da comunidade migrante nordestina em Caldas Novas, bem como a sua percepção enquanto classe desprovida dos bens necessários à sobrevivência. No entanto, havia entre eles a consciência da possibilidade de aquisição desses bens, principalmente da casa própria, através da reivindicação política. Reconheceram a força política que tiveram enquanto um grupo numericamente representativo e com habilidade criaram a associação que potencializou a utilização dessa força política em seu benefício. Tal fato é expresso na fala de Maria Conceição:

Meu marido veio para cá antes de mim, veio três meses antes para trabalhar e arrumar um lugar pra gente ficar, eu que já tinha uma irmã que morava aqui e sabia da associação, dei uma de esperta e falei pra ele: a primeira coisa que você faz lá é transferir o título. Porque para conseguir alguma coisa de político eles tem que saber que você vota. A única coisa que a gente tem é o voto né. (Pesquisa de campo. Setembro/2004).

A entrevistada demonstra que já havia, especificamente no caso dela, antes mesmo da migração, a intenção de, por meio da associação, reivindicar a casa ou mesmo um lote de

terreno para construí-la. A fala expressa a consciência da capacidade de barganha política que o voto tem para os representantes do poder público e a intenção de utilizá-lo para esse fim.

Na concepção de José Vagner o prefeito se mostrou sensibilizado, inclusive a esposa do prefeito propôs arrumar um lugar para as reuniões, já que os donos do salão onde as reuniões estavam acontecendo não estavam mais querendo emprestar o salão. A partir de então a primeira dama arrumou o casarão para os membros da associação se reunirem, mas o prefeito não apresentou possibilidade de doação da área para a associação. José Vagner continuou procurando o prefeito e falando das reivindicações, mas obtinha como resposta que a prefeitura não podia fazer doação de área pública sem passar pela câmara de vereadores, se fizesse isso seria cassado e preso. Na tentativa de conseguir a adesão do prefeito “à causa nordestina”, convidou-o a participar de uma das reuniões. José Araújo sofreu um acidente, teve um ferimento na perna, mas mesmo assim foi à reunião de muletas; naquele dia participaram da reunião aproximadamente 500 pessoas.

3.3 – O papel da mídia no movimento e o posicionamento do poder público municipal

A respeito do posicionamento dos administradores públicos em relação aos movimentos sociais, escreve Patrick Champagne (2001, p. 75):

Os responsáveis políticos não gostam de ser surpreendidos, ultrapassados, pelos acontecimentos e ficam em vigília para não serem pegos de surpresa e obrigados, na urgência e sob pressão, à definição e ao tratamento dos problemas sociais na ordem do dia. Em suma, eles querem ficar senhores de sua agenda e temem, de modo particular, os acontecimentos que surgem de maneira imprevisível (um incidente local que degenera) e se encontram no primeiro plano da atualidade política.

O prefeito, procurado novamente na prefeitura por José Vagner, prometeu elaborar e mandar para a câmara de vereadores um projeto de venda da área para a associação de

nordestinos a preços simbólicos, e assim que fosse aprovado o projeto os lotes seriam passados a eles, os quais pagariam mensalmente o valor que lhes fosse determinado, com a promessa de que esse valor seria “bem baixo”.

Nesta reunião, em que o prefeito participou, apareceu um jornalista de nome Wilson Garcia, que prestava serviços ao jornal Serra de Caldas, segundo ele com o objetivo de fazer uma reportagem sobre a associação. A respeito do reconhecimento dos movimentos sociais pela mídia, também escreve Patrick Champagne (2001, p. 63 a 67):

Os mal-estares sociais não têm uma existência visível senão quando se fala deles na mídia, isto é, quando são reconhecidos como tais pelos jornalistas.(...) Quando são populações marginais ou desfavorecidas que atraem a atenção jornalística, os efeitos da mediatização estão longe de ser os que esses grupos sociais poderiam esperar porque os jornalistas dispõem, nesses casos, de um poder de constituição particularmente importante.

Acompanhando o raciocínio do autor, se os acontecimentos deram motivo para cobertura jornalística, é também porque eles estavam em consonância com inúmeros problemas da sociedade, mediaticamente constituídos, como o desemprego, os subúrbios, os emigrados, etc. A partir de então, o referido jornalista começou a se aproximar dos membros da associação, aproximou-se e tornou-se amigo de todos. Posteriormente, em nossas pesquisas de campo, verificamos que o jornal mencionado pelo narrador como jornal Serra de Caldas, na verdade naquele momento tinha outra denominação, sendo o então jornal Correio da Serra. Consta que foi vendido em janeiro de 1997, momento em que recebeu o nome atual, Serra de Caldas, citado por José Vagner.

Já no terceiro ano de mandato do prefeito José Araújo, a associação continuava esperando a aprovação do projeto de lei enviado à câmara de vereadores, que tratava da “venda simbólica” do terreno (foram mais de três anos de espera). O projeto foi vetado na câmara. Como forma de pressionar, uma comissão procurou o prefeito e disseram: “Seu Zé,

nós vamos ocupar a prefeitura, vamos acampar lá dentro”. Essa providência não foi tomada, mas na concepção dos líderes a situação era urgente, não podiam mais esperar, o prefeito continuava dizendo que não podia fazer a doação da área, argumentava que era contra a lei, que isto significava obstrução da justiça e que a área era pública e não pertencia pessoalmente a ele.

José Vagner informa que, como líder da associação, esteve numa situação de proximidade com o prefeito e, na sua percepção, ele era uma pessoa “de bom coração”. Explica que essa concepção se iniciou no momento da invasão da área onde hoje é o bairro Itaguaí, quando José Araújo era ainda candidato e demonstrou disponibilidade para ajudar os invasores, fornecendo comida e mesmo indo à cadeia onde estiveram presos para acompanhar pessoalmente o procedimento policial. Essa concepção foi reforçada depois da eleição, quando José Araújo construiu um conjunto habitacional popular e distribuiu aos pobres, segundo José Vagner cumprindo promessas de campanha. Tais fatos criaram a expectativa de que, como prefeito, José Araújo não procederia a nenhum tipo de repressão caso a terra fosse invadida, embora a legislação e a câmara de vereadores o impedisse de fazer a doação da área.

Diante do veto ao projeto, anteriormente mencionado, e da posição do prefeito, os membros da associação decidiram que era o momento “de ocupar o terreno”. As outras possibilidades haviam se esgotado e não encontravam outra alternativa. Temiam que se completasse o período de mandato de José Araújo e que fosse eleito Evandro Magal; se isto acontecesse não conseguiriam mais a doação da área, na sua percepção “tinha que ser com o José Araújo”.

O jornalista Wilson Garcia propôs contratar dois especialistas em demarcação de terra para medir a área e demarcar os lotes. A sugestão foi aceita, no entanto faltava dinheiro para pagar pelos serviços dos agrimensores; tal serviço demandaria custos, pois precisavam de pessoas de fora da cidade, para que o fato não chegasse ao conhecimento do poder público.

Wilson Garcia, que prestava serviços ao jornal Serra de Caldas, teria pedido ao editor do jornal, Sr. Wilson Oliveira, que trouxesse os agrimensores, o que foi feito.

A partir da narrativa de José Vagner, identificamos a formação de uma rede de auxílio que se estabelece fora da comunidade. A apropriação do movimento por Wilson Garcia trouxe aos membros da associação serviços técnicos aos quais não tinham acesso, a não ser pela intervenção de terceiros, como foi o caso do proprietário do jornal que, com suas relações de amizade, colaborou com os objetivos da associação.

Conversando com o dono do jornal Serra de Caldas, Sr. Wilson Oliveira, ele nos informou que o jornal realmente publicou uma reportagem a respeito do movimento promovido pela associação de nordestinos e confirmou que ele próprio colaborou com a associação, a pedido do jornalista, no sentido de trazer dois agrimensores de Goiânia para proceder à medição da área. Informa que não pagou pelos serviços prestados porque os agrimensores eram seus amigos pessoais e não cobraram pelos serviços, que foram feitos em final de semana.

A rede de auxílio se estendeu também aos parentes dos membros da associação, que também colaboraram. Como não possuíam o mapa da área, não tinham nem mesmo o tamanho exato, pediram a uma irmã de José Vagner, que morava na cidade e considerada por ele “pessoa de fora da associação e acima de qualquer suspeita”, para ir até uma imobiliária dizer que tinha comprado dois lotes e precisava do mapa para fazer a localização exata dos mesmos. Ela concordou e dessa forma conseguiu o mapa oficial da área. Os agrimensores vieram de Goiânia e a demarcação foi feita no final de semana, sábado e domingo.

Tudo foi feito de maneira organizada e silenciosa, com o objetivo de impedir que o prefeito soubesse. A área foi dividida em 400 lotes, medindo 11 metros de largura e 18 metros de comprimento; posteriormente alguns foram divididos em dois, especialmente os de esquina, que eram maiores, para cumprir o objetivo de atender a todos. Na demarcação foram

reservadas, inclusive, as áreas institucionais destinadas à creche, igreja, escola e praça. Em 10 de agosto de 1996 a área estava demarcada, aguardando o momento que julgassem ideal para ocupar a área.

Tentamos encontrar o jornalista Wilson Garcia, mas não foi possível, ele não trabalha mais no jornal. Fomos informados pelo proprietário do jornal e pelos próprios moradores da vila que ele não reside mais na cidade.

Constatada a colaboração com o movimento de pessoas ligadas a um jornal, procuramos identificar a forma de participação da mídia, no que se refere às publicações em torno do assunto. Numa verificação dos arquivos do jornal, encontramos na edição referente à segunda quinzena de março de 1996, p. 1 e 5, uma extensa reportagem que a seguir transcrevemos:

“Ô XENTE !”

Milhares de trabalhadores nordestinos garantem, alegremente, atividades do turismo e da construção civil na cidade.

Indispensáveis ao desenvolvimento de Caldas Novas, sobretudo para o turismo e a construção civil, mais de 5 mil nordestinos chegaram ao município em busca de um emprego e a garantia de sobrevivência da família. Entretanto, devido ao inchaço, o sonho de uma vida mais digna, para muitos, acabou virando um pesadelo. Desempregados ou subempregados, na maioria das vezes, são obrigados a viver em péssimas condições. Há caso, por exemplo, em que duas famílias vivem em casa de dois cômodos. Cientes desses entraves, eles se organizam, com a costumeira solidariedade, reivindicando o direito ao trabalho e à cidade.

ALEGRES, ELES CONSTROEM CALDAS.

Nem com a falta de moradia e de emprego, mais de 5 mil nordestinos residentes em Caldas perdem o humor e a esperança.

A busca de uma vida melhor, o sonho da conquista da casa própria e o desejo de encontrar um emprego para sustentar suas famílias com menores dificuldades, acabou virando um pesadelo para os nordestinos que escolheram Caldas Novas para viver e onde poderiam realizar seus sonhos. Chegando aqui, a realidade é bem outra, falta moradia, assistência médica, comida, emprego e até condições para colocarem os filhos na escola. Mas com bom humor e um fim de semana regado a umas doses de conhaque e um bom forró, eles vão levando a vida.

Se no passado a cidade era a garantia de um emprego, hoje, uma única vaga nos hotéis, construção civil ou em serviços domésticos é disputada por vários pretendentes. Foi o que aconteceu, por exemplo, com 4 irmãos do cearense Hildebrando Vieira, 23 anos, de Sobral. Aqui chegaram e, por falta de emprego, voltaram para o estado de origem. Há 17 meses ele trabalha na construção de um

edifício, que está em fase final de acabamento e, perguntado quanto ao seu futuro no emprego, ele responde: “Só Deus sabe”.

Discriminação – Como se não bastasse a falta de emprego e as péssimas condições de vida, a maioria dos trabalhadores nordestinos que aqui chegam em busca de um sonho acabam sendo discriminados, apesar de ocuparem a maioria de nossa mão-de-obra, barata por sinal. Aliás, a busca desesperada por um emprego já escasso, acaba fazendo com que aceitem a primeira oportunidade, ainda que o salário não esteja compatível com suas necessidades. Em função disso, a maioria acaba vivendo do subemprego, fator gerador de uma vida com dificuldades e até miserável. É este o caso de Ivonete da Silva e seu marido. Juntamente com dois filhos, eles, com pouco mais de um salário, pagam aluguel de um único cômodo onde vivem todos juntos.

Quando têm o privilégio de ter um emprego, em Caldas Novas os nordestinos têm ganhos que variam de um a dois salários mínimos por mês, incluindo hora extra. É o que ganha por exemplo, o baiano Adorildo Fernandes, 23 anos, de Irecê, que declara satisfeito com seu salário: “em Irecê, quando tinha emprego, eu não ganhava nem isso”. A exemplo da grande maioria dos nordestinos radicalizados no município, apesar de manter o bom humor, ele não tem um emprego fixo.

Para se ter uma idéia da discriminação que os nordestinos são sujeitos em Caldas Novas, certa vez um repórter do Correio da Serra chegou a delegacia da cidade e presenciou um grupo de moradores pressionar o delegado para prender um jovem, simplesmente porque estas pessoas viram nele condições de ser um suposto “estuprador”. Se não fosse a sua experiência como delegado e bacharel, o Eduardo Eustáquio teria cedido às pressões e prendido um inocente. Para convencer o grupo, o delegado teve que ligar a uma cidade do Maranhão para consultar a polícia de lá qual era realmente a verdadeira procedência daquele rapaz.

Mas, numa tentativa de amenizar suas dificuldade de sobrevivência em Caldas Novas, um grupo de nordestinos liderados pelo maranhense Wagner Rufino, fundou uma associação para dar apoio aos irmãos do nordeste que aqui chegam e não têm onde comer e morar. O movimento passou a ser encarado como uma afronta, principalmente para setores da classe política, na medida em que eles não conseguiam manobrar o presidente da associação.

Suspeitou-se que tudo não passava de interesses políticos por parte do representante dos nordestinos, mas, para evitar qualquer dúvida quanto a seriedade do movimento, Wagner Rufino que é fundador e presidente também do Centro de Apoio aos Nordestinos, recusou qualquer filiação partidária, embora tenha sido insistentemente convidado por partidos como PTB e PDT. Com esta medida, Wagner sente-se mais à vontade para continuar ajudando seus irmãos do nordeste. Neste sentido, além de procurar acolher os que aqui chegam, o centro de apoio lidera promoções festivas e esportivas. Wagner é do ponto de vista que não se deve trazer mais nordestinos para Caldas Novas, mas não abre mão de acolher aqueles que aqui Chegam.”

A reportagem é elucidativa das condições sociais, dos preconceitos e da instabilidade econômica dos migrantes em Caldas Novas. A maior relevância, entretanto, reside no fato de que a reportagem menciona e leva ao conhecimento público o movimento político da associação de nordestinos na cidade.

Tratando da participação da mídia nos movimentos sociais escreve Patrick Champagne (2001, p. 75):

...a mídia doravante faz parte integrante da realidade ou, se se preferir, produz efeitos de realidade criando uma visão mediática da realidade que contribui para criar a realidade que ela pretende descrever. Sobretudo as desgraças e as reivindicações devem exprimir-se mediaticamente para vir a ter uma existência publicamente reconhecida e ser, de uma maneira ou de outra, “levada em conta” pelo poder político. A lógica das relações que se instauraram entre os atores políticos, os jornalistas e os especialistas em “opinião pública” chegou a ser tal que, politicamente, é muito difícil agir fora da mídia, ou, a fortiori, contra ela.

3.4 – A associação de nordestinos e a conquista de um lugar na cidade

Os membros da associação buscaram e receberam orientações técnicas de outras pessoas que por sua vez orientaram a comunidade sobre a forma de fazer a ocupação. José Vagner reuniu os membros da associação, procuraram José Araújo e disseram-lhe que a única opção que lhes havia restado era invadir a área, mas não disseram como nem quando tomariam tal atitude.

José Araújo sugeriu que fizessem uma manifestação para mobilizar os membros da câmara de vereadores, pressionando-os no sentido de aprovar o projeto que ele havia proposto, porém José Vagner não concordou. No dia 25.08.1996 José Vagner, que já havia mandado confeccionar cartões, que foram carimbados e assinados por ele, entregou os cartões aos membros da associação. Portanto a posse do cartão os identificaria como membros da associação e indiretamente “daria direito a um lote”. Numa reunião às 22:00 horas, na casa de José Vagner, foram distribuídos os cartões e indicados os locais que seriam ocupados por cada família.

Algumas das pessoas que “receberam o lote” passaram aquela noite construindo os barracos. Nas palavras de José Vagner: “foi um trabalho e tanto, passamos a noite queimando lixo, cortando madeira, furando cisterna...” para que, quando amanhecesse o dia, os barracos já estivessem prontos e com os moradores dentro, poucos foram os que deixaram para construir o barraco no domingo. Na segunda-feira os que podiam foram trazendo algum

material de construção, mas José Vagner afirma: “90% não podia e fizeram de lona e outras coisas mesmo.”¹¹

Na segunda-feira Wilson Garcia, que já se tinha declarado candidato a vereador pelo Partido Democrático Trabalhista, mencionando a origem nordestina no nome, identificando-se na campanha com o nome Wilson Baiano, fretou dois caminhões, conseguiu mais três caminhões em lojas de materiais de construção da cidade, encheu os cinco caminhões de gente, indo para a Câmara de Vereadores, pressioná-los para aprovar a doação dos lotes.

Os vereadores ficaram divididos, uns contra e outros a favor da doação, mas a pressão foi tamanha que conseguiram que a maioria dos vereadores se comprometesse a criar e aprovar um projeto de doação da terra a eles. Naquele mesmo dia, à tarde, foram até a casa do prefeito e disseram: “Nós confiamos que o senhor não vai mandar a polícia nos tirar de lá, como o Antônio Sanches fez no Itaguaí. O que é da Prefeitura é do povo.”

O prefeito respondeu que não iria mandar a polícia prender ninguém e nem iria destruir os barracos ou desocupar a área. Ao contrário, comprometeu-se a reunir os vereadores, o Ministério Público e encontrar uma solução pacífica. José Vagner informa ainda ter ouvido o prefeito admitir que “a vitória desse povo se devia a sua organização.” Logo em seguida os vereadores aprovaram o projeto de doação da área.

Houve tentativas de apropriação do movimento por parte de algumas pessoas, entre elas Wilson Garcia, que conseguiu se eleger vereador, e do próprio prefeito. No momento da ocupação da área, como estratégia para que a ocupação passasse despercebida pelos membros do poder público municipal, não foram ocupados os quarteirões da frente da área, cuja vegetação foi mantida intacta, com o objetivo de encobrir os barracos que estavam sendo erguidos.

¹¹ Os moradores do bairro Parque das Brisas III, especialmente os mais velhos que fizeram parte da associação de nordestinos, demonstraram admiração pelo trabalho social que José Vagner fez e ainda faz. Atualmente ele promove comemorações festivas em datas como Natal, dia das crianças e dia das mães. Entretanto, durante as entrevistas, algumas vezes foram feitas menções a problemas de relacionamento entre José Vagner e sua família



Figura 14 – Área ocupada. Ao fundo a vegetação que foi mantida intacta com o objetivo de encobrir a ocupação.

Fonte: Arquivo de fotos de Maria Conceição. (agosto/1996).

Após a anuência da câmara de vereadores à distribuição dos lotes, o prefeito tomou a iniciativa de distribuir os lotes desses dois bairros, porém conforme nos informou alguns moradores os lotes só foram doados a quem já havia transferido o título eleitoral e votava na cidade.

O processo de formação dos bairros indica resultar de um movimento ao mesmo tempo social, político e cultural, que tornou possível a conquista do espaço urbano. Refere-se, portanto, à autonomia da classe trabalhadora, numa situação de enfrentamento a uma forma econômica, social e política dominante que não os favorecia, definida pela criação de estratégias e práticas que ultrapassaram as questões individuais e atingiram toda a comunidade migrante nordestina residente na cidade.

A autonomia, como princípio político, social e cultural, ganha uma dimensão coletiva e constitui-se numa estratégia de adaptação às novas situações. O bairro, para os nordestinos, ultrapassa o sentido de posse; ele é o resultado da luta política, das estratégias que as pessoas criam para enfrentar as instituições estatais e neste sentido representa uma conquista. Porém, a conquista tem seu contexto e suas limitações. Nesse caso foram conseguidos os lotes, mas é preciso pensar nas outras infra-estruturas.

Analisar as relações sociais, que nesse caso originaram territórios, significa reestruturar essas relações estabelecidas a partir da autonomia da comunidade nordestina. A respeito desse processo social escreve Antonio David Cattani (1997, p. 27):

Autonomia remete a uma vasta gama de valores e de experiências sociais que têm como centro o princípio da livre determinação do indivíduo, de um grupo específico ou de um conjunto político maior. De acordo com a filosofia Kantiana, que retoma o sentido etimológico do termo, autonomia significa a condição de o sujeito determinar-se por si mesmo, segundo as próprias leis. Para que lei e liberdade possam estar associadas, é necessário distinguirem-se as boas leis das más. As primeiras são estabelecidas pelos e para os sujeitos livres; as segundas são meio de opressão dos fortes sobre os fracos. A autonomia aparece, então, não como capacidade de se agir segundo a lei, mas de se definir a própria lei. O princípio geral autonomista contrapõe-se à lógica autoritária, ao poder decisório e discricionário empresarial ou estatal-burocrático.

De outro lado José Araújo, que ocupava o cargo de prefeito municipal durante o período de organização e reivindicação da terra, ao ser procurado por nós e indagado a respeito da doação da área, informou que “se tratou de um acordo feito com os membros da associação”, disse ainda: “Aquilo lá foi uma iniciativa minha mesmo, achei por bem dar aqueles lote para eles. Não tiramos dinheiro de caixa, o terreno era da Prefeitura.”

Contrariamente ao que diz o prefeito, a existência de terras públicas, ou pertencentes ao poder público, estando supostamente sem utilização, não a torna passível de doação apenas por vontade do administrador que legalmente não poderia fazer a doação dessas áreas argumentando que isso não significava tirar dinheiro de caixa, trata-se de um bem pertencente ao município e não ao administrador, o qual não tem, como de fato não teve, autonomia para dispor desses bens.

Considerar a posição de pessoas, isoladamente, não revela a verdadeira natureza de um fato ou processo histórico, principalmente em se tratando de pessoas que ocupam cargos eletivos, que na maioria das vezes tomam posições que consideram favoráveis à função e ao papel social que julgam ser ideais aos administradores públicos. Como parte de nossa

metodologia de pesquisa, relacionamos as falas do prefeito e dos demais membros do poder público com as falas dos migrantes pesquisados e membros da associação. Com o objetivo de decifrar os processos que deram origem aos bairros, buscamos em fontes orais e escritas, dados e registros que pudessem elucidar os fatos; nesse sentido, encontramos no arquivo do jornal Serra de Caldas uma edição contendo a reportagem que anteriormente transcrevemos, a respeito do trabalho e do movimento de reivindicação da associação de nordestinos. A reportagem não está assinada, mas por informação do Sr. Wilson Roberto Oliveira, atual proprietário e que na época era editor do jornal, teria sido escrita pelo jornalista Wilson Garcia, que prestava serviços para o jornal, informando ainda que ele, o jornalista, se identificou como nordestino, natural do estado da Bahia, tendo se tornado membro da associação, participando ativamente do movimento e tendo sido inclusive eleito vereador nas eleições municipais do ano de 1996.

Nesse sentido, entendemos que houve um desencontro nas concepções referentes à doação da área, que com dificuldade procuravam se combinar: de um lado a associação, que via a terra urbana como lugar de moradia, de outro o poder público, atrelado às leis, ao direito e à propriedade da terra.

A associação criou então formas de ação e reação às determinações advindas do poder público, que se mostravam contrárias às expectativas de conquistarem o direito à cidade, prevalecendo entretanto o posicionamento dos primeiros.

A respeito da conquista do espaço urbano pelas classes operárias nos fala Lúcio Kowarick (1979, p. 202):

A conquista de espaço supõe debate e confronto, organização e reivindicação coletiva, que constituem a matéria-prima da qual se deverá construir um porvir efetivamente democrático e sem relativismos. A construção de um projeto democrático implica uma prática política que aposte na capacidade das classes ainda subalternizadas em modelar seu destino histórico e que abra caminhos, necessariamente conflituosos, desbastados por processos de participação e reivindicação vigorosos e autônomos em relação aos centros de poder. Estas transformações deixarão de ter um significado meramente reformista na medida em

que, no percurso dos embates, se forjarem partidos políticos que consigam aglutinar forças sociais e dar sentido e dimensão de classe às lutas que forem sendo travadas em decorrência de oposições que o sistema capitalista não é capaz de superar.

A associação, considerando a terra urbana pertencente ao poder público municipal como passível de ser distribuída, procedeu à mensuração e distribuição dos lotes entre seus membros. No dia 25 de agosto de 1996 os lotes foram ocupados pelas famílias, que construíram rapidamente os barracos. Mediante a pressão que a associação exerceu, agora não somente sobre o prefeito, mas também sobre os vereadores, eles naquele momento cederam às pressões e se comprometeram a aprovar o projeto de doação da área.

O projeto foi elaborado e aprovado. Trata-se do Projeto de Lei nº 033/97, que autoriza o prefeito a outorgar escrituras públicas de doação de imóveis urbanos no Parque das Brisas III. Foi aprovado por unanimidade, mas com a emenda de que os beneficiários e seus parentes próximos (filhos e esposa) não poderiam ter nenhum outro imóvel na cidade e que só poderiam dispor do lote depois de um período de dez anos.

Entendemos que no momento em que a câmara de vereadores não aprovou o projeto de venda da área para os membros da associação, a preços simbólicos, subestimaram a capacidade de organização, mobilização e reivindicação dos trabalhadores e não consideraram, sobretudo, a dimensão local que a luta pelo solo urbano havia atingido.

Neste sentido, a posição das pessoas envolvidas transformou o direito à cidade numa questão legal. A reivindicação pretendia uma solução imediata e a decisão de não aprovação do referido projeto encontrou resistência direta da associação, que decidiu pela ocupação; pretendiam criar condições para politicamente impor a doação do terreno. É necessário considerar que os trabalhadores demonstraram capacidade de mobilização e compreensão do momento político, já que se tratava de ano de eleições municipais. Apesar dos obstáculos, os migrantes demonstraram força de resistência coletiva, reagindo contra a situação a que foram submetidos. Tiveram dificuldades em relação aos representantes do poder municipal, tendo

suas reivindicações interpretadas à luz de outros interesses e ajustadas às diretrizes administrativas, que não eram as suas, mas que foram transpostas com a aprovação do projeto de lei nº 033/97.

3.5 – A infraestrutura urbana e as acessibilidades

O bairro Lago das Brisas III estava formado, a associação de nordestinos se transformou em associação de bairro. Inicialmente não havia nem mesmo as ruas, apenas o cerrado como vegetação predominante e certa quantidade de entulho e lixo que foi retirada pelas famílias. A partir da doação o poder público abriu as ruas. Aos poucos o bairro obteve melhorias referentes a infraestrutura e a bens de consumo coletivo, como energia elétrica, rede de saneamento, construção de uma creche, de uma escola de ensino primário e um posto de saúde. Os moradores mencionam que esses serviços foram instalados também a partir das reivindicações da população local junto aos órgãos públicos, e que houve uma excessiva demora na sua instalação, além de que, de alguns dos serviços essenciais os moradores ainda não dispõem, como demonstra a ilustração a seguir.



Figura 15 – Rua 7 (sem saída) no Lago das Brisas. Local ainda desprovido de rede de esgotos. OLIVEIRA, L.V.A. Abril 2003.

Pierre Bourdieu (2001, p. 159), referindo-se aos subúrbios com problemas, afirma serem: “lugares abandonados, que se definem, fundamentalmente, por uma ausência – essencialmente a do Estado, e de tudo o que disso decorre: a polícia, a escola, as instituições de saúde, as associações, etc.”

A respeito dessas ausências encontramos nos arquivos do jornal Serra de Caldas uma reportagem, não assinada, publicada em 30.07.97, p. 07, cujo teor a seguir transcrevemos:

DESCASO E POEIRA CASTIGAM PERIFERIA

No parque das Brisas III, brisa é o que não se vê por lá. Segundo o seu João Celestino Rodrigues, “o vento quando vem aqui, arregaça tudo.” (...) Como tantos ali, ele é retirante do nordeste, de Sobradinho, na Bahia. “Mesmo dizendo que aqui ta ruim, ainda é o melhor que tem,” sentencia, ao lembrar da vida seca no interior nordestino(...). O setor (...) vermelho de poeira, (...) a energia elétrica está chegando somente agora no Parque das Brisas.

Relacionando a data de publicação da reportagem com a data da criação do bairro percebemos que os moradores permaneceram cerca de um ano sem contar nem mesmo com a energia elétrica. Esse fato já nos foi anteriormente mencionado na fala da moradora Mailde Márcia.

No entanto, as mudanças, ou seja, as benfeitorias que o bairro progressivamente foi recebendo, respondem aos anseios de seus moradores, tanto no que se refere à propriedade quanto às transformações no espaço, nas condições de habitabilidade, na perspectiva de melhorar progressivamente suas condições de vida, completando o projeto que se iniciou no momento em que decidiram migrar. Cynthia Andersen Sarti (1996, p. 12) afirma: “A expectativa de melhorar de vida está relacionada à condição de migrante, constituindo o *leitmotiv* de migrar.”



Figura 16 – Em destaque, ponto de ônibus indicando a chegada dos serviços urbanos no Lago das Brisas.
OLIVEIRA, L.V.A. Outubro/2004.

Em termos da avaliação do processo migratório pelo qual passaram, os moradores, apesar dos sacrifícios aos quais tiveram que se sujeitar em determinados momentos e das dificuldades de sobrevivência que ainda se encontram presentes, acreditam ter alcançado, em certo sentido, o objetivo de ter direito à cidade, consideram que tiveram acesso a bens e recursos que não possuíam no nordeste. Pensamos ser importante ressaltar que essa avaliação da situação atual, considerada como melhoria de vida, ocorre apenas em comparação com a situação anterior vivida no Nordeste. Nós sabemos e eles também sabem que se inserem nesse novo espaço como pobres, agora pertencendo ao segmento da população que vive na periferia numa das regiões mais pobres da cidade. No entanto, diferenciam-se de outros pobres por terem casa própria, são proprietários e isso lhes confere uma importante distinção sócio-econômica e simbólica.

3.6 – A percepção dos nordestinos e o processo migratório

Cynthia Andersen Sarti (1996), referindo-se à percepção que as populações das periferias urbanas têm de si mesmas, menciona que as mesmas definem-se como pobres e

trabalhadoras, em oposição aos ricos, categoria que engloba diferenciações tais como os patrões, os que moram no centro, os estudados e que, por fim, se refere propriamente ao padrão de consumo que lhes é negado. A respeito da condição social dessas populações, Cynthia Andersen Sarti (1996, p. 13) escreve:

Se hoje a população das periferias urbanas conta com água, luz, esgoto e asfalto em um número cada vez maior de casas e ruas, também afetam estes moradores, como a todo pobre urbano, o desemprego e a diminuição de valor real dos salários, com a conseqüente diminuição da renda familiar.

Seguindo o raciocínio da autora, nos bairros estudados não há dúvida de que se trata de uma melhoria relativa, mas as possibilidades de melhorar de vida esbarram nos limites da instabilidade econômica estrutural do emprego para os pobres.

Ainda que moradores do bairro, passando a ser proprietários e realizando o sonho da casa própria, se localizam na periferia. Criaram, porém, um espaço onde puderam se identificar mais claramente em relação à sua maneira de viver. Consideramos que não para todos, mas para os que conseguiram manter a propriedade da casa, os problemas de habitação já estão relativamente superados, mas mesmo estes continuam enfrentando a situação de serem privados principalmente de infraestrutura urbana e de renda digna. A migração, suas origens, a conquista do espaço, demarcaram territórios nordestinos em Caldas Novas, no entanto, o que conta agora são as possibilidades reais que a cidade lhes oferece, na qual se inserem como força de trabalho.

Na perspectiva da fixação dos nordestinos, a cultura é uma questão central que articula o lugar constituído enquanto território à totalidade da qual faz parte. Referimo-nos aos valores tradicionais a eles associados como herança cultural, a esse respeito trataremos no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 4

**A DIMENSÃO CULTURAL DOS MIGRANTES E A FORMAÇÃO DE
IDENTIDADES EM CALDAS NOVAS.**

...Somos muitos severinos
Iguais em tudo na vida
E se somos severinos
Iguais em tudo na vida
Morremos de morte igual
Mesma morte Severina
Que é a morte de que se morre
De velhice antes dos trinta
De emboscada antes dos vinte
De fome um pouco por dia.

João Cabral de Melo Neto.

A citação de parte do poema de João Cabral de Melo Neto objetiva mencionar o essencial da migração, a fuga da região semi-árida e das condições de vida que nela se processam. Todavia compreendemos que, como afirma Milton Santos (1987, p. 05):

A plena realização do homem, material e imaterial, não depende da economia como hoje entendida pela maioria dos economistas que ajudam a nos governar. Ela deve resultar de um quadro de vida, material e não material, que inclua a economia e a cultura. Ambos tem a ver com o território e este não tem apenas um papel passivo, mas constitui um dado ativo, devendo ser considerado como um fator e não exclusivamente como o reflexo da sociedade.

Nosso objeto de estudo é parte de um movimento migratório tradicional no Brasil, tendo o Nordeste como região de origem, mas que em Caldas Novas ocorreu como formação de territórios dentro de um espaço urbano no Centro-Oeste do Brasil, com características culturais e aspectos políticos diversos.

Consideramos que a formação do território foi possível a partir da aproximação e (re)criação de identidades entre os membros da comunidade migrante nordestina na cidade. Maria da Conceição nos fala: “Aqui nós teve união”.

Quanto ao entendimento do processo social denominado identidade, encontramos em Antonio David Cattani (2000, p. 127 e 128) a seguinte consideração:

A identidade é uma expressão subjetiva e se refere a tudo aquilo que é vivenciado como eu em resposta à pergunta “quem és”, sendo apreendida através da representação de si mesmo. Inscreve-se em um contexto conceitual amplo, o que implica abordagens diferenciadas. Constitui-se como um sistema de representações (...). A própria etimologia da palavra remete a *idem*, do latim, o mesmo. No entanto, o conceito de identidade como é, freqüentemente, focado pela literatura implica processualidade, metamorfose, como qualificam alguns autores. Sob esse enfoque, a identidade é um constante “estar sendo”, embora se represente com aparência de “ser”. Refere-se a movimentos que dizem respeito tanto à singularidade humana quanto a particularidades de grupos, segmentos, estratos, classes, culturas. É um conceito cujo entendimento exige superarem-se dicotomias, pois sua compreensão envolve, ao mesmo tempo, o igual e o diferente, o permanente e o mutante, o individual e o coletivo. A tradição teórica do estudo da identidade circunscreve-se, prioritariamente, no campo da Filosofia. A tendência atual é concebê-la como uma síntese lógica e ontológica, em que as relações sociais ocupam lugar destacado na sua constituição.

Nesse sentido, a identidade vem da cultura, constitui-se a partir dela mais do que sobre uma proximidade territorial, base na qual se materializa.

Neste capítulo iremos tratar das identidades decorrentes da formação de territórios nordestinos a partir do movimento migratório, tendo o Nordeste como região de origem.

Tomamos como ponto de partida, para a análise das relações sociais da comunidade, a mediação espacial. Considerando Iná Elias de Castro (1992), que menciona ser o espaço produzido pelas relações sociais que ocorrem sobre uma base territorial concreta, o território é um condicionante inescapável dessas relações e das inovações que elas propõem. A dimensão territorial é, então, continente do social, uma vez que seus limites são estabelecidos pela sociedade que o ocupa. Assim, o território é uma unidade geográfica, mas é também uma unidade social e uma unidade política. Podemos falar então em espaço-territorial, que

constitui um sistema de estruturas tanto sociais como espaciais, estabelecido através da ação humana sobre a natureza.

Nossa questão central, neste capítulo, é a identidade territorial e a espacialidade reproduzida no bairro. Identidade que, contextualizada no espaço, possui uma especificidade que nos permitiu analisar as suas particularidades e as características que compõem o seu entorno, a partir da forma de existência da comunidade que o compõe.

4.1 – O cotidiano e modo de vida na “vila dos nordestinos”

Embora se tratando de um território nordestino, possui uma dinâmica articulada com o espaço municipal, porém os moradores, à exceção do trabalho, saem pouco de casa e do bairro, visitam parentes no fim de semana dentro dos seus limites, convivem com os vizinhos, sendo essa convivência parte necessária da sociabilidade, como também a participação nos ritos religiosos. No mais, permanecem grande parte do tempo livre em casa, com a família.

Já tratamos, no segundo capítulo, da importância dada pela comunidade à qualificação escolar, tendo esta se constituído em um dos fatores que motivaram a migração. No entanto, não é a esse aspecto da cultura que nos referimos agora, mas ao acervo cultural adquirido ao longo da vida, transposto e metamorfoseado em Caldas Novas. A partir das suas experiências, pode-se apreender a preservação de valores “tradicionais” entre os migrantes, que os conservaram na medida em que puderam, com adaptações, mas que se tornaram suporte das relações nesse novo contexto.

A religiosidade e a sociabilidade explicitam permanências culturais da comunidade. De outro lado, a diferenciação nas relações de trabalho, a percepção individual do trabalho, as idéias e os valores da sociedade urbana moderna existente nesse novo espaço formaram uma

conexão entre duas realidades. Esse sincretismo pode ser percebido de modo elucidativo na fala de Maria Dalva a respeito do trabalho:

Aqui a gente pode trabalhar em qualquer lugar para ajudar o marido, que não tem problema nenhum, lá no Maranhão mulher não pode trabalhar em hotel, pensão de jeito nenhum, o povo fala que trabalha nesses lugar mulher que não tem valor. A gente que era casada, que era mulher de responsabilidade não. (Pesquisa de campo. Outubro/2003)

A fala é comparativa quanto à percepção social do trabalho e da mulher nos dois lugares; entretanto, a referência à função do trabalho feminino de “ajudar o marido” traz implícita a visão tradicional de destinar ao homem a função de mantenedor da família e a considerar o trabalho feminino não como necessário à manutenção da vida mas como forma de ajuda ao marido, que não consegue cumprir a função social de provedor.

O bairro está impregnado de relações tradicionais não totalmente rompidas, mas refeitas com base numa identidade capaz de estruturá-las, onde os vizinhos são bem mais que pessoas que moram ao lado ou nas proximidades. Assim a proximidade não é apenas espacial, ela é relacional. A esse respeito nos fala Maria Conceição:

Morar aqui é bom, ainda mais agora que já tem tudo que a gente precisa, antes era mais ruim que num tinha nada, agora já tem. Aqui também a gente pode contar com os vizinho quando falta as coisa em casa, a gente sabe que pode pedir emprestado, que se tiver eles empresta, não empresta se não tiver. Também tem minha irmã que mora ali bem pertinho...

Contextualizar a cultura no espaço nos levou a considerar o que escreve Pierre Bourdieu (2001, p. 160):

A estrutura do espaço social se manifesta, assim, nos contextos mais diversos, sob a forma de oposições espaciais, o espaço habitado (ou apropriado) funcionando como uma espécie de simbolização espontânea do espaço social. Não há espaço, em uma sociedade hierarquizada, que não seja hierarquizado e que não exprima as hierarquias e as distâncias sociais, sob uma forma (mais ou menos) deformada,

sobretudo, dissimulada pelo efeito de naturalização que a inscrição durável das realidades sociais no mundo natural acarreta: diferenças produzidas pela lógica histórica podem, assim, parecer surgidas da natureza das coisas.

Para uma fundamentação da nossa análise começaremos pelos laços da comunidade com seu espaço, estruturado individualmente através dos valores possuídos pelos indivíduos mas produzido coletivamente pelos laços sociais estabelecidos entre eles. Assim sendo, a territorialidade do bairro se estende até onde vai a identidade coletiva expressa na dinâmica das relações sociais do lugar.

A “Vila dos nordestinos” em Caldas Novas apresenta características espaciais que a diferenciam do restante da cidade. Quanto ao arruamento possui rua sem saída, algumas casas foram construídas em parede-meia ou muito próximas umas das outras, como demonstramos a seguir:



Figura 17 - Três casas construídas em parede-meia e na divisa com a rua localizadas na rua 7, Lago das Brisas. MACEDO, Eduardo Clésio. – Outubro/2004.
Org. por: OLIVEIRA, L.V.A.

Barracos com telhados meia-água, construções feitas na divisa com a rua e, em alguns casos, ausência de cerca ou muros entre as casas também são arranjos constituintes da formação espacial do bairro. Essa estrutura, conforme menção dos moradores, possibilita economia de materiais de construção, que para eles são demasiado caros, conforme também demonstramos a seguir:



Figura 18 - Barracos meia água no Parque das Brisas.
MACEDO, Eduardo Clésio. – Outubro/2004.
OLIVEIRA, L.V.A.

A observação do mapa dos bairros demonstra que no Parque das Brisas III, tendo sido traçadas por agrimensores, as ruas apresentam um traçado geométrico. No Lago das Brisas percebe-se um ordenamento espacial diferente do primeiro, consequência de seu processo de formação, que foi ocorrendo aos poucos posteriormente e por ocupação. As ruas secundárias são estreitas, as calçadas e mesmo o meio das ruas são usados e apropriados pelas crianças para as brincadeiras.



Figura 19 - Rua 3 no bairro Lago das Brisas
OLIVEIRA, L.V.A.. Março/2003.

A essa regra constitui exceção apenas da Av. A, a principal do bairro, onde a frequência de crianças é evitada pelos pais, que a consideram movimentada e portanto inadequada a elas.

Nenhuma das ruas pode ser apontada como mais ou menos representativa do modo de vida que analisamos, existe um padrão de semelhança, embora no caso da avenida A, a diversidade esteja presente, em função das relações comerciais ali existentes e que determinam a diferenciação. Essa avenida constitui a centralidade comercial do bairro superpondo a função residencial inicial, conforme demonstramos a seguir.



Figura 20 - Av. A no Parque das Brisas III, via de maior circulação de veículos do bairro.
OLIVEIRA, L.V.A. Abril/2003

Os arranjos arquitetônicos refletem o processo de construção do bairro. Para os moradores a vista ainda não é das melhores, resulta das sucessivas modificações nas casas, muitas delas ainda faltando acabamento, na difícil tentativa de melhorar a qualidade da habitação, conforme mencionado por Mailde Márcia: “Aqui na frente nós vai fazer uma área, um muro ali e colocar portão de grade. Nós não deu conta ainda mais vamo fazeno devagar e vai ficano bom.”

Como consequência do modo de sua formação, o bairro não possui lotes vagos. Há apenas um espaço vazio no quarteirão em frente à igreja, uma área institucional que está sendo usada como campo de futebol para o jogo de fim de semana.



Figura 21 - Jogo de futebol em área institucional destinada à construção de uma praça no Parque das Brisas III.
OLIVEIRA, L.V.A. Abril/2003

Considerando Carlos Nelson F. dos Santos (1985, p. 67 e 68), segundo o qual “um sistema de espaços só existe em conexão com um sistema de valores, ao passo que ambos são impensáveis sem a correlação necessária com um sistema de atividades”. Possivelmente, essa forma de utilização para o lazer tenha impedido a construção de casas naquele espaço.

Observando as apropriações do espaço encontramos ainda resquícios dos valores e hábitos existentes no interior do Nordeste, como sentar à tarde em bancos na frente das casas para conversar com vizinhos. Porém, segundo eles, com menor frequência porque, como afirma Mailde Márcia, “aqui a vida é mais corrida”.

Nossa atenção, voltada para o arranjo espacial, nos fez analisar a percepção dos moradores referente às categorias público/privado. Dentro da comunidade esses limites não são precisos, as crianças permanecem a maior parte do tempo brincando na rua, em frente às casas, e a ausência de muros faz com que o espaço do quintal seja mais ou menos comum entre os moradores, criando laços de solidariedade.



Figura 22 – Exemplo da ausência de muros entre as casas.
OLIVEIRA, L.V.A. – Abril/2003

Essa ausência, numa primeira impressão e em se tratando de uma comunidade pobre, pode ser relacionada à falta de recursos. No entanto, uma observação mais atenta das relações sociais do lugar mostra que o entorno da casa se transformou em um espaço freqüentado por adultos e crianças, assim sendo, num espaço relacional. Considerando Roberto DaMatta (1985, p. 20), segundo o qual “no Brasil, mais importante do que os elementos em oposição, é a sua conexão, a sua relação, os elos que conjugam os seus elementos”, percebemos que não se trata de um espaço vazio, mas de um espaço que relaciona, integra e afirma os laços comunitários entre os vizinhos. Assim o lugar passa a receber marcas do grupo que ali se instala.

Os entrevistados não mencionaram diretamente essa forma de organização espacial como um reforço dos laços comunitários, talvez nem tenham essa percepção, no entanto, numa análise das relações comunitárias relacionando-as ao arranjo espacial, percebemos que essa forma de ordenamento do espaço faz parte do acervo cultural que foi transposto para Caldas Novas. Tal fato pôde ser constatado na fala de Francineide Queiroz da Silva, natural de

Códo/MA: “... as casas lá no Codó não tem muro não, só quem é mais rico é que faz muro, os pobre não faz não.”

Cotidianamente vimos os moradores da vila tecerem um modo de vida naquele espaço, presenciamos como são criadas e recriadas suas identidades, pela proximidade e pelo convívio quase íntimo entre algumas famílias, observamos a existência de códigos e a manipulação deles como articuladores dessas identidades.

Maria Izilda Santos de Mattos (2002, apud VEYNE 1990, p. 37 e 38) define espaço privado como “uma zona de imunidade oferecida ao recolhimento, onde todos podemos abandonar as armas e as defesas das quais convêm nos munir ao nos arriscarmos no espaço público...”, coincidindo então com o lugar da familiaridade, o doméstico, o íntimo.

A disposição espacial do bairro menciona que o espaço privado é destinado ao recolhimento, como mencionado pela autora, porém, de outro lado, o espaço público não possui a conotação de risco do qual seja preciso se defender, é freqüentado por todos, inclusive à noite. No entanto, quando perguntados a respeito da segurança, houve unanimidade entre os entrevistados em responderem que a preocupação com a segurança em Caldas Novas é maior que no Nordeste, e que pretendem, assim que possam, construir muros para proteção. Esse posicionamento certamente advém da adaptação a um centro urbano com uma concentração populacional superior à existente nas áreas das quais se originaram. Nas palavras de Mailde Márcia: “Nóis ainda não fez, mais precisa fazê esse muro aí da frente, aqui é perigoso ficar assim aberto.”

O espaço é reconhecido pelas imagens, pelo som das melodias, pelo sotaque das falas, pelo cheiro dos alimentos, facilmente encontrados nos estabelecimentos comerciais e feiras próximos ao bairro. Os produtos são adquiridos no nordeste e trazidos para Caldas Novas via transportadora que opera na cidade. Especialmente estes produtos se constituem como um determinante da comunidade; o consumo de alimentos como o sarapatel, o feijão de corda, a

buchada de bode, o óleo de coco e ainda outros, incluindo o coentro como condimento, é parte importante desse reconhecimento, conforme ilustrações a seguir:



Figura 23 – Aquiles Teles, migrante maranhense que comercializa produtos nordestinos na feira.
OLIVEIRA, L.V.A. Setembro/2004.



Figura 24 – produtos comercializados na feira
requeijão de manteiga, rapadura, amendoim e
outros.
OLIVEIRA, L.V.A. Setembro/2004



Figura 25 – feijão de corda e polvilho na barraca
do Sr. Aquiles Teles.
OLIVEIRA, L.V.A. Setembro/2004.

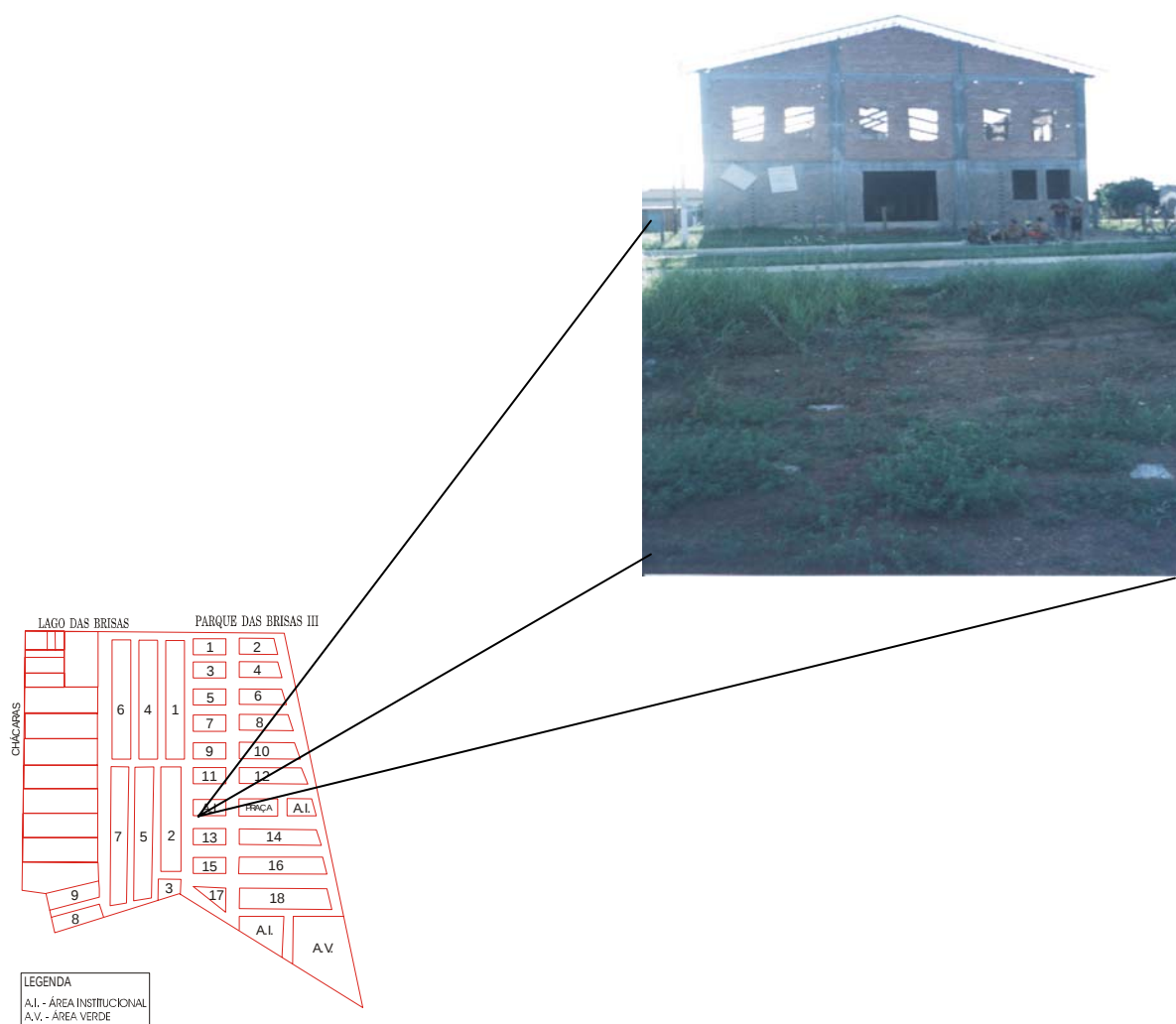
Todas essas características da cultura nordestina nós pudemos identificar pela observação da forma como são utilizados os espaços e nos diálogos com os moradores como sendo parte do acervo cultural trazido pelos migrantes e que se manifesta em diversos lugares do bairro e da cidade. Maria Dalva utiliza o espaço do quintal da casa de acordo com suas

preferências e diz: “Aqui eu tenho um canterinho de coentro, em Caldas Novas tem mais é salsa e eu não gosto de salsa eu gosto é de coentro mesmo.”

4.2 – A religiosidade como expressão da identidade nordestina

Possivelmente as limitações naturais existentes no Nordeste tenham estabelecido um grau elevado de manifestações e crenças religiosas na população residente na região. Estes valores são inscritos no espaço da vila.

Figura 26 – Igreja católica que está sendo construída pela comunidade.
OLIVEIRA, L.V.A. Abril/2003.



Em Caldas Novas a religiosidade se expressa com clareza na construção de uma igreja na parte central do Parque das Brisas III, construída com recursos próprios e percebida como um monumento pelo grupo. Trata-se de um espaço amplo, embora ainda não totalmente acabado, utilizado também para os serviços considerados de interesse da comunidade.

A construção da igreja é percebida como forma de reatar os elos religiosos, uma forma de restabelecer a sacralidade que caracteriza o espaço nordestino, o espaço de origem desses homens e mulheres que possui uma forte carga simbólica. José Vagner fala a respeito: “O povo cearense é religioso, o Ceará é até conhecido por causa do padre Cícero.”

Um exemplo da transposição da religiosidade nordestina expressa em Caldas Novas, é a festa realizada por D. Chicola, segundo ela: “A festa foi um voto que meu marido fez de fazer a festa todo ano enquanto ele vivesse (...), ele já morreu mais eu continuei, achei que ele ia gostá disso.”

Paul Claval (2001) menciona que é pela constituição de um espaço simbólico, como a consagração de um templo ou a ereção de um monumento, que a ordem social é afirmada e lembrada. Dessa forma a comunidade imprime suas marcas no espaço e faz dele uma categoria social.

Porém, há diversas formas de utilização daquele espaço. Além das missas e cerimônias religiosas, a igreja é usada pela comunidade para outros fins, como o acompanhamento das mulheres grávidas e posterior cuidado com a saúde das crianças feito por agentes comunitárias de saúde (moradoras do bairro) pertencentes à Pastoral da Criança, onde são feitas a pesagem dos recém-nascidos e a distribuição de complementos alimentares como demonstramos a seguir:



Figura 27 – Pesagem de recém-nascidos no interior da igreja.
Fonte: Arquivo de fotos de Mailde Márcia.



Figura 28 – Pesagem das crianças maiores.
Fonte: Arquivo de fotos de Mailde Márcia.

O espaço da igreja possui funções sociais importantes além dos encontros religiosos. As fotos 27 e 28 ilustram a utilização desse espaço, ainda inacabado, utilizado para pesagem das crianças feita por uma agente comunitária de saúde, cujo trabalho vinculado à pastoral da criança consiste em fazer o acompanhamento do desenvolvimento das crianças do bairro.

4.3 – A Cultura nordestina e a formação de territorialidades em Caldas Novas

Os bairros, enquanto expressão da territorialidade nordestina, possuem uma mesma estrutura de percepção cultural, no que se refere à família, religião, linguagem e mesmo a política. Assim, nossas interpretações e análises envolvem estas questões sociais específicas.

Milton Santos (1987, p. 61), sobre territorialidade e cultura, nos diz:

O território em que vivemos é mais que um simples conjunto de objetos, mediante os quais trabalhamos, circulamos, moramos, mas também um dado simbólico. A linguagem regional faz parte desse mundo de símbolos, e ajuda a criar esse amalgama, sem o qual não se pode falar de territorialidade. Esta não provém do simples fato de viver num lugar, mas da comunhão que com ele mantemos.

Nesse sentido a comunicação e a compreensão dos termos e dos falares regionais constituem um dado representativo dos nordestinos e torna-se parte do pertencimento comunitário. A respeito da comunicação Gilvanildo nos fala:

quando eu vim, eu era ainda bem novo, num entendia muita coisa que o povo daqui falava, por exemplo, uma vez me chamaram de menino levado, eu não sabia, depois eu entendi que era ‘menino danado’. Aqui na vila eu entendia todo mundo.
(Pesquisa de campo. Agosto/2003)

O nosso posto de observação é o bairro e nos interessa analisar o processo de ocupação e formação desse espaço. Politicamente, os migrantes se distinguiram pela forma com que lutaram pela terra urbana. Como bandeira de luta política, utilizaram um fator particular, a diferenciação cultural, e mais, o fato de se originarem de uma região brasileira que apresenta problemas econômicos cujas especificidades já foram mencionadas, mas que em parte se reproduzem em Caldas Novas.

A propriedade da terra urbana tornou possível a recriação do seu universo social, onde se tornaram capazes de produzir suas próprias manifestações enquanto sujeitos sociais. Nos

referimos à religiosidade, à festa, ao modo de vida, a fala etc. Esse conjunto ímpar, inserido no espaço municipal, constitui uma das singularidades do contexto urbano de Caldas Novas.

Paul Claval (2001) se refere à relação individual estabelecida com o espaço urbano. Para ele, na cidade, o indivíduo sente-se freqüentemente perdido, sozinho na multidão de desconhecidos que cruza. O enraizamento ao mesmo tempo espacial e sociológico é mais difícil na cidade do que no campo.

Consideramos que a cultura não é produzida a partir da dominação, ela é capaz de produzir suas próprias manifestações, portanto o território é um espaço de resistência, tem uma dimensão política e cultural que os migrantes trouxeram, que não foi produzida, mas reproduzida aqui.

A migração, entendida como movimento populacional, nos remete à tentativa de caracterização dessas populações, à análise dos sincretismos resultantes do processo migratório e da diversidade cultural em confronto. Enquanto processo histórico, ainda hoje a migração é considerada como grave problema social e envolve considerável parcela da população brasileira, especialmente a de origem nordestina. A migração para Caldas Novas envolveu a adaptação a uma cidade repleta de particularidades, mas o objetivo foi a busca de uma melhoria de sua situação sócio-econômica. Referindo-se aos imigrantes escreve-nos Paul Claval (2001, p. 409) escreve:

...aspiram a consumos mais elevados, a serviços de melhor qualidade e a uma proteção social mais efetiva, mas recusam-se freqüentemente a pagar pela adoção de novos costumes e pela aceitação de valores que lhes parecem estrangeiros. As grandes cidades têm tendência a tornarem-se multiculturais.

Os deslocamentos espaciais implicam, invariavelmente, situações antagônicas, seja em relação ao lugar de origem ou de destino dos quais o migrante se sente excluído, seja em relação à imagem que forma de si mesmo reproduzida negativamente em relação ao outro,

enquanto vive na limiaridade entre a aceitação e a rejeição. A situação de rejeição, percebida em relação aos moradores da cidade, se constitui como motivador do fortalecimento da sociabilidade e dos laços étnicos já existentes.

Dentro dos limites de suas possibilidades, os moradores gostam do lugar onde vivem. Evidente que, como todo pobre urbano, aspiram a morar em bairros melhores, no entanto puderam realizar o sonho da casa própria, que torna possível a realização de outros ideais tradicionalmente construídos e que o acompanham como o casamento, filhos etc.

No bairro, a sociabilidade existente foi consideravelmente estabelecida pelas redes de solidariedade. Esses vínculos de relações familiares que se estendem até o Nordeste, principalmente entre os designados conterrâneos, são em momentos cruciais de existência a própria condição de sobrevivência. São possibilidades reais de apoio, relações para obtenção de emprego, auxílio para alimentação, moradia e principalmente afeto, do qual são também bastante carentes. Leidiane afirma:

Minha mãe me mandou para cá, para a casa da tia Antonia, eu fiquei lá até casar. Tenho outra tia que veio antes de mim e ficou também lá na casa da tia Antonia, e ela também saiu de lá para casar, igual eu. Já a minha sogra D. Dalva, tinha vez de ficar 14 pessoa na casa dela, tudo morando e as custa dela.

A literatura existente a respeito das relações familiares nas populações pobres nos mostra que há, no imaginário coletivo, idealizações em torno da família nuclear. A maior expectativa é de que ela produza cuidados, proteção, construção de identidades e vínculos relacionais de pertencimento, capazes de promover melhor qualidade de vida a seus membros e efetiva inclusão social na comunidade e sociedade em que vivem. Considerando o que afirma Cynthia Andersen Sarti (2003, p. 40):

Na família, dão-se os fatos básicos da vida: o nascimento, a união entre os sexos, a morte. É a esfera da vida social mais naturalizada pelo senso-comum, onde parece

que tudo se dá de acordo com a natureza, porque a família regula atividades de base biológica, como o sexo e a reprodução humana. A família constitui, então, um terreno privilegiado para estudar a relação entre a natureza e a cultura.

Seguindo o raciocínio da autora, o que diferencia o homem, como ser cultural, das outras espécies animais, é que, embora tenha em comum com eles esses fatos da vida, o homem escolhe como vai realizá-los, dentro das alternativas dadas pelos limites da sua existência social.

De outra forma, o isolamento teria um efeito concreto nas suas condições materiais de existência. Cynthia Andersen Sarti (2003, p.42), referindo-se à família, também afirma:

Para a razão instrumental, a organização da vida material ('a sobrevivência', para os pobres) é concebida como a razão da constituição da família. Assim é que inúmeras pesquisas sobre o modo de vida e as 'estratégias de sobrevivência' das famílias urbanas e rurais privilegiam esta organização de sua vida material. Os aspectos simbólicos são vistos como consequência de uma lógica prática, e seu sentido é sempre buscado em sua função prática, em sua "adequação" à organização da vida material.

De acordo com a autora, há então uma racionalidade na organização da família e na manutenção de laços, que ordena o significado das relações com uma dimensão simbólica que traduz uma outra dimensão, essencialmente prática e dependente da vida material. Leidiane comenta a proximidade com a família do marido:

Acho bom morar perto da minha sogra, ela cuida do meu menino para mim trabalhar, minha cunhada também cuida quando a D. Dalva não pode, ela também trabalha mas mesmo assim me ajuda, mais ela tem obrigação é neto dela. Ela ajuda também com outras coisa, mais eu também ajudo ela no serviço da casa.

Os laços comunitários e familiares se refletem nos arranjos espaciais dos bairros e demonstram uma hierarquização funcional. Considerando Cynthia Andersen Sarti (1996), a

moralidade na qual se assentam as relações familiares não se limita ao universo da casa, mas se expande para fora desta, configurando um sistema de valores que incide sobre o modo como os pobres pensam o mundo social e se colocam frente a ele.

A constituição espacial da avenida principal, revela que a atividade comercial, em alguns casos, conferiu uma renda superior em relação às demais. Localiza-se na parte central, onde estão os estabelecimentos comerciais e as melhores casas. O entorno da avenida apresenta certa homogeneidade das residências, a maioria considerada em construção ou sem acabamento, onde os proprietários informam ter projetos de melhorar as condições de moradia aumentando cômodos ou áreas. A freqüente existência de materiais de construção no entorno das casas confirma a intenção de ampliação:

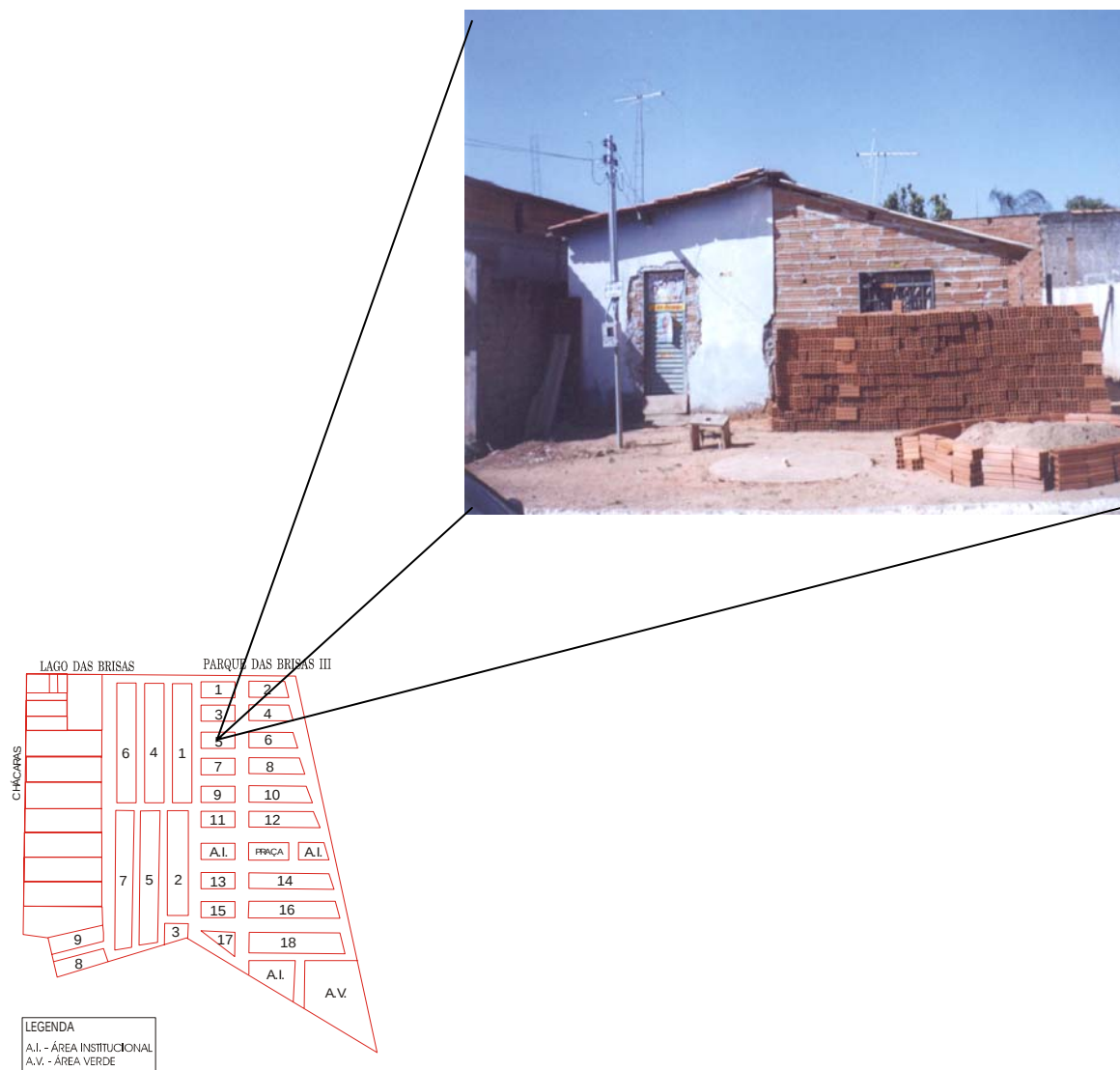


Figura 29 - Resquício da precariedade inicial das residências e a freqüente existência de materiais de construção.
OLIVEIRA, L.V.A. Abril/2003.

Tal fato pode ser percebido claramente também na residência de José Vagner, conforme demonstramos na foto a seguir:

Figura 30 – Na imagem atual da casa a percepção de que ela já foi ampliada, a presença dos materiais indica que a obra continua.

OLIVEIRA, L.V.A. (Outubro/2004).



Como a improvisação faz parte da cultura, na parte oeste do bairro, denominada Lago das Brisas, predomina uma forma de arruamento que se diferencia do restante, precariamente demarcado e denominado como rua sem saída. Este lugar é caracterizado por precárias condições de infra-estrutura urbana. Embora haja água encanada e luz elétrica, não há rede de esgotos. Sendo um espaço destinado à manutenção de área verde, deveria ter permanecido

desocupado, entretanto, famílias invadiram e construíram cômodos e barracos para se apossarem do terreno, cercando-o dentro de uma combinação entre as próprias famílias invasoras do que seria a delimitação dos lotes. Invadido o terreno e construído o barraco e/ou cômodo, consideravam-se apossados da área e em seguida, na medida de suas possibilidades, iam arrumando a casa da melhor forma que podiam. A existência da casa é considerada a forma de garantir definitivamente a propriedade, além evidentemente de tornar a sobrevivência da família, no lugar, mais promissora. A construção de casas com o objetivo de legitimar a propriedade se tornou prática comum também nas áreas institucionais existentes no interior do Parque das Brisas III.



Figura 31 – Área invadida no último quarteirão do Parque das Brisas.
OLIVEIRA, L.V.A



Figura 32 - Construção em área destinada a rotatória no Parque das Brisas.
OLIVEIRA, L.V.A

Mesmo existindo pequenas diferenças materiais entre as casas, a distinção social é simbólica, justamente porque, seja com referência à posição social de classes ou aos costumes e tradições, as distinções entre iguais são sutis. Embora não seja nosso objetivo estabelecer distinções entre os moradores, elas correspondem algumas vezes em ter emprego fixo, no comportamento individual ou na moralidade, e tentam reiteradamente afirmá-las.

Considerando Cynthia Andersen Sarti (2003, p. 42) que nos diz “Não há ação humana que não contenha uma significação para quem age”, buscamos o entendimento da tentativa de diferenciação existente entre os moradores do bairro. Durante a pesquisa percebemos que eles têm essa necessidade de diferenciação e é comum ouvir entre as mulheres casadas e que possuem relacionamento estável: “Sou pobre mas sou honesta, não fico arranjando homem”, expressando a relação de casamento estável como fator de distinção em oposição às mulheres separadas e que mantém relacionamentos extraconjugais. Tal posicionamento não é nenhuma surpresa, em se tratando de uma comunidade tradicional e com valores morais tradicionais. Para elas, a situação de casamento lhes confere certa estabilidade econômica e, portanto, um *status* superior em relação às mulheres separadas, mães solteiras ou que se encontrem em situação semelhante.

Cynthia Andersen Sarti (1996) demonstrou como a pobreza no mundo moderno é definida essencialmente por um critério político e econômico – os pobres são os carentes de riqueza material e de poder. Nesse sentido, é no plano moral que se estabelece a igualdade ou desigualdade e onde os pobres podem mesmo ser “superiores”. Considerando a formação cultural, que determina suas virtudes morais, podem tornar-se ricos, e os ricos – pelo critério econômico e político – podem ser privados dessa “riqueza moral”, portanto, de virtude. Maria Dalva afirma: “Sou pobre, mas sou honesta. A honestidade para mim é a melhor coisa que alguém pode ter, para gente honesta sempre tem emprego.”

Os moradores do Parque das Brisas III, na ambigüidade de sua identidade social, procuram se diferenciar, dentro de sua condição sócio-econômica, em torno da moralidade, que lhes é dada especificamente em função das virtudes valorizadas dentro do grupo. Os que não se inserem nesse modelo são então inevitavelmente considerados imorais, situação que se define em parte pelos valores religiosos, que também determinam princípios de comportamento. A respeito das relações conjugais instáveis também nos fala Maria Dalva:

“Não tá certo essas mulher ficar largando um e juntando com outro. Quem casa tem que ter paciência com o marido, casamento é difícil mesmo.”

Quanto aos homens, a existência de emprego fixo também é fator de diferenciação, sendo comum afirmarem: “tendo salário não falta nada em casa, a falta de emprego é que é o problema”. Apesar de o salário ser uma representação econômica, é considerado o meio de afirmação da autoridade masculina, que também se refere ao cumprimento moral de seu papel de chefe e mantenedor da família. Percebemos que as falas dos moradores, no que se refere à expressão de diferenciação social, são parecidas e possuem sentido equivalente, justamente por serem freqüentemente repetidas e difundidas entre eles, determinando a formação de um valor social dentro da comunidade, tendo se transformado simbolicamente entre eles em fator de distinção. A posição masculina de distinção pelo trabalho é reiterada pelas mulheres ao valorizarem a posição de casadas, o que normalmente lhes dá uma condição de vida superior às separadas. Nesse sentido a distinção se apresenta mais econômica do que moral.

4.4 - O migrante nordestino e a manifestação do diferente em Caldas Novas

Considerando que o turismo possibilita intercâmbio cultural e partindo do pressuposto de que o migrante é o diferente, tomando-se por referência a relação local, trata-se de analisar a cultura (o imaginário) dos nordestinos que chegam, que se afirmam e reagem quanto às situações que lhes são adversas. Tal adversidade aparece no contexto espacial, econômico, social e cultural existente na cidade. Nesse sentido transcrevemos a fala de Maria Francisca da Cunha, natural de Currais Novos - RN, narrando um fato ocorrido em Caldas Novas, logo após ter sua bolsa furtada: “Fui à delegacia registrar ocorrência policial. Naqueles dias estava muito seco em Caldas Novas, um agente de polícia disse: foi só o nordestino chegar e parou de chover.”

A fala expressa a rejeição que encontraram e ainda, particularmente relevante, o sentimento de estarem fora do lugar, de não pertencerem a essa cidade e de serem detentores de traços culturais que os estigmatizavam. Pierre Bourdieu (2001, p.160) nos diz:

Considerados como corpos (e indivíduos biológicos), os seres humanos estão, do mesmo modo que as coisas, situados em um lugar (eles não são dotados da ubiquidade que lhes permitiria estarem em vários lugares ao mesmo tempo) e eles ocupam um espaço. O lugar pode ser definido absolutamente como o ponto do espaço físico onde um agente ou coisa se encontra situado, tem lugar, existe. Quer dizer, seja como localização, seja, sob um ponto de vista relacional, como posição, como graduação em uma ordem.

Dessa forma os migrantes sofrem rejeições, enquanto ocupantes do espaço nos aspectos referentes às identidades construídas e existentes na cidade que passam a habitar. A permanência na cidade da população migrante está vinculada não apenas à sobrevivência pessoal e familiar, mas também relacionada às conquistas que a cidade lhes proporcionou, entre elas a oportunidade de reprodução cultural.

A esse respeito Ana Fani A. Carlos (1996, p. 22 e 23) também escreve:

O lugar só pode ser compreendido em suas referências, que não são específicas de uma função ou de uma forma, mas produzidas por um conjunto de sentidos, impressos pelo uso. (...) O lugar se refere de forma indissociável ao vivido, ao plano do imediato. E é o que pode ser apropriado pelo corpo.

Na cidade de Caldas Novas os migrantes conquistaram mais do que moradia, conquistaram um território onde puderam reproduzir, pelo menos em parte, sua cultura, seu modo de vida e seus valores. A improvisação inicial tomou forma de atitudes políticas expressas na manifestação espontânea de resistência a uma ordem que não atendia às suas necessidades de existência. Os significados das conquistas viabilizaram uma condição material e imaterial que os tornaram diferentes dos que ficaram no Nordeste e deles próprios

no momento de chegada a esta cidade. No entanto, nos bairros que eles habitam em Caldas Novas, é possível perceber vínculos com os lugares de origem através da manutenção de costumes existentes no Nordeste.

Desse modo, para analisarmos a manifestação da cultura nordestina em Caldas Novas, consideramos, o que diz Paul Claval (2001, p. 11):

A cultura é um campo comum para o conjunto das ciências humanas. Cada disciplina aborda este imenso domínio segundo pontos de vista diferentes. O olhar do geógrafo não dissocia os grupos dos territórios que organizaram e onde vivem; a estrutura e a extensão dos espaços de intercomunicação, a maneira como os grupos vencem o obstáculo da distância e algumas vezes o reforçam estão no cerne da reflexão. A geografia humana estuda a repartição dos homens, de suas atividades e de suas obras na superfície da terra, e tenta explicá-la pela maneira como os grupos se inserem no ambiente, o exploram e transformam; o geógrafo debruça-se sobre os laços que os indivíduos tecem entre si, sobre a maneira como instituem a sociedade, como a organizam e como a identificam ao território no qual vivem ou com o qual sonham. O peso da cultura é decisivo em todos os domínios: como os homens percebem e concebem seu ambiente, a sociedade e o mundo? Por que os valorizam mais ou menos e atribuem aos lugares significações? Que técnicas os grupos adotam, no sentido de dominar e tornar produtivo ou agradável o meio onde vivem? Como imaginaram, atualizaram, transmitiram ou difundiram o seu know-how? Quais são os elos que estruturam os conjuntos sociais e como são legitimados? De que maneira os mitos, as religiões e as ideologias contribuem para dar um sentido à vida e ao contexto onde ela se realiza?

Consideramos que a cultura se manifesta em uma base territorial, expressa a complexidade dos grupamentos humanos, suas características e relações entre si e com o ambiente. Assim, ao analisarmos a cultura dos migrantes, faz-se necessário entendermos os sentidos que a realidade assume no imaginário de cada sociedade ou grupamento humano. Para José Luiz dos Santos há duas concepções básicas de cultura: “A primeira concepção de cultura remete a todos os aspectos de uma realidade social, a segunda refere-se mais especificamente ao conhecimento, às idéias e crenças de um povo” (SANTOS, 1994, p. 23).

Tratar da materialização da cultura nordestina em Caldas Novas nos remete à consideração da segunda concepção abordada por Santos. O acervo cultural se formou na região de origem dos migrantes e foi utilizado como estratégia de sobrevivência no espaço ao

qual passaram a pertencer. Paul Claval, (2001, p. 14) escreve sobre a dimensão simbólica da cultura e sua vinculação com o território:

A cultura é constituída de realidades e signos que foram inventados para descrevê-la, dominá-la e verbalizá-la. Carrega-se, assim, de uma dimensão simbólica. Ao serem repetidos em público, certos gestos assumem novas significações. Transformam-se em rituais e criam, para aqueles que os praticam ou que os assistem, um sentimento de comunidade compartilhada. Na medida em que a lembrança das ações coletivas funde-se aos caprichos da topografia, às arquiteturas admiráveis ou aos monumentos criados para sustentar a memória de todos, o espaço torna-se território.

As memórias mantêm vivas as imagens e as experiências anteriormente vividas, e como estratégia de adaptação às novas condições buscam recriar, nesse novo espaço, as tradições, a convivência e mesmo a religião, o que cria identificação social e se torna fator de socialização e solidariedade.

Maria Izilda Santos de Matos (2002, p. 49) escreve:

A produção e a manutenção de laços são processos que se confundem, e nos quais as mulheres têm um papel fundamental, já que se trata de um sistema de atribuições dinâmicas, que deve levar em conta as alterações culturais de cada grupo étnico, conjuntamente com as alterações do panorama político-social, as fragmentações de solidariedade e a produção de novas amizades.

Para a autora, a produção e manutenção dos laços são processos onde as mulheres exercem papel essencial, já que permanecem por maior tempo em casa, estabelecem relações com os vizinhos, produzindo novas amizades. Porém, esse grupo de homens e mulheres, relacionam-se de forma ambígua com os demais habitantes da cidade, a convivência aparentemente pacífica e cordial é permeada por conflitos, já que são considerados por estes como um tipo de estrangeiro ou “de fora”, são discriminados pela população local e passam a demonstrar ressentimentos.

Das muitas formas de solidariedade experimentadas pelos migrantes, especialmente aquelas relacionadas à identidade, à sociabilidade, à amizade, e à religiosidade, muitas ainda permanecem. Um exemplo dessas permanências é a prática da festa religiosa em homenagem a São Gonçalo, uma atividade reproduzida em Caldas Novas como uma das tradições religiosas predominantes no Nordeste. A festa, segundo a senhora Francisca Maria da Silva, responsável pela sua realização, já não é realizada todos os anos. Conta-nos ela, que, para a comunidade, São Gonçalo é o santo defensor das mulheres solteiras que precisam da proteção por ser sozinhas. Embora a festa já não seja realizada todos os anos, a família da senhora Francisca, chamada pelos amigos D. Chicola, tem-se esforçado para manter a sua realização, mas ela admite “os gastos são muitos e a gente não tá podendo gastar, quando o povo ajuda mais a gente faz a festa, quando não ajuda não tem jeito.” A entrevistada fala de motivações econômicas que justificam a não realização da festa todos os anos; entretanto, o convívio com ela e com sua família nos mostrou que os motivos da não realização anual da festa vão além dos mencionados por ela, sendo determinados principalmente pelas transformações nas relações sociais que foram se tornando tipicamente urbanas, como a sociabilidade, as relações de trabalho, as idéias e mesmo os valores que levaram a não priorizar a realização da festa, em favor de outras e novas atividades.

D. Chicola, quando interrogada sobre as atividades que envolvem a festa, informa que é feito anúncio com carro de som pelas ruas do bairro e toda a comunidade é convidada. A festividade é realizada na própria residência dela; constroem um “puxado de palha” para as atividades que, em se tratando de uma comunidade predominantemente católica, são inicialmente a reza do terço, depois o jantar e a dança aos pares, uma dança típica em homenagem ao santo. A comida é feita pela família de D. Chicola, com a ajuda dos vizinhos e amigos, a música é tocada em instrumentos de percussão e sanfona, por tocadores nordestinos conhecedores do ritmo. O ambiente é decorado com bandeirinhas, fitas de papéis

coloridos e o altar com flores e imagens de santos católicos; na parte central do altar é colocada a imagem do santo homenageado. D. Chicola não conseguiu descrever com clareza a dança e não tivemos a oportunidade de presenciar sua realização, porque no período de realização da pesquisa, entre 2003 e 2004, a festa não foi realizada.

Durante o trabalho de pesquisa procuramos recuperar, mesmo em parte, o passado dos entrevistados, procurando focalizar a experiência que possuíam enquanto sujeitos históricos de diferentes regiões. Para esse objetivo foram particularmente frutíferos os estudos referentes às atividades que desenvolviam no lugar de origem, os quais demonstraram que já possuíam experiência de trabalho comunitário, tendo sido ajudados por projetos desenvolvidos pelo poder público. Esse privilégio dado ao trabalho possivelmente se deve a um certo vinculamento inicial da pesquisa com a categoria trabalho. Consideramos que este foi o principal motivador da migração, por exercer papel fundamental na sobrevivência, ocupando a maior parte da vida cotidiana dos pesquisados. O trabalho perpassa essencialmente a vida desses homens e mulheres que, junto com a família e a religião católica, criava identificação e se tornava um dos fatores de socialização. Por intermédio do trabalho e de suas relações manifestam-se variados aspectos da cultura; dessa forma, o conhecimento das estratégias criadas e recriadas nesse sentido poderia nos ajudar na compreensão das adaptações feitas para conseguirem se reproduzir em outro espaço.

Ainda considerando o aspecto trabalho, enquanto manifestação da cultura, referente especificamente às mulheres, a experiência da migração e da nova vida gerou uma reavaliação de valores e tradições. Maria Dalva, ao falar da sua concepção pessoal do trabalho em Caldas Novas, menciona os contrastes culturais existentes em relação à cidade de Barra do Corda, no Maranhão:

Então eu achei assim uma novidade de ver todas as mulheres aqui trabalhando, de manhã levantava ia todo mundo pro serviço, aí eu achei aquilo uma novidade não

ter preconceito de serviço, trabalhava qualquer serviço e tava bom né, lá não, lá pra você trabalhar fora de casa ou era professora ou era no hospital de enfermeira.
(Pesquisa de campo. Agosto/2004)

A entrevistada enfatiza as diferenças referentes à percepção cultural do trabalho das mulheres. Em Caldas Novas, a partir da inserção no mercado de trabalho, a relação familiar se transforma, a relação de subordinação dessas mulheres com seus maridos ou companheiros se modifica. A migração também significou uma certa emancipação por parte dessas mulheres, que se viram capazes de, com o trabalho, romper os laços de dependência. No intuito inicial de complementar a renda como meio de melhorar a situação da família, o trabalho delas tornou-se o elemento estratégico de construção das suas identidades. O ato de trabalhar passa a ter um novo sentido, agora de independência e mesmo de superação dos limites sociais e familiares anteriormente vivenciados, principalmente nas sociedades tradicionais do interior do Maranhão.

A bibliografia existente em torno do trabalho das mulheres nas famílias pobres apresenta as atividades de lavar e passar a roupa como uma das ocupações mais procuradas, principalmente pelas casadas, por ser um trabalho que pode ser realizado em casa e que não exige cumprimento de horários rígidos. Não pretendemos aqui caracterizar o trabalho feminino em domicílio como algo ideal, mas enfatizar que ele foi condicionado por fatores de ordem sócio-cultural como função essencialmente feminina, e entre outras estratégias utilizadas colaborou na satisfação das necessidades imediatas de sobrevivência familiar.

Entretanto, a participação das mulheres não se limitou à realização de atividades domésticas e remuneradas. Ao tentar reconstruir a estrutura ocupacional em que se inseriam, a pesquisa acabou detectando sua presença constante nos espaços públicos e nos movimentos reivindicatórios promovidos pela comunidade nordestina, movimentos estes que a princípio julgávamos de participação essencialmente masculina. A pesquisa mostrou a existência de um

contingente significativo de mulheres nas reuniões promovidas pela associação, na busca de apoio das autoridades e até no trabalho braçal de construção das residências nos lotes que receberam.

Dessa forma territorialidade, cidadania, autonomia e trabalho formaram um conjunto integrado na constituição do novo modo de vida dessas famílias. Segundo Milton Santos (1987, p. 61):

Cultura e territorialidade são, de certo modo, sinônimos. A cultura, forma de comunicação do indivíduo e do grupo com o universo, é uma herança, mas também um reaprendizado das relações profundas entre o homem e o seu meio, um resultado obtido através do próprio processo de viver. Incluindo o processo produtivo e as práticas sociais, a cultura é o que nos dá a consciência de pertencer a um grupo, do qual é o cimento. É por isso que as migrações agredem o indivíduo, roubando-lhe parte do ser, obrigando-o a uma nova e dura adaptação em seu novo lugar. Desterritorialização é freqüentemente uma outra palavra para significar alienação, estranhamento, que são, também desculturização.

Milton Santos, referindo-se à territorialidade, afirma se tratar de um sentimento de “pertencer àquilo que nos pertence” (SANTOS, 2004, P. 19). Assim, as pessoas dessa comunidade buscavam recriar esse sentimento de pertencimento que haviam perdido no momento em que decidiram migrar, reconstruindo um espaço destinado essencialmente a elas, que se reconheciam como “iguais”.

O conhecimento e a experiência humana dos migrantes se inscrevem nesse espaço pelas suas práticas, que se metamorfoseiam em formas. Os hábitos alimentares da comunidade determinaram a existência, em Caldas Novas, de estabelecimentos comerciais destinados essencialmente a eles; é o caso do estabelecimento denominado Casa do Norte. Trata-se de um estabelecimento que comercializa secos e molhados de produtos do nordeste, conforme demonstramos a seguir:



Figura 33 – Estabelecimento comercial Casa do Norte. Do lado de fora a mesa de jogos como forma de lazer.
OLIVEIRA, L.V.A – Outubro/2004



Figura 34 - Interior do estabelecimento
OLIVEIRA, L.V.A. Outubro/2004.



Figura 35 – farinha branca, farinha de puba, corante alimentício de urucum, açafrão e polvilho.
OLIVEIRA, L.V.A. Outubro/2004.

Localizado nas proximidades do bairro, na rua 07, qd 23, lt 09, Bairro Itaiçi II, e pertencente ao comerciante paraibano Ivan Ribeiro da Silva, residente na cidade desde 1990, no estabelecimento são comercializadas mercadorias e alimentos tipicamente nordestinos, como buchada de bode, sarapatel¹², mocotó, farinha de puba, farinha branca (ou farinha seca),

¹² Sarapatel é um tipo de molho cujos ingredientes são fígado, coração e sangue de bode

Jabá¹³, camarão, requeijão branco de manteiga, pinga do Maranhão, castanha de coco babaçu, azeite de coco, corante alimentício de urucum, fava e até alguns medicamentos fitoterápicos como aguardente alemã, entre outros. O comerciante nos informou que compra as mercadorias diretamente do Maranhão e da Bahia, as quais, são enviadas via transportadora para esta cidade.

Ainda considerando que “a cultura é um fator essencial de diferenciação social” (CLAVAL, 2001, p. 14) parece-nos oportuno mencionar que alguns dos membros da associação que nesta cidade reivindicou a terra tiveram, anteriormente, como já foi mencionado no capítulo 3, experiência de trabalho comunitário na Bahia. Faziam parte dos produtores beneficiados por um projeto por eles denominado projeto Itatauí, criado pelo partido político dos trabalhadores (PT), que consistia na produção de alimentos (melancia, cebola, tomate, feijão e melão) em áreas cedidas pela prefeitura de Sobradinho, cuja produção era financiada pelo Banco do Estado da Bahia. Ao final do ano agrícola, pagavam o banco e ficavam com o que sobrava, e freqüentemente sobrava pouco, uma sobra insuficiente para satisfazer as necessidades de reprodução dos produtores e suas famílias.

Os migrantes nesta cidade usaram a mesma estratégia de reivindicação utilizada no lugar de origem, a criação da associação, para representar uma comunidade numericamente representativa, despertando o interesse de políticos locais, que passaram a colaborar com a associação de nordestinos no processo de reivindicação de lotes urbanos junto ao poder público municipal, o qual acabou fazendo a doação da área onde se estabeleceram.

Considerando Henri Lefebvre (1974), o qual menciona que cada sociedade produz seu espaço, entendemos que o espaço pode ser pensado enquanto materialização do processo histórico e cultural de uma sociedade, refletindo as relações sociais nele constituídas.

¹³ Trata-se de um peixe cujo preparo consiste na secagem ao sol com sal.

Sendo o território um recorte do espaço geográfico, possui uma dimensão temporal impressa pela História e pelas formas socialmente construídas. As relações sociais determinantes da produção do espaço delimitam inevitavelmente os territórios como bases concretas da sociedade que os ocupa, em cada caso individualizados por seu conteúdo social e político.

Maria da Conceição resume, em poucas palavras, as relações sociais comunitárias existentes no momento da fixação no bairro e que possibilitaram a construção do território nordestino:

Aqui, a gente era unido, a gente tinha união, cada um ajudava o outro naquilo que podia, foi com a ajuda dos vizinho e do meu cunhado que construímos um cômodo de madeirite e me mudei para ele.

A prática do mutirão é uma forma de transferência de aspectos da cultura. A prática do mutirão foi adquirida no interior da Bahia, onde morava a entrevistada, lugar onde há o predomínio do trabalho familiar, na maioria das vezes por insuficiência do rendimento obtido pelo trabalho do marido. Nos momentos considerados “de pico” na agricultura, em que o trabalho não podia ser adiado, os vizinhos se uniam e faziam o trabalho em mutirão, constituindo este uma das práticas de ajuda mútua. Esse é o caso da família de Maria da Conceição que, fazendo parte de uma associação de produtores rurais de hortaliças no interior da Bahia, produzia gêneros alimentícios que comercializava na feira de Sobradinho.

No momento da formação do bairro, as casas foram todas construídas por eles mesmos, através da ajuda mútua. Maria da Conceição menciona que, no momento da construção da casa, o marido estava desempregado, o que dificultou ainda mais a realização da construção:

O meu marido ficou desempregado e o que fazia era pra pinga, nós tinha que comer e ainda fazer a casa, eu me virava trabalhando em tudo quanto era serviço e fazia

biscoito sonho e cocada que o meu filho mais velho vendia, meu filho me ajudou muito. Pra fazer a casa o Vagner foi quem me ajudou também, ele foi comigo na loja de material de construção, eu comprei à prazo 12 madeirite, 12 caibros de 1,5 m., 3 caibros de 5m. e 4 telhas eternit, construí um cômodo e me mudei para ele. Foi eu e meu filho que pagamos a loja.

A entrevistada em sua fala enfatiza que, na falta da colaboração do marido, recorreu à ajuda do filho, que naquele momento tinha dez anos de idade, e com o trabalho de vender os doces que a mãe fazia (atividade da qual guarda uma foto), ajudou na compra dos materiais utilizados para a construção do barraco.



Figura 36 - Lourimário Martins, filho de Maria Conceição. Na mão direita a bacia dos doces que vendia para ajudar a mãe.

Fonte: Arquivo de fotos de Maria Conceição.

Maria Conceição menciona ainda ter recebido ajuda de outras pessoas, da família e vizinhos, construindo ela mesma o barraco no qual passaram a residir e do qual guarda algumas fotos demonstrando as etapas da construção:



Figura 37 - O barraco inicial de madeira.
Fonte: Arquivo de fotos de Maria Conceição.



Figura 38 - Início da construção com tijolos
Fonte: Arquivo de fotos de Maria Conceição.



Figura 39 - Aspecto atual da casa.
Fonte: OLIVEIRA, L.V.A. Outubro/2004.

Maria Conceição e sua família atualmente não moram mais na casa construída com dificuldades, em sua narração menciona que teve que vendê-la no momento em que separou do marido para dar uma parte do dinheiro a ele e acrescenta, com certo pesar, não ter conseguido ainda construir ou comprar outra casa. A entrevistada explica que o aspecto atual da casa, demonstrado na foto 28, não corresponde ao momento em que foi vendida. Segundo ela: “construí um barraco, era a metade do que é hoje, tinha três cômodos e um banheiro só, agora lá virou casa”.

A respeito da autoconstrução de moradias, Lúcio Kowarick (1979, p. 56) escreve:

No caso da autoconstrução, que na sua finalidade e essência não deve ser entendida como uma forma de poupança, mas enquanto uma solução de subsistência, cria-se um dos elementos – a moradia – indispensáveis como meio de vida, que acaba por

se constituir uma fórmula que rebaixa o custo de reprodução da força de trabalho, permitindo realizar uma extração do excedente econômico apoiada em salários que podem ser constantemente deprimidos.

O território de que tratamos não é totalmente homogêneo, a diferenciação foi constituída a partir da dimensão temporal, cultural e política de sua formação. Porém, o território pode ser facilmente delimitado pelo seu conteúdo sócio-cultural sua especificidade está na origem nordestina, cujas indeterminações econômicas regionais determinaram a mobilidade e a fixação do grupo neste espaço do Centro-Oeste.

Como nossa pesquisa trata da formação de territórios em espaços diferenciados, cabe-nos aqui apresentar um conceito. Dirce Maria Antunes Suertegaray (2001, p. 05) nos diz:

Sob o conceito de território, tratamos o espaço geográfico a partir de uma concepção que privilegia o político ou a dominação-apropriação. Historicamente, o território na Geografia foi pensado, definido e delimitado a partir de relações de poder. No passado da Geografia, Ratzel (1899), ao tratar do território, vincula-o ao solo, enquanto espaço ocupado por uma determinada sociedade.

Como o território estudado foi e ainda está sendo produzido por uma comunidade migrante, constitui-se em interação com outra comunidade. As diversidades se ajustam, mas continuam como diversidades; assim, o espaço se individualiza pelas identidades coletivas (re)criadas nos bairros Parque das Brisas III e Lago das Brisas em Caldas Novas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vivemos um contexto histórico em que parecem se firmar idéias de democracia, liberdade, de livre circulação de capitais, mercadorias e pessoas. Tais idéias, entretanto, se estruturam em um espaço de poder e coerção que ao mesmo tempo possui uma dupla dimensão, sendo também o espaço da resistência por parte de grupos que são privados dessas liberdades e direitos. Nesse contexto, muitos milhões de pessoas são os deslocados compulsórios no território brasileiro.

A transferência de migrantes do Nordeste para Caldas Novas é exemplar no sentido de demonstrar os contrastes sócio-espaciais existentes no país, onde se luta pelos direitos da liberdade de escolha entre ir e vir, ficar ou partir.

Para o grupo de migrantes pesquisados, a migração é vista como proibição de ficar e, ao mesmo tempo, uma possibilidade de buscar novas alternativas de vida, trabalho e emprego. As condições de sobrevivência se exauriram no lugar de origem e a falta de perspectivas de vida e futuro determinou a migração. O projeto de uma “vida melhor” foi ancorado nas expectativas de ocupar os novos postos de trabalho que o turismo apresentava como possibilidade de ascensão social. A migração, entretanto, não se constituiu como garantia de sobrevivência presente e futura.

Considerando as narrativas, é incontestável que passaram a ter acesso a bens de consumo que não tinham antes, como a televisão, referenciada pela entrevistada Leidiane e considerada elemento simbólico do mundo urbano moderno, mas que, justamente ela, transmite apelos de consumo aos quais os migrantes não se encontram em condições de atender.

Em nossas análises, empreendidas no sentido de identificar os modos de vida, refazer as trajetórias dos migrantes, fixação e adaptação, foi possível observar que alguns aspectos

culturais foram mantidos, outros adaptados e outros ainda se extinguíram, possivelmente em função da diferenciação dos ambientes. Como menciona Maria Dalva, “a vida lá é difícil, muito difícil, a água é muito pouca”; nesse sentido, em um outro espaço, as dificuldades sendo também outras, suas estratégias de sobrevivência tiveram que ser modificadas e, a partir das novas experiências, recriadas.

É também inegável que, se por um lado foram adquirindo hábitos modernos e condizentes com o desenvolvimento industrial, como assistir à televisão, por outro lado houve práticas tradicionais que permaneceram, em função da manutenção de sua condição social. Uma forma de manutenção de práticas tradicionais mencionadas pelos entrevistados é a utilização de certos ingredientes na alimentação, a comida condimentada com o coentro, tempero que atualmente é facilmente encontrado nos estabelecimentos comerciais e nas feiras da cidade.

A relação com a terra indica a origem rural da comunidade. Muitos dos entrevistados mantêm nos quintais ervas medicinais, cebolinhas, coentro e, às vezes, até mandioca e um pé de goiaba; mencionam não plantar mais por falta de espaço no terreno, que é pequeno.

Outro aspecto em que a cultura tradicional se apresentou resistente ao ambiente foi o modo de falar dos migrantes nordestinos. O linguajar e as expressões típicas estiveram sempre presentes em suas narrativas, além da precariedade da concordância verbal e nominal e a pronúncia gramaticalmente incorreta de algumas palavras ou expressões utilizadas no Nordeste, demonstrando, além da identidade regional, o baixo nível de escolarização.

No decorrer da dissertação, procuramos encaminhar a nossa reflexão de modo a proporcionar às pessoas que vierem a consultar esse trabalho, uma visão de conjunto. Assim, no primeiro capítulo, pela análise das características sócio-espaciais de Caldas Novas, identificamos os fatores de atração populacional apresentados pela cidade na década de 1990, período em que ocorreram grandes contingentes imigratórios e no qual se formaram os bairros

Parque das Brisas III e Lago das Brisas. A construção de um mapa demonstrativo da quantidade de bairros que a cidade possuía no início do período, evidencia que, em 1990, Caldas Novas contava com 40 bairros em torno do centro, no final da década possuía em torno de 130. Analisamos a ampliação desse espaço e o desenvolvimento econômico e social, considerando as principais atividades desenvolvidas no município, prioritariamente no espaço urbano no qual os migrantes fixaram residência.

A produção do espaço em função do turismo em Caldas Novas mostra-se socialmente contraditória, a cidade configura-se como o espaço do lazer para os turistas, entretanto, coexistindo com a pobreza que atinge significativa parcela dos moradores locais. O ambiente transformado em um dos atrativos turísticos mais procurados do Brasil central é também demonstrativo de deficiências estruturais básicas.

Ao contar suas histórias, os migrantes descreveram as dificuldades de inserção no mercado de trabalho e a utilização e reprodução de parte de seu acervo cultural na criação de estratégias de sobrevivência na cidade. Em Caldas Novas, encontraram os obstáculos e as resistências próprias de um mercado de trabalho capitalista competitivo que não os absorveu como mão-de-obra em sua totalidade. Assim, a migração se apresentou como uma realidade cheia de desafios e incertezas enfrentadas cotidianamente, remetendo-os à necessidade de criarem novas formas de sobrevivência e de recriarem seus valores e hábitos culturais. A racionalidade exigida pelo novo lugar determinou a criação de formas de trabalho que tornasse possível reproduzir sua existência.

A partir da fixação do migrante nordestino em Caldas Novas, foram criadas novas relações sociais e a trajetória dos migrantes pode ser vista na perspectiva de glorificar sua resistência às adversidades e capacidade de reivindicação social e política. Nessa trajetória, deixaram seu registro inscrito no arranjo espacial urbano, efetivado com a conquista do bairro que passaram a habitar.

No segundo capítulo, ao identificarmos os locais onde inicialmente se estabeleceram os sujeitos da nossa pesquisa, analisamos as circunstâncias da chegada na cidade. Percebemos as motivações que determinaram a fixação dos migrantes, as quais estavam, em parte, relacionadas às águas termais e aos seus poderes curativos de diversas moléstias, bem como às dificuldades econômicas vivenciadas pelos nordestinos nas áreas das quais se originaram.

Direcionamos nossa análise pela percepção que os sujeitos tiveram ao se estabelecerem na cidade, tanto da migração, quanto das expectativas em torno da fixação. Expectativas que, na maioria das vezes, não se concretizaram apesar do esforço familiar da dedicação ao trabalho e da frequência à escola. Neste momento, encontram-se inseridos no mercado de trabalho local como mão-de-obra pouco qualificada e com limitada acessibilidade ao consumo.

Identificamos no terceiro capítulo as estratégias de organização social e política da comunidade migrante, estruturadas a partir de identidades regionais e utilizadas como força política para reivindicar o direito a moradia na cidade. Tal identidade acabou por criar uma rede de relações, cujo objetivo principal é superar as adversidades encontradas em face das limitações de sua condição econômica. Através dela estruturaram-se elementos internos e externos à comunidade que, em conjunto, se constituíram em lócus de atuação política, marcada por um modo plural de agir e apropriar-se do espaço.

As reivindicações se restringiram à moradia, pois seus rendimentos não possibilitavam a sua aquisição. Vivendo numa situação de limitação sócio-econômica e, não se tratando de uma insuficiência ou limitação pessoal, assume uma dimensão coletiva em uma comunidade, cuja principal fonte de renda é o trabalho e na maioria das vezes eventual. Porém, pudemos observar que a situação de pobreza extrema determinou a adoção do que Maria Tereza Frota Haguette (1982 p. 23) denomina de estratégias de sobrevivência negativas, que implicam na redução do consumo dos bens considerados básicos como alimentação e vestimenta.

O acompanhamento das estratégias de reivindicação nos remete a constatações em torno da diferenciação do posicionamento social das classes dirigentes e subalternas, marcadas por uma desigualdade incontestável e que leva inevitavelmente ao confronto.

A participação da mídia leva o movimento reivindicatório ao conhecimento público, e a administração municipal aprova um projeto de doação da área para a comunidade de nordestinos. Trata-se de um posicionamento politicamente conveniente pela proximidade das eleições municipais. As análises apontam para a urgência da criação de uma ordem política em Caldas Novas que não se constitua em concessões ocasionais, além de que, o poder público municipal ao tomar o posicionamento de fazer a doação dos lotes pode tê-la considerado também como uma forma de disciplinar o espaço social e urbano.

No quarto capítulo, procedemos à análise dos aspectos que envolveram a adaptação dos migrantes com os habitantes locais. Tais aspectos, relacionados com a organização sócio-espacial dos bairros, caracterizam a demarcação sócio-espacial da diferença cultural inscrita no interior dos mesmos. Enfatizamos as influências sociais, econômicas e culturais dos migrantes na produção do espaço por eles ocupado, que apresenta características contrastivas com seu entorno.

Conforme foi demonstrado pelas narrações dos entrevistados em recurso às suas memórias, os eventos culturais cotidianos se encarregaram de gerar laços de afetividade social e identificação cultural que passaram a estabelecer os vínculos necessários entre os diferentes espaços vividos por eles. Desse modo, procuramos pensar os conteúdos culturais e sua utilização como alternativa de reprodução dos migrantes na cidade de Caldas Novas e compreender as relações comunitárias que estruturaram a “vila dos nordestinos” e potencializaram a criação das condições mínimas necessárias à sobrevivência.

Em Caldas Novas, os migrantes passaram por momentos de conflitos com os habitantes locais, foram discriminados em função das diferenciações culturais e econômicas

que ainda persistem. Entretanto, atualmente predomina uma relação de aceitação do diferente e, como os próprios entrevistados avaliam, os conflitos se tornaram mais amenos. A adaptação passou pela criação de uma rede de solidariedade viabilizada por aspectos como a identificação regional, a reconstrução da tradição, a religiosidade, e por laços de amizade e parentesco existentes entre os moradores da vila. A relação de reciprocidade e cooperação funciona nos limites do círculo de convivência como a solução para os pequenos problemas eventuais.

Trata-se de uma cultura construída na dinâmica de suas vidas na região da qual se originaram e, neste sentido, sujeita às adaptações impostas por uma nova conjuntura regional, sócio-econômica, política e cultural na qual se encontram inseridos enquanto sujeitos do processo histórico.

Nosso desafio parece não ter sido somente descrever e analisar o processo migratório, mas desvendar as metamorfoses culturais e os caminhos através dos quais os migrantes inscreveram seus valores no espaço da “vila” em circunstâncias distintas das tradicionais.

Entendemos que esse espaço foi organizado de modo a atribuir um sentido e um lugar a pessoas e coisas. Os migrantes se apropriaram, construíram e utilizaram o espaço do seu jeito através de seus objetos, códigos e significados. Os arranjos no interior da “vila” provam, que uma classe popular pode não agir de forma obediente e passiva e se mostrar capaz de abrir os próprios caminhos dentro da cidade.

Considerando que foram criadas e recriadas relações sociais, os migrantes pesquisados não são apenas os trabalhadores que servem o turismo, mas criadores de estratégias políticas que potencializaram a conquista da moradia urbana e outros benefícios. A descrição e análise do processo migratório para Caldas Novas demonstram com clareza os entraves e as possibilidades da classe trabalhadora de continuar se afirmando como força política.

Pela amplitude do processo social que analisamos, reconhecemos que não alcançamos

a totalidade dos aspectos que constituem a dimensão cultural dos moradores do bairro de migrantes nordestinos. Finalizamos nosso trabalho com a certeza de que não finalizamos as possibilidades de discussão. No entanto, enfatizamos que ao analisarmos as histórias contadas por eles, o fizemos, inevitavelmente, conforme nossa compreensão do processo histórico.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Carlos. **Caldas Novas Ecológica**. Caldas Novas: Kelps, 1998.
- ALBUQUERQUE, Carlos. **Caldas Novas: Além das Águas Quentes**. Caldas Novas: Kelps 1996.
- BOURDIEU, Pierre. Efeitos de Lugar. In: **A Miséria do Mundo**. Petrópolis RJ: Ed. Vozes, 4ª ed. 2001, p. 159 - 166.
- BRUNO, Lúcia. **O que é autonomia operária**. São Paulo: Brasiliense (coleção primeiros passos), 1985.
- CAMPOS, Heleniza Ávila. **Permanências e mudanças no quadro de requalificação espacial de cidades brasileiras**: o caso das territorialidades do sexo na área central do Recife. In: Território/ LAGET, UFRJ. – ano V, nº 9 (jul./dez. 2000) – Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. Definir o Lugar?. In: **O Lugar no/do Mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 19 – 26.
- CASTRO, Iná Elias de. **O mito da necessidade. Discurso e prática do regionalismo nordestino**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.
- CATTANI, Antonio David. (Org.) **Trabalho e Tecnologia**: Dicionário Crítico. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- CHAMPAGNE, Patrick. A Visão Mediática. In: **A Miséria do Mundo**. BOURDIEU, Pierre. Et al. Petrópolis RJ: Ed. Vozes, 4ª ed. 2001, p. 63-78.
- CLAVAL, Paul. **Geografia Cultural**; tradução de Luiz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. 2. ed. – Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2001.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Espaço, um conceito-chave da Geografia**. In Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 15 – 47.
- _____. **Trajetórias geográficas**. 2ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

COSTA, Wanderley Messias da. **O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil**. 9ª ed. São Paulo: 2000 (Coleção Repensando a Geografia).

CUNHA, José Marcos Pinto da. **A migração no Centro-Oeste brasileiro no período 1970-96: o esgotamento de um processo de ocupação**. Campinas: Núcleo de Estudos de População. UNICAMP, 2002.

DA MATTA, Roberto. **A Casa e a Rua**. Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil, São Paulo: Brasiliense. 1985.

DIAS, Genebaldo Freire. **Populações marginais em ecossistemas urbanos**. 2ª ed. Brasília: IBAMA, 1994.

DURHAM, Eunice. **A Caminho da Cidade**: a vida rural e a migração para São Paulo. São Paulo: Perspectiva. 2ª edição. 1978.

ELIAS, Ana Cristina. **Caldas Novas Ontem e Hoje**. Caldas Novas: Secretaria Municipal de Educação. 1994.

FALCÃO, José Augusto Guedes, **O Turismo Internacional e os Mecanismos de Circulação e Transferência de Renda**. In: Turismo espaço paisagem e cultura. Organizadores: Eduardo Yázigi et. Ali. São Paulo: Hucitec. 1996. Pág. 63 a 73.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio Século XXI Escolar: O minidicionário da língua portuguesa**. 4. ed. ver. Ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

GARCIA JÚNIOR, Afrânio Raul. **O Sul, o caminho do roçado**: estratégias de reprodução camponesa e transformação social: São Paulo: Marco Zero; Brasília: Ed. UnB, 1989.

HAESBAERT, Rogério. “Gaúchos” e Baianos no “Novo” Nordeste: Entre a globalização econômica e a reinvenção das identidades territoriais. In: Brasil: **Questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. p. 367-413.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **O Mito das Estratégias de Sobrevivência**. Fortaleza, CE: Edições UFC, 1982.

JACQUES, Maria da Graça. Identidade e Trabalho. In: **Trabalho e tecnologia**: dicionário crítico / Antonio David Cattani (organizador). – Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

KOWARICK, Lúcio. **A Espoliação Urbana**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (coleção estudos brasileiros; v.44).

LEFÉBVRE, Henri. **La Production de L'Espace**. Paris: Anthropos. 1974.

MARTINS, José de Sousa. **Capitalismo e Tradicionalismo**: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.

MARTINS, José de Sousa. **Não há terra para plantar neste verão** (O acerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo). 2. ed. Petrópolis: Vozes. 1988. p. 43-61.

MARX, Karl. **O Capital**; resumo dos três, Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e Cultura**: história, cidade e trabalho. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

MOREIRA, Ruy. **As transformações do espaço agrário brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

MOREIRA, Aldo. **Conversa Virtual**. Caldas Novas: Editora NET 2001.

OLIVEIRA, Francisco. **Elegia para uma Re(li)gião**: SUDENE, Nordeste, planejamento e conflito social de classes/ 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1981.

RANGEL, Maria Cristina. **Migrantes da Casa de Passagem de Presidente Prudente**. Travessia Revista do Migrante, setembro – dezembro 1997. p. 17-24.

ROSENDAHL, Zeny. CORRÊA, Roberto Lobato. **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999.

SAHR, Cicilian Luiza Lowen. **Migração: nação, lugar e dinâmicas territoriais**. In: Simpósio Internacional – Caderno de Resumos. Universidade de São Paulo 19 a 25 de abril 1999.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos (coordenador). **Quando a rua vira casa:** a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro. 3ª edição. São Paulo: Projeto. 1985.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura.** 14ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (coleção primeiros passos; 110).

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão.** São Paulo: Nobel. 1987 (coleção espaços).

_____. **O Brasil, Território e Sociedade no início do século XXI** / Milton Santos, Maria Laura Silveira. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. **Metamorfoses do Espaço Habitado.** Fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. 5ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Regina bega. **Migração no Brasil,** São Paulo: Scipione, 1997 (coleção ponto de apoio).

SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho:** um estudo sobre a moral dos pobres. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

SAYAD, Abdelmalek. **A Imigração ou os paradoxos da alteridade.** São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1998. Tradução Cristina Murachco.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. **Espaço Geográfico Uno e Múltiplo.** Revista Electronica de Geografia Y Ciências Sociales. Universidad de Barcelona. Nº 93. 15 de Julio de 2001.

TEIXEIRA NETO, A. et. Al. **Complexo Termal de Caldas Novas.** Goiânia: Ed. Da Universidade Federal de Goiás, 1986. 98 p.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)